



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I – SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS – PPGEL**

MAYANA ROCHA SOARES

**FEITIÇARIAS, TERRORISMOS E VAGABUNDAGENS:
A ESCRITURA *QUEER* DE JOÃO GILBERTO NOLL**

**Salvador
2016**

MAYANA ROCHA SOARES

**FEITIÇARIAS, TERRORISMOS E VAGABUNDAGENS:
A ESCRITURA *QUEER* DE JOÃO GILBERTO NOLL**

Dissertação apresentada ao curso ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL/UNEB), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Rios da Silva

**Salvador
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Biblioteca da UNEB

Bibliotecária: Jocelia Salmeiro Gomes

Soares, Mayana Rocha

Feitiçarias, terrorismos e vagabundagens: a escritura queer de João Gilberto Noll / Mayana Rocha Soares. – Salvador, 2016
161 f.

Orientadora: Márcia Rios da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens.
Contém referências.

1. Noll, João Gilberto, 1946- - Crítica interpretação. 2. Identidade de gênero na literatura. 3. Literatura brasileira. I. Silva, Marcia Rios da. II. Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós Graduação em Estudo de Linguagens.

CDD 869.3

MAYANA ROCHA SOARES

**FEITIÇARIAS, TERRORISMOS E VAGABUNDAGENS:
A ESCRITURA *QUEER* DE JOÃO GILBERTO NOLL**

Dissertação apresentada ao curso ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL/UNEB), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Rios da Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Leandro Colling
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Sayonara Amaral de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

**ÀS VOZES FÉTICAS e PROFANAS, que
estão por aí a deslocar posições de poder
e potencializar subversões.**

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto de conexão. É o reconhecimento que este trabalho só foi possível porque outras pessoas contribuíram enormemente com seus corpos, vozes e gestos de afetos. Foi feito, portanto, por muitas outras mãos além das minhas.

Às mulheres da minha vida: minha mãe, **Terezinha**, e minha esposa, **Thais**, por toda compreensão, apoio e suporte durante o processo da escrita.

Às minhas amigas-irmãs, companheiras de vida e de bar, **Saoara Sotero** e **Simone Borges**: manas, vocês fazem parte disso!

À minha orientadora babadeira **Márcia Rios** por ser quem é e dividir um pouquinho da sua existência iluminada comigo! Obrigada!

Às amigas e amigos do SESI que sempre me incentivaram e acreditaram que esse mestrado seria possível: **Gisele Márcia, Fernanda, Sara, Rafaela, Aislene, Gledson, Reinaldo, Leliany e Daniel**.

Às minhas antigas parcerias de trabalho, de estudo e de afetos: **Luiza, Rai, Rafael e Luciana**.

Ao meu companheiro de trabalho e amigo de todas as horas, **Giba**.

Às pessoas que organizam a vida prática do PPGEL, facilitando tanto a nossa como estudante: **Camila, Geisa e Danilo**.

Às pessoas que iluminaram e me ensinaram a ser professora, alunas do meu coração, em especial: **Edméa, Mariana, Lucas Caldas, Daniele Silva, Karoll, Gleide, Tiago Gouvéia, Heid, Jordan, Camilla, Alan Oliveira, Leandro Batista, Cíntia, Stephanie, Gisele, Manuel**, dentre outras.

Aos grupos de pesquisa **Lili** (UNIRB) e **CUS** (UFBA), por toda a aprendizagem, todo afeto e toda sabedoria que emanam.

Aos amigos **Helder Maia** e **Clarissa Macedo** pelas leituras cuidadosas e valiosas dicas.

Às **professoras** do PPGEL e da PUC-Rio, pela precisão e ensinamentos.

Aos afetos que construí ao longo dessa trajetória acadêmica, colegas da turma do PPGEL, em especial: **Joseilton, Ramon, Marcos, Marline, Maiara, Milena, Juan, Alba e Paulo**.

Ao professor **Leandro Colling**, por sua capacidade de afeto: você me representa!

À professora e amiga (DIVA) **Sayonara Amaral**, por toda sua maestria, cumplicidade e dedicação: esse trabalho aconteceu também por sua causa.

Obrigada a todxs!

De tal ordem e tão precioso
o que devo dizer-LHEs
que Não posso guardá-Lo
SEM a SENSaÇÃO de UM roubo:
CU é Lindo!
Fazei o que puderdes com esta dádiva.
QUANTO a MIM dou graças
peLo que agora Sei
e, Mais que perdôo, eu amo.
Objeto de amor, Adélia Prado

RESUMO

Essa pesquisa analisou a produção romanesca do escritor João Gilberto Noll, a partir do conceito de “escritura *queer*”, no sentido de compreender quais são os elementos narrativos presente em sua produção literária agenciadoras de subversões de gênero e sexuais. Partimos do conceito de “escritura”, de Roland Barthes (1974), por compreender que o texto literário funciona como uma escritura quando consegue estabelecer entre texto e leitores um movimento político e acontecimentos subjetivos, no engajamento que reivindica e na função social que exerce. Nesse sentido, compreendemos que a escritura *queer*, ou escritura da diferença, desse escritor é uma potência agenciadora de questionamentos à ordem estabelecida e produtora de subalternidades, principalmente, a heteronormatividade. Assim, não localizamos a produção de Noll nos rótulos acadêmicos e do mercado editorial massivo tais como “homoerotismo”, “homoafetividade”, “homotextualidade” ou “literatura gay”. Acreditamos que as personagens, os enredos e a proposta estética nos romances desse feiticeiro corresponde muito mais a uma provocação e deslocamento da heteronorma do que centralidade em uma identidade sexual ou de gênero. Sendo assim, desenvolvemos esse trabalho que analisa, na segunda seção, *Pegação*, as aproximações e os distanciamentos temáticos desse autor com a chamada literatura gay. Na terceira seção, *Ozadia*, apresentamos o motivo de seus escritos poderem ser lidos como uma escritura da diferença, em função da potência narrativa, da desconstrução do sujeito ontológico, sem fixação identitária, do terrorismo textual e dos agenciamentos de suas personagens. Na quarta e última seção, *Gozo*, discutimos como suas personagens gozam suas existências precárias, são fluidas, desterritorializadas e subvertem a noção heteronormativa de sexo, gênero, desejo e práticas sexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Escritura *queer*. João Gilberto Noll. Literatura. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

This research analyzed the novelist production of the writer João Gilberto Noll, based on the concept of "queer writing", in order to understand which narrative elements present in his literary production of power space of gender and sexual subversions. We begin with, Roland Barthes (1974), concept of "writing" because we understand that the literary text functions as writing when it manages to establish between text and readers a political movement and subjective events, the engagement it claims and the social function it performs. In order to, we understand that the queer writing or writing of difference, of this writer is a potentiating factor of questions to the established order and producer of subalternities, mainly heteronormativity. Thus, we don't locate Noll's production on academic labels and the mass publishing market such as "homoeroticism", "homosexual affection", "homo-fiction" or "gay literature". We believe that the characters, the stories and the aesthetic proposal in the novels of this sorcerer corresponds more to a provocation and displacement of heterosexual norm than centrality in a sexual or gender identity. Thus, we develop this research that analyzes, in the second section, *Pegação*, thematic approximations and distances of this author with the considered gay literature. In the third section, *Ozadia*, we present the reason that his writings be read as a writing of difference, in terms of narrative power, deconstruction of the ontological subject, without identity fixation, textual terrorism, and the power of personage. In the fourth and last section, *Gozo*, discussed how his personages enjoy their precarious existence, are fluid, deterritorialized, and subvert the heteronormative notion of sex, gender, desire, and sexual practices.

KEY WORDS: Queer writing. João Gilberto Noll. Literature. Gender. Sexuality.

SUMÁRIO

1	FRÉTE	10
2	PEGAÇÃO	26
2.1	A LITERATURA DE TEMÁTICA GAY QUE SAI DO ARMÁRIO: MANUAL PARA SER UM HOMOSSEXUAL RESPEITÁVEL	31
2.2	“LITERATURA GAY” E SEUS PROJETOS: PEDAGOGIA, ENGAJAMENTO E ASSIMILAÇÃO	43
3	OZADIA	67
3.1	ESCRITURA <i>QUEER</i> : TERRORISMO TEXTUAL E AGENCIAMENTOS (IM)POSSÍVEIS	68
3.2	<i>A LITERATURA TEM QUE SER UM SUSTO</i> : OUVINDO AS VOZES DAS PORTAS DOS BANHEIROS PÚBLICOS	86
4	GOZO	103
4.1	<i>A GENTE NÃO SABE O LUGAR CERTO DE COLOCAR O DESEJO</i> OU QUANDO UMA LITERATURA GOZA PELO CU	111
4.2	CARTOGRAFIA DE CORPOS VAGABUNDOS: MASCULINIDADES E FEMINILIDADES PRECÁRIAS	125
5	AFTER	141
6	REFERÊNCIAS	152

1 FRÉTE

Fretar aqui, longe de significar o ato de transportar ou carregar uma carga por um valor estipulado, significa o início do jogo de interesses. Subvertendo estética e conceitualmente o seu significado dicionarizado, o termo “fréte”, presente no universo linguístico dos falares populares da Bahia, que traduz e ressignifica a palavra “flerte”, designa certa insinuação de interesse amoroso e/ou sexual entre duas (ou mais) pessoas, iniciando uma paquera ou namoro. O fréte, então, abre os caminhos para uma relação de afeto que está se estabelecendo, iniciando-se. É um termo coloquial, popular, chulo, periférico, indicador de subalternidade linguística e social e reitera a proposta desta dissertação, justamente pela sua capacidade de deslocar, desestabilizar e ressignificar o vernáculo da gramática padrão.

O incômodo que esse termo provoca nas pessoas que o leem é convenientemente necessário – e proposital –, visto que a literatura produzida por João Gilberto Noll tem por base a provocação e o desconforto. Ela é uma ocupação ilegal, incorreta, indisciplinada na forma e no conteúdo. Desejo, então, nesta pesquisa, apresentar os “frétes” que os romances de João Gilberto Noll mantêm com o conceito de “escritura *queer*”, compreendido como uma potência agenciadora de questionamentos à ordem estabelecida e produtora de subalternidades sexuais e de gênero.

Optei, aqui, por apresentar o escritor gaúcho João Gilberto Noll como um feiticeiro. O feiticeiro não é simplesmente aquele que enfeitiça, mas aquele que assombra, aterroriza, provoca medo. Suas crenças, por mais insultadas e desacreditadas que sejam, são respeitadas pela magia e pelas possibilidades revolucionárias que emanam. Por isso feiticeiros são tão perigosos. Segundo Deleuze e Guattari (1997a, p. 16), “Se o escritor é um feiticeiro é porque escrever é um devir, escrever é atravessado por estranhos devires que não são devires escritor, mas devires-rato, devires-inseto, devires-lobo, etc”.

Essa forma de experimentar os escapes à norma através dos devires é que torna a prática literária desse feiticeiro poderosa e perigosa para pensarmos o mundo em que vivemos. O feitiço que sai de seus escritos se torna o veneno necessário para contaminar os sistemas de significação tão bem organizados da vida ordinária. Esse veneno podemos também chamar de afeto.

A narrativa de João Gilberto Noll é fruto de feitiçaria porque possui uma enorme capacidade de afetar. Sobre o poder do texto literário, sem sombra de dúvidas, concordamos que se trata de um instrumento de magia. Tomo por empréstimo a reflexão de Antoine Compagnon (2009, p. 45): “As coisas que a literatura pode procurar e ensinar são numerosas, mas insubstituíveis, a maneira de ver o próximo e a si mesmo, de atribuir valor às coisas pequenas ou grandes”. Assim, os escritos de feiticeiras e feiticeiros são aqueles que não vão simplesmente passar, mas vão afetar, desconcertar, incomodar, desorientar e provocar reflexões diversas, principalmente sobre os agenciamentos interditados e censurados.

Considero, portanto, o escritor João Gilberto Noll um cartógrafo. A sua escritura se apresenta como uma cartografia da qual podemos extrair-criar rotas infinitas para escapar às normalizações ocidentalizadas e neocoloniais. Concebo a cartografia de acordo com Rolnik (2014, p. 23), como “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”, possibilitando novas conexões afetivossexuais entre os sujeitos, novas experiências e, sobretudo, novas formas de existir no mundo, “para criar novos afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos” (ROLNIK, 2014, p. 23).

Ainda de acordo com essa autora, a função do cartógrafo é, antes, uma missão antropofágica. Seu texto precisa possibilitar mais as conexões e os escapes, e menos as castrações e os cortes. Para tanto, torna-se fundamental o ato de devorar a potência subversiva de outras escrituras, autoras e autores, atentando para as relações de poder, as micropolíticas e os microfascismos que constituem a sociedade da qual participamos. Assim fez Noll, ao devorar a verve introspectiva de Clarice Lispector, o fluxo criativo e revolucionário do poeta norte-americano T. S. Eliot, o cinema de Antonioni, o existencialismo de Sartre, de Simone de Beauvoir e de Camus, além de muitas outras referências (UM ESCRITOR NA..., 2015).

Conforme Camargo (2007), João Gilberto Noll apropria-se de outros referenciais e transforma a sua escritura numa potência política de contestação e mobilização, seja através da forma, seja através do conteúdo abordado. A mescla entre termos formais da língua e os chamados vulgares, a desobediência à gramática normativa, a presença de referentes da cultura *pop*, além do tratamento quase que exclusivo dado às temáticas sexuais e de gênero que colocam sob rasura a ordem

heterossexual vigente na contemporaneidade demonstram a plasticidade linguística e cartográfica deste autor, produzindo uma linguagem literária pós-autônoma.

Assim, concordo com Deleuze e Guattari (2014) quando demonstram a potência política de um texto que busca pôr em evidência as fragilidades dos discursos hegemônicos, cuja função é criar as zonas do não habitável e dos territórios proibidos: “A expressão deve quebrar as formas, marcar as rupturas e as ligações novas” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 52). Essa é a marca de uma escritura que expõe as fragilidades da noção de sujeito ontológico, revelando que a sua constituição vem do exterior, do fora e do artifício. É justamente daí que vem a verve criativa do exagero, com narrações marcadas pela estética neobarroca, impura e carregada de sexualidades que ultrapassam os limites da aceitação.

Desse modo, esse feiticeiro-cartógrafo-antropofágico produz uma narrativa aqui compreendida como uma “cartografia cafetina” (ROLNIK, 2006), que promove intensidades, possibilita novas subjetividades, engendra fluxos, devires, trilhos para permitir a passagem do desejo e constrói novos afetos. Concebemos a escritura de João Gilberto Noll como um agenciamento, uma *ozadia*, uma linguagem que produz intensidades e sujeitos que em suas precariedades gozam a existência. E, por isso, é anárquica, revoltada e terrorista.

Segundo Karl Erik Schollhammer (2009), a crítica literária brasileira não demorou em situar a produção literária de Noll como uma escritura contemporânea transgressora, que provoca as convenções sociais, principalmente por abordar temas eróticos, recheados de corpos humanos desnudados e marginais, permeando práticas sexuais não-hegemônicas, escatológicas, as quais rompem com a normatividade heterossexual.

Abordar o tema das sexualidades dissidentes em textos ficcionais antecede em muito a literatura produzida por João Gilberto Noll. Desde romances oitocentistas como *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia, *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, passando por Guimarães Rosa, com *Grande Sertão: veredas* (1956), Nelson Rodrigues em suas crônicas, a literatura lésbica de Cassandra Rios, até as produções da década de 1980, como *Stella Manhattan* (1985), de Silvano Santiago, *Morangos Mofados* (1982), de Caio Fernando Abreu, dentre outros escritos de escritores e escritoras, a temática do erotismo sempre apareceu.

A produção de Noll está localizada em um contexto social de trânsito, a partir dos anos 1980, pois herdou os conflitos e as resistências das décadas de 1960 e de 1970, assim como acompanhou o crescimento do mercado comercial literário do Brasil, a partir dos anos 1990. Vivenciou os contextos de revolução sexual, levantes contra a ditadura militar, aliado à nova onda revolucionária de estabelecimento da crítica cultural brasileira e a relação cada vez mais próxima entre literatura e sociedade. Isso faz com que Noll possa ser flagrado, em alguns momentos, em diálogo com o mercado literário massivo, mesmo sendo considerado um agente de produção literária canônica.

Sempre muito elogiado pelos críticos, desde a sua primeira aparição, com o livro de contos *O cego e a dançarina*, publicado em 1980, Noll aparece no cenário literário brasileiro como um jovem promissor, um “intelectual *cult*”, de “escrita tórrida” e que se diferencia dos autores da mesma época por realizar uma “literatura pelas bordas”, conforme afirma José Castello, no *Jornal do Brasil*, em 1988. Em 1989, Danilo Uchoa, editor do *Jornal Zero Hora*, de Porto Alegre, apresenta a potência criativa e subversiva de Noll, na ocasião do lançamento do seu livro *Hotel Atlântico*, afirmando que se trata do escritor que vem “representando a literatura brasileira dos anos 80”.

Na *Folha de São Paulo*, de 1993, João Gilberto Noll ilustra uma coluna do jornal que tem como título: “Literatura que desorganiza o cenário do mundo”, em razão da abordagem literária introspectiva, densa, violenta e ao mesmo tempo lírica. São muitas as críticas que apreciam o trabalho estético do autor, ousado e notório em fins do século XX, e que, diferente de alguns contemporâneos, os quais abordam a violência com extremo realismo, evidencia a precariedade dos sujeitos, dos corpos e seus desejos.

Por outro lado, houve também posicionamentos contrários, de críticos literários que enxergaram em sua forma estética de construir a narrativa um motivo para dificultar o acesso aos seus personagens e criar empatia com o público. Antonio Fernando Borges, do *Jornal O Globo*, em 1985, analisa o romance *Bandoleiros* como “frívolo”, demasiadamente esticado e com “imperfeições e falhas” no que tange à forma.

Outra forte crítica que recebeu foi do jornalista e crítico literário Leo Gilson Ribeiro, na coluna Romance, do *Jornal da Tarde*, do Rio de Janeiro, em 1990, cujo título foi “Um caso de inaptidão literária”. Nesse editorial, Ribeiro expõe a dificuldade de leitoras e leitores ao se depararem com os romances de Noll e toda a “enxurrada

da mais rala filosofia”, que torna a leitura demasiadamente “monótona”. “O mais sublime, certamente, é que João Gilberto Noll, possivelmente sem querer, confessa a sua inaptidão literária, acentuada a cada livro que publica”, afirma Ribeiro.

Não há feiticeiro que seja totalmente amado ou odiado. Viver neste trânsito é a sua saga. Mas, é importante observar que as críticas citadas focam a estética do texto literário e não o seu conteúdo. O seu feitiço passa despercebido. Nesse sentido, uma escritura feiticeira se estabeleceu no seio dos discursos hegemônicos, corroendo suas bases e resistindo aos processos de dominação e domesticação. Assim, a feitiçaria age na trapaça (DELEUZE; GUATTARI, 1997a).

O feiticeiro passa a ser referência: um escritor singular e que demarca (denuncia) bem a situação do ser humano na contemporaneidade frente aos desafios do mundo. Segundo Schollhammer (2009), João Gilberto Noll é um dos principais escritores brasileiros que melhor expressa a definição de uma literatura pós-moderna. Também Ítalo Moriconi (1987, p. 29) situa a importância de João Gilberto Noll no cenário literário brasileiro: “Os valores capazes de constituir uma ética pós-moderna emergem da dupla fonte. O gesto enunciador da ficção minimalista de Noll nos provoca: para servir de base a uma ética”.

É importante informar que o escritor João Gilberto Noll representa um lugar de fala de prestígio intelectual e literário, não fugindo à regra excludente do cânone literário brasileiro, como aponta Regina Dalcastagnè (2012, p. 148): “Os lugares de fala no interior da narrativa também são monopolizados pelos homens brancos, sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos e de classe média”. João Gilberto Noll, como escritor e professor universitário, fala de um lugar de prestígio e legitimação intelectual. Isso faz com que a sua atuação literária seja reconhecida e dificilmente questionada pelos agentes da produção cultural, se comparado a escritoras e escritores em situações de subalternidade.

Mas, se de um lado reconhecemos os acessos e privilégios que esse escritor possui, por outro, também constatamos o quão potente são os seus escritos ao promover rupturas com os padrões heteronormativos em posições de poder. Desse modo, acreditamos que essa potência feiticeira, ao agir de dentro dos espaços legitimados, contribui com agenciamentos considerados impossíveis.

Obter reconhecimento nacional não faz desse feiticeiro menos potente. Ao contrário, significa ter instalado no dispositivo institucional um veneno, que pode não só denunciar o regime sexo-político, autoritário, patriarcal e embranquecido do cânone

nacional, como também evocar as vozes das margens, profanas, anarquistas, para um ritual de dessacralização. Ocupar esse espaço é fundamental para, como propõem Deleuze e Guattari (2014, p. 23), “provocar uma agitação molecular” dentro de espaços legitimados e produtores de privilégios.

Conforme Helder Maia (2014, p. 47), “A política da feitiçaria elabora-se em agenciamentos que não são nem os da família, nem os da religião e nem os do Estado; exprimem, ao contrário, grupos minoritários, oprimidos, proibidos e revoltados”. O feiticeiro, portanto, contamina com seu veneno-afeto as representações heteronormativas da sexualidade e seus códigos de acesso: questiona, através dos seus escritos, as instituições promotoras e seus dispositivos de saber-poder, potencializando as possibilidades de ruptura com as normas que criam assujeitamentos.

Pretendemos ler a escritura de Noll como uma autobiografia; não como aquela em que se busca uma correspondência direta entre a vida do autor como pessoa com a sua produção, mas no que diz respeito à intensidade que emana do texto literário, cuja potência pode criar redes infinitas de perturbações e deslocamentos em leitoras e leitores. Como afirma Suely Rolnik (2014, p. 22), “Pode-se dizer que o texto é autobiográfico, desde que entendamos por ‘auto’, aqui, não a individualidade de uma existência, a do autor, mas a singularidade do modo como atravessam seu corpo as forças de um determinado contexto histórico”.

Ou seja, a leitura da autora acerca do conceito de autobiografia traduz o que neste trabalho chamamos por “escritura”. Escritura corresponde, neste aspecto, à relação criada entre autor, texto e sujeitos, produzindo novas acepções, desejos e práticas socioculturais que possibilitam questionar as condições históricas de produção dos discursos (BARTHES, 1972). Mas não para reproduzir o sentido da História oficializada pelos grupos hegemônicos, e, sim, para apontar os escapes, as divergências, as incoerências ou, conforme Giorgio Agamben (2009), os seus escuros. Não pretendo empreender uma disputa conceitual, que geralmente leva a aprisionamentos. Apenas parto da noção de “escritura” por enxergar a potência narrativa das escrituras literárias como um registro de cartografias das vozes reminiscentes, de outras autoras e autores, referências estéticas, contextos históricos e paradigmas, que atuaram na construção de novos discursos.

Essa potência que emana de seus escritos resultou num grande interesse por seus trabalhos. Ao me debruçar sobre a fortuna crítica de João Gilberto Noll, percebi o quanto já se havia produzido, entre teses e dissertações, sobre seus romances e contos. As abordagens também são inúmeras: desde a estética literária empregada em suas narrações, passando pelos temas da escatologia, da errância em suas personagens, da homoafetividade masculina, do grotesco até suas estratégias de publicação. Dentre os trabalhos lidos, quatro em especial foram significativos para esta dissertação.

O primeiro foi a tese de Fábio Camargo, intitulada *A transfiguração narrativa em João Gilberto Noll: A céu aberto, Berkeley em Bellagio e Lorde*, defendida em 2007. Camargo (2007) buscou analisar os romances indicados no título do seu trabalho, a autobiografia ficcional, a partir da relação direta entre a ficção criada por Noll e a vida do autor, os vínculos de paternidade na escrita e o homoerotismo como um ritual antropofágico. Este trabalho foi crucial para esta dissertação, principalmente por oferecer uma leitura original dos títulos estudados, dialogando com os estudos gays e lésbicos, comparando a produção literária de João Gilberto Noll ao experimentalismo antropofágico do modernismo literário brasileiro.

O segundo foi a dissertação de Sandro Adriano Silva, defendida em 2010, cujo título é *Acenos e afagos: o romance queer de João Gilberto Noll*. Neste trabalho, Silva (2010) buscou interpretar o romance *Acenos e afagos* à luz dos estudos *queer*, no intento de compreender como são construídas as homomemórias, ou as memórias das experiências homossexuais da personagem principal, grafadas no corpo, e a relação entre literatura e homoerotismo. A pesquisa defendida por Sandro Adriano Silva (2010) foi igualmente importante na interpretação singular do romance em questão, principalmente, ao analisá-lo a partir das recordações sexuais e afetivas das personagens através do corpo.

O terceiro trabalho foi a dissertação da Fabíula Neubern, defendida em 2011, com o título *A arquitetura da criação: um estudo de Mínimos, Múltiplos e Comuns, de João Gilberto Noll*. Neste trabalho, Neubern buscou analisar as estratégias de mercado utilizadas por Noll na publicação do seu livro de contos *Mínimos, Múltiplos e Comuns*. É importante ressaltar a originalidade nesse trabalho, pois não encontrei em nenhuma outra pesquisa tal abordagem. A sua contribuição, portanto, é indiscutível. Foi a partir dele que percebi as estratégias de comercialização massiva empregadas na produção literária em alguns dos trabalhos de Noll, permitindo, assim, que melhor

questionasse as abordagens temáticas empreendidas pela chamada literatura gay no Brasil.

Por fim, e não menos importante, a dissertação da Letícia Sangaletti, defendida em 2013, cujo título é *A representação da voz de minorias sexuais na narrativa de Caio Fernando Abreu e João Gilberto Noll*. Através do estudo comparativo, Sangaletti (2013) realizou uma investigação nos romances *Onde andaré Dulce Veiga?*, de C. F. Abreu, e *Acenos e afagos*, de J. G. Noll, acerca das dissidências sexuais acionadas nesses romances e como os sujeitos subalternizados foram representados.

O estudo de Sangaletti (2013) ajudou-me a compreender melhor o contexto de produção literária no qual emergiram as escrituras subversivas desses dois escritores. Segundo a autora, a pesquisa foi feita a partir dos estudos *queer*. No entanto, algumas inconsistências foram flagradas no decorrer da leitura. A primeira refere-se à própria conceituação dos estudos *queer*. Segundo Sangaletti (2013, p. 55),

Assim, de acordo com a teoria *queer*, a homossexualidade não possui uma única causa ou uma única razão. Ela não deve ser concebida como uma doença ou um problema, tendo em vista que a homossexualidade se origina da combinação de aspectos físicos, sociais e biológicos e se caracteriza pela atração erótica entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, também deve ser considerada a questão da marginalização, do preconceito e da discriminação enfrentados por aqueles que decidem assumir a sua identidade.

É importante frisar que os estudos *queer* não existem em função de uma identidade homossexual. Eles congregam uma infinidade de sujeitos, cujas experiências e existências são descaracterizadas como viáveis ou legítimas pelo pensamento ocidental, masculino, cristão, heterossexual e branco. Esse campo teórico, diverso, disperso e complexo deve ser compreendido mais como uma disposição e menos como um posicionamento identitário. Uma disposição ao questionamento, tensionamento, enfrentamento e a para a dúvida e a resistência às normas estabelecidas que insistem em estigmatizar e desprestigiar sujeitos e suas práticas sexuais.

Portanto, os estudos *queer* não definem a homossexualidade, não defendem orientação sexual como “combinação de aspectos físicos”. Ao contrário do que afirma Sangaletti, a teoria *queer* questiona a definição tradicional de gênero e sexo e reconhece que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são frutos dos dispositivos discursivos biomédicos criados historicamente. Os estudos *queer* estão

comprometidos com uma política da diferença, com um ativismo dissidente, que busca diferentes estratégias para problematizar e subverter os regimes hegemônicos promotores de subalternidades nas sociedades. São, portanto, constelações teórico-políticas diversas, produzidas por pesquisadoras e pesquisadores – os quais, por vezes, discordam entre si – que visam compreender os mecanismos discursivos da heteronormatividade, a fim de problematizá-los.

Assim, mesmo embasado nos estudos *queer*, o trabalho de Sangaletti (2013) ainda seguiu por uma linha identitária da homossexualidade masculina, pouco evidenciando os escapes aos enquadramentos identitários. Os trabalhos de Fabio Camargo (2007) e de Sandro Silva (2010) também seguiram a perspectiva da homocultura nas análises empreendidas, pondo em maior evidência a homossexualidade masculina e suas práticas sexuais dissidentes. Além disso, debruçaram-se sobre romances específicos do autor.

Diante de tantas contribuições e abordagens distintas, quais seriam as minhas, então? Decidi, nesse sentido, enveredar pela investigação cartográfica dos romances de Noll como uma escritura *queer*, apontando para as fissuras do projeto heteronormativo, branco e masculinista ocidental, a partir de uma política da diferença, e não para a homossexualidade dissidente, como já foi feito. Segundo Richard Miskolci (2012), a política da diferença é a compreensão radical da necessidade de repensar as relações de poder no interior sociocultural de produção das desigualdades sociais. É, antes, um projeto de transformação social. Um posicionamento, portanto, não de tolerância, nem de aceitação da diferença, mas de reconhecimento da multiplicidade dos sujeitos e seus processos de singularização nos diversos contextos sociais.

Assim, tenho considerado a escritura produzida por Noll (conforme Helder Maia (2014) analisou as escrituras de Néstor Perlonguer e Copi, em seu livro *Devir darkroom e a literatura Hispano-Americana*) como uma escritura da diferença ou escritura *queer*. A escritura *queer* possui uma capacidade política de provocação através da sua força discursiva, pois, de acordo com Foucault (2009, p. 43), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

O discurso, dessa maneira, produz instâncias de dominação, mas também cria possibilidades de ocupação e resistência. Desse modo, nesta pesquisa, compreendo que, assim como foi observado por Foucault (2015a), a noção hegemônica de

sexualidade é um produto discursivo e histórico, construído a partir dos discursos cientificistas da modernidade, em fins do século XIX, sexualizando os corpos, gêneros, desejos, práticas sociais e sexuais dos seres humanos. A escritura *queer*, ou escritura da diferença, corresponde a uma escritura que estranha e desestabiliza essas formas de normalizações de gênero e de sexualidade, construindo textos narrativos que desobedecem aos pressupostos biomédicos oitocentistas. Ao me deparar com a escritura da diferença composta por Noll, reconheci a capacidade da literatura em desafiar as instâncias discursivas da normatividade sexual e de gênero.

É importante, então, destacar que o meu estudo se ocupa em entender a potência da não fixação identitária empregada nos romances do escritor João Gilberto Noll, de forma perturbadora e perigosa, e não em buscar uma identidade homossexual, *queer* ou qualquer outra. Por isso, não localizo a literatura produzida por este autor como literatura homoerótica, homotextual ou “literatura gay”, por compreender que o terrorismo textual que ela produz escapa às estabilizações identitárias encontradas em alguns romances da chamada literaturas gay. Os romances de Noll põem sob rasura a noção ontológica de sujeito e agencia intensidades múltiplas, identificações subalternizadas, forjando corpos vagabundos antiprodutivos, anticapitalistas e diversas vivências precárias, as quais se encontram fora dos escopos de inteligibilidade dos gêneros, sexo, desejo e práticas sexuais legitimados.

Trata-se, nesse sentido, de uma noção de literatura como um produto pós-autônomo, ou, como prefere Florencia Garramuño (2012), em “campo expandido”, porque não estabeleço hierarquias entre os diferentes gêneros textuais. Assim, autobiografia, contos, romances, textos jornalísticos, cinematográficos são igualmente tratados como importantes fontes de pesquisa e produção artística. Segundo Ludmer (2007), a literatura pós-autônoma é um produto cultural reivindicado por diferentes segmentos da sociedade. É, portanto, sempre um “território contestado”, como afirma Regina Dalcastagnè (2012, p. 149): “A literatura é um artefato humano e, como todos os outros, participa dos jogos de poder dentro da sociedade”. Por isso é pós-autônoma, pois não é autorreferencial e nem representa a si mesma. Como está inserida num contexto sociocultural, ao mesmo tempo em que ficcionaliza esta realidade, também cria a realidade que veicula.

Como os romances são produtos com maior extensão narrativa que outros gêneros produzidos por Noll, neles identifico a potência subversiva das normas

sexuais e de gênero propostas por este autor. Por isso, optei por analisar a sua produção romanesca. Como busquei um caminho cartográfico, que traça rotas em contínuos movimentos, e não um mapeamento, cuja marca é a representação de linhas acabadas e estáticas (ROLNIK, 2014), os romances analisados entram e saem de cena em diferentes intensidades ao longo da pesquisa. Por isso, ao me debruçar sobre a produção romanesca do autor, advirto que seus romances foram aqui acionados com intensidades distintas nas análises realizadas. Uns podem se sobressair mais que outros.

Algumas questões me guiaram durante a produção desta pesquisa, tais como: que subversões são provocadas pela escritura *queer* de João Gilberto Noll? Por quais caminhos de subjetivação nos leva tal escritura? Como os romances de Noll contribuem com o questionamento dos padrões hegemônicos da heteronormatividade, bem diferente do que tem sido apresentado pelo mercado comercial sob a designação de literatura gay?

Então, aviso às leitoras e aos leitores que navegam pelos escritos deste trabalho: esta pesquisa é fruto de muitos afetos. E compreendo afeto, aqui, em sua dupla semântica, tanto o substantivo vinculado ao carinho, quanto o verbo que traduz a capacidade de se deixar tocar, invadir por algo. Durante a realização deste estudo, acompanhei de perto muitas situações de (re)produção das subalternidades no Brasil. Toda a sociedade brasileira tem sido afetada pela tentativa de golpe político organizado por grupos vinculados aos partidos de direita, religiosos e com o apoio da elite econômica. Obtiveram, com isso, assustadoras conquistas, até o afastamento da atual presidenta do país, eleita democraticamente.

A violência institucionalizada contra as populações trans*¹ e travestis do país cresce vertiginosamente, tornando o Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, conforme o Portal de notícias da EBC Agência Brasil (2016). De acordo com o Observatório Brasil da Igualdade de gênero (2016), o Brasil violenta suas mulheres, sejam elas trans* ou cis², de muitas formas: física, psíquica, monetária

¹ O asterisco no termo trans* foi convencionado pelo movimento transfeminista para indicar a heterogeneidade identitária de gênero das pessoas que se reconhecem e são reconhecidas como trans*. Portanto, utilizaremos o asterisco no termo trans*, assim como na letra T da sigla LGBT*.

² Segundo Viviane Vergueiro (2015), cisgeneridade é um conceito que pretende dar conta de marcar os sujeitos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente e que não são, portanto, transgêneras, são “pessoas cis”. No entanto, conforme afirma a autora, a cisgeneridade não se restringe a uma nomenclatura identitária apenas, visto que corresponde a um posicionamento sociopolítico, cultural e epistêmico acerca das produções dos saberes, a qual constitui as relações de poder nas sociedades regidas pelo regime sexopolítico.

e emocionalmente, além de impedir seu direito ao corpo, ao criminalizar o aborto. Tudo isso no mesmo tempo e espaço em que é retirada a discussão de gênero e sexualidade de muitos Planos Municipais de Educação (PME) e do Plano Nacional de Educação (PNE), através de projetos de leis encabeçados pela bancada evangélica e conservadora da Câmara Nacional dos Deputados.

As populações de rua, prostitutas, comunidade LGBT*, indígenas, negros e negras, pobres e periféricas são continuamente violentadas em sua cidadania e em seu direito de existir. Os grupos identitários que supostamente garantem a afirmação de políticas para as pessoas subalternizadas, sob o signo hegemônico de movimentos gay, negro, de mulheres e indígena terminam por não evidenciar os diversos níveis de desigualdades no interior dos próprios grupos, silenciando vozes de existências que escapam aos moldes identitários e perpetuando situações de assujeitamento a que estão submetidos os sujeitos, seja em âmbito econômico, cultural ou sociopolítico.

Sendo assim, é importante chamar a atenção para o caráter político deste trabalho. Primeiro, não acredito em um trabalho acadêmico, enveredado por uma leitura *queer* na construção de sua pesquisa, que não esteja implicado politicamente, denunciando as diversas situações de subalternidade que acometem os sujeitos. Segundo, ao traçar uma análise a partir das dissidências sexuais e de gênero, não é possível deixar de reconhecer os diversos processos de identificação e os múltiplos níveis de opressões que transpassam as nossas existências.

Portanto, procurei produzir com esta pesquisa um trabalho que afete politicamente, produza eco e contribua com o descentramento da heteronorma, e não um documento acadêmico, fechado em uma cientificidade cartesiana. Em diversos momentos, busquei escapar a alguns enquadramentos metodológicos, estranhando as normalizações que, por vezes, não contribuem com uma política da diferença. Optei por evitar fazer a marcação de gênero binário, em muitas sentenças frásicas. Em outros momentos, a marcação é feita no feminino e no masculino, a fim de descentrar a universalidade masculinista marcada na língua.

Muitas vozes de outras feiticeiras e feiticeiros foram acionadas como referência e me ajudaram a compor este percurso. Por isso, nos capítulos que seguem, optei por utilizar a primeira pessoa do plural, a fim de somar a minha voz, politicamente implicada, às outras vozes que se fizeram presentes. Ao contrário dos trabalhos acadêmicos marcados pela polidez e pela higienização linguística, sobretudo em relação aos termos referentes à sexualidade, preferi uma indisciplina gramatical. No

lugar dos termos médicos e higienistas “vagina”, “ânus”, “pênis”, “sexo oral”, “sexo anal”, utilizo as expressões buceta, cu, pau, boquete e dar o cu, dentre outras, inspirada pela reapropriação política dos chamados palavrões como resistência dos estudos *queer* e na escritura da diferença presente nos romances de João Gilberto Noll.

Desse modo, as seções que seguem estão assim organizadas: na seção “Pegação”, elaboro uma análise acerca das produções literárias contemporâneas chamadas de “literatura gay”. O interesse em conhecer melhor a chamada “literatura gay” surgiu após as minhas leituras de trabalhos acadêmicos da crítica universitária, tais como Denílson Lopes, Antônio de Pádua Silva e Roberto Muniz Dias, cujas produções rotulavam a produção literária de Noll de “literatura gay”. Ao me deparar com as produções romanescas desse nicho literário, percebi que não é possível enquadrar a narrativas de Noll nessa nomenclatura, posto que sua proposta artística está para além de uma formatação identitária, bem como inúmeros outros distanciamentos.

A “literatura gay” é fruto da última década do século XX na literatura brasileira, pois dá continuidade ao projeto de expansão da produção literária com temáticas específicas, a qual cria mercados simbólicos de bens de consumo, como literatura feminina, lésbica, negra, gay, entre outras, inspirados nas revoluções sexuais das décadas anteriores. É importante ressaltar a importância da consolidação política e do embasamento teórico do feminismo para a abertura desses “cânones paralelos”. Através de movimentos específicos, foi se construindo uma maior articulação e organização política de militantes gays e lésbicas para operacionalizar produtos culturais dentro de uma lógica de mercado massivo.

Segundo Néstor Canclini (2008), a partir da década de 1990 ocorre a entrada da América Latina nos projetos da modernidade ocidental, com todas as suas contradições de emancipação das obras de arte frente a outros campos simbólicos³, de profissionalização de um campo artístico e suas engrenagens de funcionamento (produção, circulação e consumo) de renovação da arte. Isso implica a criação de novos códigos de distinção simbólica, conforme já apontava Bourdieu (2007), bem

³ Na obra *Culturas Híbridas*, Néstor Canclini (2008) nos apresenta o panorama moderno da circulação dos bens simbólicos e como a sua movimentação é desigual nos diferentes tempos e espaços no Ocidente, principalmente, na América Latina.

como a sua contínua expansão e democratização de acesso para alcançar públicos maiores.

É importante ressaltar a relevância dos Estudos Culturais e da Crítica Cultural no Brasil, a partir da década de 1970, pois contribuíram com a abertura acadêmica e artística no tratamento de temas historicamente subalternizados (SOUZA, 2002). Assim, a criação de “cânones paralelos” foi viabilizada e é tão importante quanto as fissuras temáticas e estéticas de dentro do cânone literário, pois todas estas vozes indicam o poder e a resistência das multidões dissidentes para existir, se representar e fazer frente ao campo artístico institucionalizado.

O atual mercado literário massivo utiliza mais comumente a expressão “literatura gay, lésbica ou LGBT**”⁴, para se referir às produções literárias com temática LGBT*, produzido e consumido, prioritariamente, por gays ou lésbicas. Conforme Dias (2013, p. 18), “O estudo histórico dessa literatura de temática gay vem sendo empreendido como ferramenta para a compreensão do fenômeno sociocultural da homossexualidade como prática cultural em determinado contexto”. Assim, de acordo com o autor, a chamada literatura gay funciona como um subsistema que existe no interior da literatura canônica. Ainda incluo aqui o fator político-identitário, que permeia toda essa produção.

Nesse sentido, na seção Pegação apresento as possíveis aproximações e distanciamentos entre a literatura de mercado massivo, produzida por diferentes perspectivas da literatura de temática gay no Brasil e a escritura da diferença de João Gilberto Noll, visto que Noll também circulou pelo mercado editorial massivo. Para tanto, apresento os trânsitos desse autor com o mercado literário massivo. Analiso os diferentes conceitos utilizados para referir-se às produções literárias com temática homossexual – homoerótica, homoafetiva e homotextual –, trazendo em evidência a produção do mercado editorial que opera sob o título de “literatura gay”.

Ao analisar mais especificamente as produções da chamada “literatura gay”, identifico projetos político-discursivos que são empreendidos em alguns romances, estimulando, pedagogicamente, uma forma determinada de ser e agir como “homossexual” e viver a homossexualidade de modo engajado. Por isso, proponho pensar tais projetos como: assimilacionista, pedagógico e engajado. As reflexões de

⁴ Os termos “literatura gay” ou “literatura LGBT**” terão significados equivalentes nesta dissertação. É importante salientar que a análise que empreendemos aqui coloca sob rasura tais expressões, tendo em vista suas limitações epistemológicas e políticas.

Denílson Lopes, Roberto Muniz Dias, Antônio de Pádua Silva, Helder Maia, Dário Sanches, Karl Schollhammer, Edward MacRae, Leandro Colling, Guacira Louro, Richard Miskolci e Regina Dalcastagnè foram fundamentais nessa seção.

É fundamental ressaltar que não trato comparativamente as produções da “literatura gay” e os romances de Noll, no que tange às suas distintas propostas estéticas de modo valorativo. Ressalto que são propostas literárias com momentos históricos e propostas políticas diferentes. Reconheço, inclusive, o capital simbólico que privilegia Noll a ocupar um espaço literário canônico e um lugar de fala de legitimidade hierárquica desigual, frente aos escritores e escritoras da “literatura gay”. Por outro lado, identifico que os projetos discursivos desse segmento literário, mesmo subvertendo a própria lógica canônica, ao instituir um segmento de narrativo de temática especificamente gay para ser consumido, termina por reiterar, em suas narrativas, uma série de micro-opressões no interior dos grupos sociais subalternizados, esquecido sob a égide da sigla LGBT*.

Na seção seguinte, chamada de “Ozadia”, apresento os distanciamentos temáticos e políticos da produção feiticeira de Noll em relação às produções homoeróticas da literatura de temática gay, ao promover narrativas não higienizadas e indisciplinadas, através dos seus romances. Identifico também a escritura *queer* produzida por João Gilberto Noll, através do agenciamento terrorista que deriva do seu texto. Pondero sobre a forma como Noll buscou subverter a noção de sujeito ontológico, criando personagens-corpos em constantes devires, fraturando algumas conceituações sociológicas mais tradicionais, que visavam maior fixidez dos sujeitos, como identidade, nacionalidade e classe. Busco agenciar também um “fréte” entre a noção de literatura menor, da filosofia francesa pós-estruturalista, do Deleuze e Guattari, com as noções de bilinguajamento, língua menor e língua de fronteira, do pensamento decolonial latino-americano e dos estudos das subalternidades, a partir das contribuições de Glória Anzaldúa e Walter D. Mignolo, como esteticamente Noll subverte as normas linguísticas da gramática oficial, as noções de artifício, exterior e máscara, funcionando como uma estética *camp*. As vozes de Suely Rolnik, Roland Barthes, Stuart Hall, Roberto Corrêa Santos, Michel Foucault, Joel Birman e Susan Sontag contribuíram substancialmente nas reflexões dessa seção.

Na quarta e última seção, intitulada “Gozo”, apresento os distanciamentos conceituais sobre o desejo, confrontando as perspectivas de Deleuze e Guattari com a psicanálise de Freud. Também, observo a cartografia dos corpos vagabundos e

seus gêneros inconformes, através de masculinidades e feminilidades precárias forjadas em suas personagens. Neste ponto, procuro compreender a existência humana a partir das vidas que não importam ao Estado e nem à sociedade heteronormatizada, branca, masculinista, cristã e detentora de bens e de recursos de produção, mas que bravamente resistem à assimilação social, por meio dos desejos e das práticas sexuais dissidentes. Uma verdadeira literatura que goza pelo cu. Por isso, identifico como os romances de Noll subvertem as práticas sexuais hegemônicas, localizadas apenas nos órgãos reprodutores e para fins de reprodução. Pretendo pensar de que modo a subversão de práticas sexuais, dos corpos, das noções de feminilidade e masculinidade, bem como a construção do “vagabundo” social e sua condição de vida precária, contribui com um novo projeto de humanidade. Nessa seção, as reflexões das pesquisadoras Judith Butler, Beatriz Preciado, Gilmaro Nogueira, Sayonara Amaral, Javier Sáez e Sejo Carrascosa, Jack Halberstam e Guy Hocquenghem são fundamentais nas análises realizadas.

2 PEGAÇÃO

Depois do frête, a pegação é sempre uma possibilidade de encontro entre os corpos que se desejam. Na esteira dos termos do pajubá⁵ baiano, *Pegação* corresponde aos relacionamentos afetivossexuais momentâneos: beijos, carícias, amassos, sem qualquer compromisso oficial de “namoro”. É assim que esta seção pode ser compreendida, como uma metáfora para observar os encontros que resultaram em beijos, carícias e amassos entre a escritura de João Gilberto Noll e a chamada produção literária gay de mercado editorial massivo brasileiro. Como toda pegação, a relação entre estes dois projetos é circunstancial, pois os distanciamentos estéticos e políticos entre eles são bem demarcados.

Em se tratando das aproximações, João Gilberto Noll, mesmo sendo reconhecido como um escritor canônico, também buscou trilhar os caminhos do mercado editorial comercial. A primeira investida do autor foi participar, em 1999, da Coleção Plenos Pecados, da editora Objetiva, cuja intenção era, através de sete romances que abordassem os chamados pecados capitais, popularizar e tornar mais atraente para o público produções literárias elaboradas por escritores brasileiros reconhecidos pela crítica literária nacional, como João Ubaldo Ribeiro, Luis Fernando Veríssimo, Zuenir Ventura, Ariel Dorfman, José Roberto Torero e Tomás Eloy Martínez.

Uma série tentadora: a coleção Plenos Pecados reúne sete livros diferentes, sete autores talentosos, cada um deles escrevendo sobre um vício capital: inveja, luxúria, avareza, preguiça, ira, soberba e gula. Um convite à reflexão – e também ao prazer. Dos pecados capitais, a preguiça é aparentemente um dos mais inofensivos. Será mesmo? Não é a interpretação de João Gilberto Noll, um dos mais importantes autores da literatura brasileira contemporânea. Em ***Canoas e Marolas***, quinto volume da coleção Plenos Pecados, ele apresenta uma visão original e intrigante deste pecado – a apatia surge como condição extremamente reveladora de nossa existência nos dias de hoje (EDITORA OBJETIVA, 1999. Grifos do autor).

⁵ *Pajubá*, neste contexto, funciona como uma manifestação linguística e identitária de sociabilidade na comunidade LGBT*. Ou seja, o uso de termos de origens africanas que de algum modo caracterizam e singularizam os falares “guei”. Vale ressaltar que, como toda expressão linguística, varia no tempo e no espaço, e é uma experiência comunicativa local, plural e não homogênea.

O livro que aborda o pecado da preguiça, com o título de *Canoas e Marolas* (1999), esteticamente não foge ao estilo já conhecido de Noll: “tudo naquela ilha recendia uma linguagem aquática: margem, travessia, embarcações...” (1999, p. 73). Narração em primeira pessoa, entrecruzada por fluxos de consciência. No enredo, um narrador-personagem sem nome, soterrado na profunda superfície de si mesmo, mas sem deixar escapar o mundo ao seu redor, preso em uma ilha, vagando à procura da filha Marta, a maior prostituta da cidade. A letargia toma conta da narração. Apenas a atenção ao garoto que lhe acompanhava era o que guiava a personagem: “Aliais, naquele momento já não sabia mais se iria mesmo ao encontro dela ou ficaria enfim por ali com o garoto à beira do rio, tentando alguns expedientes para nosso sustento, pequenos furtos talvez” (NOLL, 1999, p. 24).

A concepção gráfica do livro chama bastante a atenção: capa em vermelho, com um destaque em relevo no nome preguiça e um desenho ilustrando a paisagem do romance. Por dentro, a primeira página é toda escrita com fonte tamanho 20, além de conter ilustrações ao longo de toda a narração. Este modelo seguiu o padrão editorial de toda a coleção. Tais estratégias são importantes de serem notadas porque fogem ao formato comumente adotado pelo autor para a publicação de seus romances, geralmente, com diagramação mais austera, próxima da linha editorial mais “cult”⁶. A proposta da editora seguiu, portanto, os apelos comerciais de publicação, visto que investiu em uma abordagem gráfica de maior apreciação do público consumidor.

Outro projeto do qual o escritor participou foi o lançamento do livro *Mínimos, múltiplos e comuns*, em 2003. O livro foi resultado do trabalho do autor, durante os anos de 1998 a 2001, como colunista na *Folha de São Paulo*, conforme explicita Fabiúla Neubern (2011, p. 09):

Entre os anos de 1998 e 2001, João Gilberto Noll dedicou-se a um projeto de literatura idealizado pela e publicado na *Folha de S. Paulo*. À época, as declarações do jornal manifestavam o desejo de oferecer ao leitor conteúdos literários, diariamente. Três autores revezavam na escrita de seus pequenos textos, publicados ao lado da coluna do horóscopo. Tratava-se de espaço reduzido e o que se produziu em muito se assemelhou ao microconto, mas é preciso dizer que a escrita de cada autor imprimiu identidades diferentes aos textos. O autor gaúcho não integrava o primeiro time. No início do projeto,

⁶ O termo “cult” aqui está sendo compreendido como marcação de erudição, para diferenciar-se do termo “pop”, mais voltado às estratégias de mercado comercial, conforme Jeder Janotti Júnio (2015).

participavam Voltaire de Souza (pseudônimo do jornalista Marcelo Coelho), Fernando Bonassi e Luísa Seixas, que se ausentou em agosto de 1998, sendo então substituída por Gilberto Noll. Data de 24/08/1998 a primeira e 03/12/2001 a última publicação da coluna — Relâmpagos.

Este projeto rendeu aos escritores maior visibilidade de suas produções, além de maior alcance a um público mais diversificado. A escrita de microtextos, conforme informa a autora, foi um desafio, visto que não fazia parte do gênero literário comumente produzido por Noll.

A recepção dos microtextos foi bastante positiva para a *Folha de São Paulo*, fazendo com que o projeto tivesse duração de três anos, o que resultou em 338 microtextos publicados. Assim, em 2003, após o sucesso da coluna, Noll resolve reunir todos os seus escritos e publicá-los, através da Editora Francis, em formato impresso, com muitos diferenciais em relação aos seus outros livros: livro em capa dura, com diagramação feita pela W11, papel pólen em tom amarelado, com bordas pretas, além de ilustrações como pano de fundo a cada início de seção (NEUBERN, 2011). Tal concepção gráfica seguem as estratégias de mercado comercial, com maior apelo aos aspectos visuais.

Em 2009, o autor publicou dois livros paradidáticos infantojuvenis, *Sou eu!* e *O nervo da noite*, ambos pela editora Scipione. Livros com diagramação específica para atrair e atender ao público jovem: curtos, com 46 páginas apenas, em formato pequeno, como um livreto ou diário, capa com muitos destaques em relevo, colorido e com páginas em formato de caderno, com linhas, onde a narração acontecia. O formato de diário é atraente para o público destinado infantojuvenil, assim como as cores, o texto curto e ilustrações de algumas cenas das narrativas.

O seu estilo literário e temático está presente em ambos os livros: os conflitos, os processos de subjetivação e a opção sempre pela vagância, pelo trânsito. No livro *Sou eu!*, por exemplo, narrado ora em terceira pessoa, ora em primeira, de forma bastante lírica, o narrador vai contando, através da memória afetiva de um jovem, agora adulto, as suas lembranças enquanto garoto da cidade que passava férias no interior, onde conhece um garoto do campo, com quem divide as experiências de autoconhecimento, afetividade e, de modo muito sutil, da descoberta da sexualidade.

Os meninos deitaram um pouco na relva. Tinham amarrado as camisas na barriga, já que vesti-las num calor daqueles seria

insensato e nenhum deles gostaria de destoar do encaminhamento natural das coisas. A hora já deveria ultrapassar o meio-dia. A tarde ia radiosa pela manhã. Os pais das crianças no almoço. Eles retornariam com traços ainda inebriados pela fonte que nem saberiam nomear (NOLL, 2009b, p. 24).

Não há um conflito angustiante externado pela personagem. Há, sim, uma disposição para experimentar a vida e as pessoas que se aproximam, como esse amigo com quem passa a adolescência e a juventude, durante as férias, na casa de campo da família. A questão identitária expressa, inclusive no título do romance (*Sou eu!*), aparece ao final, mas como consequência de uma adolescência e juventude atravessadas por um trânsito identitário que lhe foi permitido usufruir, e que remete a um ser adulto, carregando em si o fluxo das identificações possíveis:

Entre os dois existia uma profusão de plantas. Ele observou as próprias mãos: pareciam as de sempre, sem embaralhá-lo com qualquer outra identidade. Mãos nessas alturas adultas, prontas [...] A mãe repetiu, “Quem é?”. Ele então encheu o peito e exclamou, “Sou eu!” (NOLL, 2009b, p. 43).

O livro seguinte ao almejar um diálogo com o mercado comercial publicado pelo autor foi *Anjo das ondas*, de 2010, também pela editora Scipione, como um livro paradidático. O romance, mesmo propondo uma leitura identitária, tematiza a vida de um adolescente que busca intensamente descobrir mais sobre si e sua sexualidade. O trânsito e a experimentação é o que constitui as vivências dessa personagem. Nessa narrativa, o jovem chamado Gustavo mora com a mãe e a avó em Londres, mas que deseja conhecer o pai, que mora no Rio de Janeiro, vindo, então, passar as férias no Brasil a fim de realizar o seu desejo. O romance é narrado ora em terceira pessoa, ora em primeira. O nome do garoto aparece poucas vezes durante a narrativa, pois o enfoque dado é não naquilo que ele é, mas aquilo que ele pode vir a ser.

Em Londres, Gustavo tem uma namorada, a personagem Cris. Ao vir ao Brasil, em pouco tempo, o namoro finda, e o garoto envereda pelas aventuras na cidade do Rio. Gustavo não esperava encontrar o pai, cuja profissão é escritor, em uma situação de tamanha precariedade material. A pobreza não era familiar ao garoto. Mas, as águas do mar, o calor e as aventuras fazem com que esse garoto se apaixone não só pela cidade, mas pelas experiências afetivas e sexuais advindas da situação de penúria. “De uma hora para outra, eu era um estranho tentando manter os resíduos

de minha precária identidade. A criança que eu fora não poderia imaginar o homem triste que eu estava a ponto de adotar (NOLL, 2009b, p. 57).

Do ponto de vista estético, o que chama atenção é o investimento nos detalhes gráficos mais arrojados, impresso em papel pólen amarelado; a capa emborrachada com cores distintas em frente e verso, fonte do texto azul-petróleo, além de uma orelha em tamanho real à página do livro.

A literatura de mercado comercial, que abriga a chamada literatura de autoajuda ou dos melodramas folhetinescos, tem alcançado sucesso de vendas e o gosto popular. Então, tal produção literária pode construir uma narrativa que afete de modo xamânico, feiticeiro, o público, proporcionando mais rupturas e incômodos com os discursos heteronormativos, que uma simples assimilação. Portanto, não basta quantificar o número de personagens gays ou lésbicos que aparecem em narrativas ficcionais, ou apenas o número de escritoras lésbicas ou escritores gays, mas sim fazer emergir personagens que questionem a ordem naturalizante da heteronormia, inclusive, o apagamento de escritos que representem uma maior diversidade invisibilizada que reside no interior da sigla LGBT*.

Noll buscou uma maior articulação entre a sua escrita literária e o mercado comercial, mas sem negociar uma rendição temática ou uma abordagem menos desordeira, indisciplinada e promíscua. Mesmo sendo vinculado a duas das maiores casas editoriais do país, como a Rocco e a Record, vem trabalhando em parceria com outras casas do setor comercial, buscando expandir o seu capital simbólico e se embrenhar no mercado. Isso serve para demonstrar o caráter de elasticidade dos códigos de distinção social, enxergando no mercado comercial não um subsistema literário de nenhum valor artístico, mas como um potencial campo literário de visibilidade, que produz literatura de maneira diversificada para atender às demandas e os gostos dos variados públicos.

Sendo assim, João Gilberto Noll, dentre muitos outros autores renomados pelo cânone literário, tem buscado meios de se inserir neste mercado de maior consumo e maior projeção de seus trabalhos, para alcançar novos públicos. Localizar o trabalho literário de Noll não é uma tarefa fácil. Mas, é preciso concordar com a afirmação de Umberto Eco (1989, p. 62): “todo artista aspira ser lido”. Portanto, negociar com os agentes de produção, circulação e consumo que constituem o campo literário, seja ele comercial ou não, é um caminho inescapável para se manter nesse ramo.

2.1 A LITERATURA DE TEMÁTICA GAY QUE SAI DO ARMÁRIO: MANUAL PARA SER UM HOMOSSEXUAL RESPEITÁVEL

As décadas de 1960 e 1970 foram de muitas mudanças sociais e enfrentamentos emblemáticos no Ocidente, principalmente em relação à luta feminista, negra e LGBT*. É fundamental ressaltar, por exemplo, a influência de eventos históricos como a violência ocorrida no bar nova iorquino *Stonewall*, ocorrido em 1969, a partir do qual surgiu uma série de protestos de homossexuais não assimilacionistas, pessoas soropositivas, lésbicas masculinizadas, travestis e transsexuais, a reclamar e resistir contra a violência social e institucional praticada contra a população LGBT*. É a partir do episódio de *Stonewall* que muitas/os ativistas iniciam mobilizações públicas, que visavam chamar a atenção da sociedade para a violência de que esses sujeitos eram cotidianamente acometidos.

A partir de então, inspirados pela mobilização política das décadas de 1960 e 1970, alguns grupos intitulados *queer* emergem na década seguinte num contexto de revolução social de minorias políticas e sexuais, com ênfase na militância das populações LGBT*, tais como o ACT-UP, em Nova York, em 1987, e o *Queer Nation*, em 1990 (MISKOLCI, 2011).

No Brasil, essas mesmas décadas foram de muitos embates políticos, consolidação de grupos, movimentos identitários e de resistência. Destacam-se a luta constante de ativistas negras e negros contra o racismo, o fortalecimento de ações estudantis e de intelectuais de esquerda, sobretudo nas artes, música, teatro e literatura, para enfrentar o autoritarismo e a violência da ditadura militar. Esse período é também chamado de *desbunde* (HOLLANDA, 1992), para representar os posicionamentos que confrontavam os parâmetros políticos e estéticos dominantes na época. O grupo teatral *Dzi Croquettes* (1972) foi um exemplo de *desbunde* e de resistência ao autoritarismo e à censura imposta pelos militares, subvertendo, através da arte, a ordem nacional e sexual estabelecida.

Será, então, a partir da influência desse contexto social que a temática das sexualidades dissidentes, na década de 1970, entrará na ficção literária brasileira com maior expressividade, mas ainda com muita resistência no campo da crítica literária. Segundo Schollhammer (2009), as décadas de 1970 e de 80 do século XX foram o

marco na ficção brasileira como as décadas de crítica ao regime militar, além de transgressoras às normas sociais e sexuais vigentes.

Mesmo com toda a perseguição da ditadura militar ao censurar seus romances, é nesse período que a escritora Cassandra Rios, por exemplo, chega ao ápice de vendas e público. Suas produções ficcionais, cujas narrativas são inéditas à época, carregam um forte posicionamento lésbico, obsceno e político. Segundo Silva (2012), Cassandra Rios, a “escritora maldita”, como ficou conhecida, obteve uma enorme popularidade, através da publicação de romances que enfocavam temáticas lésbicas, com alguma repercussão desde os anos 1940, por meio do lançamento do seu primeiro livro *Volúpia do pecado* (1948), até a década de 1980, tornando seus romances *best sellers* nacionais.

Na década de 1980, proliferaram escritos ficcionais e não ficcionais, além do surgimento de novos nomes autorais, sobre o contexto da AIDS e das sexualidades dissidentes. Esse também foi o período da ampliação da luta por liberdade de expressão, em função da ditadura militar e da revolução sexual, marcando um período de muita resistência.

Em 1985, o renomado intelectual, crítico literário e escritor brasileiro, Silviano Santiago, publica o romance *Stella Manhattan*, história protagonizada pela travesti Stella e narrada a partir de vozes subalternizadas. Silviano Santiago ocupa uma posição de trânsito muito interessante – e necessária – no cenário de prestígio intelectual: reconhecido no *métier* acadêmico e literário, além de muito respeitado e elogiado pela crítica, produz um pensamento questionador que, em alguma medida, redimensiona a abordagem das sexualidades dissidentes no cenário literário brasileiro. Tem seus livros indicados para premiações nacionais e internacionais (LOPES, 2008), além de ter levado o prêmio Jabuti na categoria romance (maior premiação da Literatura Brasileira), com o livro *Em liberdade* (1981), o prêmio da Academia Brasileira de Letras, com *Stella Manhattan* (1985) e *Heranças* (2008), e o prêmio Machado de Assis, em 2014.

O escritor Sérgio Sant’Anna, mesmo produzindo desde a década de 1960, aparece nas décadas posteriores explorando também na narrativa ficcional os limites da ordem sexual, como nos livros de contos *Confissões de Ralfo* (1975), *A senhorita Simpson* (1989) e, o mais recente, *O homem-mulher* (2014). Muitos outros (e não muitas outras, infelizmente) aparecem no cenário literário nesta década de 1980 e no início da de 1990, como Mara Faury, com a publicação do livro *Uma flor para os*

malditos: homossexualidade na literatura (1983), João Silvério Trevisan, com *Devassos no paraíso* (1986), Caio Fernando Abreu e sua vasta literatura atravessada pelo tema da AIDS e de relações homoafetivas, como nos romances *Morangos Mofados* (1982) e *Onde estará Dulce Veiga?* (1990).

Contudo, a pandemia da AIDS nos anos 1980 foi perversa e de extrema violência para com a população LGBT*. Esse foi um dos fatores que contribuíram para que fosse repensada a luta política identitária, o que a levou a mais próxima das expectativas sociais da heterossexualidade, a fim de positivar a imagem da homossexualidade. Em oposição ao *desbunde*, à irreverência, à fecheção⁷ e ao espetáculo das décadas anteriores, entrava em vigor um posicionamento militante identitário de homossexuais, de modo organizado, que buscava inserção social.

Segundo o antropólogo Edward MacRae (1981), a militância homossexual da década de 1980 buscou dialogar com a sociedade através de um comportamento “aceitável” pelo corpo social, retirando a fecheção como uma arma política de enfrentamento:

Desde os primórdios daquela campanha [Au, au, au é legal ser homossexual, de 1980], tentou-se mostrar que eles [militantes homossexuais respeitáveis] poderiam ser cidadãos tão bons, decentes e integrados quanto os heterossexuais. No século passado chegou-se ao ponto de inventar a ideia de um "terceiro sexo", para quem o homossexualismo seria "natural", por ser uma tendência congênita. Mas, ao lado desta aristocracia, homossexual por nascimento, haveria um bando de disreputáveis *parvenus* degenerados, os "pervertidos", cuja homossexualidade era "adquirida" e, portanto, ilegítima e passível a todo tipo de repressão (MACRAE, 1981, p. 106. Grifo do autor).

O *slogan* “Au, au, au é legal ser homossexual” buscava incorporar a comunidade de homossexuais na sociedade heterossexual, na tentativa de evidenciar a “igualdade” entre esses grupos e a “normalidade” da prática sexual entre iguais, visto que a homossexualidade já não mais constava no código internacional de doença (CID) como patologia, desde 1975. Essa campanha utilizava estrategicamente um essencialismo de fixação identitária a fim de garantir direitos. O discurso requeria, através do diálogo e da pacificação, ser assimilado pela sociedade hegemônica, e, para isso, era importante comportar-se como “heterossexual” e colocar a “homossexualidade” no âmbito exclusivo da prática sexual secreta, vestindo um

⁷ Coisas do pajubá! A fecheção pode ser compreendida como uma atitude exagerada, de afetação, tipicamente de algumas pessoas da comunidade LGBT*.

gênero de acordo com os padrões sociais aceitáveis, homens masculinizados e mulheres femininas.

Frequentemente este tipo de atuação "fechativa" é criticada por militantes mais sérios dos movimentos homossexual e feminista que dizem que além de ser uma reprodução de estereótipos ele não leva a nenhuma mudança, seu humor funcionando mais como uma forma de anestesia. O padrão de masculinidade seria mantido como um ponto fixo em relação ao qual as mulheres e os homossexuais masculinos emergiriam como "aquele que não é masculino" (MACRAE, 1981, p. 110).

Tal postura, como ressaltou MacRae (1981), adotada por militantes gays "respeitáveis", acabava por demarcar espaços de superioridade dentro do próprio movimento gay, por instituir o modelo de gays respeitáveis, que poderiam participar da sociedade, e das "bichas loucas", que continuaram fora do acesso à legitimidade e reconhecimento social. Esse posicionamento acabava por: perpetuar uma situação de subalternidade da população LGBT*, visto que o posto de legitimação e dominação continuava a pertencer ao pensamento heterossexual; não enfrentar os discursos de ódio e de rejeição dirigidos à comunidade LGBT*, pois buscava apenas se inserir no seio social, sem questionar o pressuposto de "naturalidade" da produção da identidade, seja ela heterossexual ou homossexual; além de não reivindicar aquilo que hoje percebemos ser tão vital numa sociedade democrática: a produção e o respeito às diferenças identitárias e a compreensão dos dispositivos que as tornam desiguais.

Depois da pandemia da AIDS, a visão estereotipada construída socialmente girava em torno da ideia de que os homossexuais masculinos eram doentes, reduzidos a uma prática sexual desviante, não monogâmicos e, portanto, promíscuos e doentes. Neste período, a militância gay recorre estrategicamente ao discurso da "normalidade e da igualdade entre os sexos", a fim de combater a discriminação e o preconceito. Influenciada por essa onda de produções discursivas que negativavam as experiências não heterossexuais, a produção literária com temática homossexual dos anos 1990 e início dos anos 2000 vai apresentar uma alternativa mais assimilacionista, buscando incluir a comunidade LGBT* no conjunto da sociedade heterossexual através do discurso "Somos todos iguais e normais" (MISKOLCI, 2011).

O movimento LGBT* nasceu como movimento social organizado no Brasil há pouco mais de trinta anos. Foi no final da década de 1970 que a ditadura militar começou um processo gradual de abertura

política, o qual criou condições para o florescimento desses novos atores políticos, os movimentos sociais. Nos países centrais, estes surgiram uma década antes, associados à luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos, à chamada segunda onda feminista, o movimento pacifista e o caçula dos movimentos, que, nos Estados Unidos, surge já como movimento gay. Em nosso caso, o movimento homossexual surge nas grandes cidades, formado principalmente por homens brancos de classe média e alta com formação universitária (MISKOLCI, 2011, p. 40).

Como a construção do referencial acadêmico interessado nos estudos gays e lésbicos se deu em paralelo ao aparelhamento militante de movimentos homossexuais, bem como o estabelecimento de uma parceria com o Estado (MISKOLCI, 2011), o recurso ao “essencialismo identitário” pareceu ser o caminho mais viável para criar um enfrentamento à exclusão social que assujeitava gays e lésbicas. Portanto, acreditamos que a utilização do “essencialismo identitário”, acionado estrategicamente nesse momento, corresponde a um procedimento de fixação das identidades sexuais para resistir à injúria e a exclusão social, fazendo com que gays e lésbicas adotassem padrões comportamentais socialmente aceitos pelo Estado e pela sociedade brasileira: o padrão heteronormativo.

De acordo com Miskolci (2009), a heterossexualidade impressa no corpo, através do comportamento, da expectativa, da forma como organizamos nossas vidas, expressa a hegemonia de uma norma sexual em detrimento de outras. Este é o princípio do conceito da heteronormatividade, cujos dispositivos discursivos diversos buscam instaurar nos sujeitos uma sexualidade reconhecida.

A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. Muito mais do que o *aperçu* de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 157).

A heteronormatividade tem como base fundadora o projeto de assimilação identitária, utilizada “estrategicamente”. O conceito de “essencialismo estratégico”,

cunhado pela pensadora feminista Gayatri Spivak, deve ser compreendido como a estratégia política necessária para fixar identidades subalternizadas, negociando com situações de opressão e melhor enfrentando os discursos de subalternização. No trabalho *Pode o subalterno falar?*, Spivak (2014) argumenta que o “essencialismo estratégico” é uma arma necessária para as mulheres enfrentarem a tirania masculina e neocolonizadora.

Segundo a autora (2014), o projeto imperialista ocidental imprime as marcas da subalternidade, através da criação de um Outro, como um sujeito subalterno: o imigrante, o local, a mulher, o negro, o índio. Sendo assim, o “essencialismo estratégico” recorre a uma fixação identitária provisória a fim de obter reconhecimento e promoção de políticas públicas. É fundamental ressaltar que Spivak (2014) alerta que é um procedimento para ser utilizado de modo muito cuidadoso, e em situações que demandem ações políticas urgentes, caso contrário, pode se tornar “uma armadilha de retorno ao essencialismo substantivo”.

Também Stuart Hall (2012), no trabalho *Quem precisa de identidade?*, nos interroga: quem ainda precisa de identidade? Segundo o autor, as teorias pós-estruturalistas concordam que a produção das identidades é um ato performativo e deliberadamente linguístico, mas pouco levam em consideração as posições-de-sujeito no interior das relações de poder.

Hall (2012) também coloca o termo “identidade” sob rasura, preferindo utilizar “identificação”, e reconhece que os processos identitários correspondem aos agenciamentos que construímos social e historicamente. Conforme o autor, “Elas [as identidades] têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 2012, p. 109). Ou seja, o sujeito é um efeito da linguagem que viabiliza a sua existência. Hall (2012), assim como Spivak (2014), concorda que mesmo reconhecendo a constituição discursiva dos sujeitos, estes são marcados pelas distinções socialmente construídas e alocados conforme as distribuições de legitimação social e política na sociedade.

No entanto, segundo Hall (2012), os sujeitos são posicionados através das suas identidades, da exterioridade que os constitui e pelas quais são identificados e posicionados hierarquicamente nas estruturas de poder. Portanto, a utilização da política das identidades, como afirma, “é estratégica e posicional” (HALL, 2012, p. 108). Assim como Spivak (2014), Hall concorda que tal utilização estratégica pertence

a determinados momentos históricos, cujas demandas políticas e situações extremas de opressão impelem os sujeitos a requererem legitimidade e a denunciarem situações de violência, e só funciona quando utilizado de modo criterioso e sob muita vigilância. Por isso, a importância de se compreender a identidade como identificações e posições-de-sujeito.

A questão que fica é se nós também precisamos, por assim dizer, diminuir o fosso entre os dois domínios, isto é, se precisamos de uma teoria que descreva quais são os mecanismos pelos quais os indivíduos considerados sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as “posições” para as quais são convocados; que descreva de que forma eles moldam, estilizam, produzem e “exercem” essas posições; que explique por que eles não o fazem completamente, de uma só vez e por todo o tempo, e por que alguns nunca o fazem, ou estão em um processo constante, agonístico, de luta contra as regras normativas ou regulativas com as quais se confrontam e pelas quais regulam a si mesmos – fazendo-lhe resistência, negociando-as ou acomodando-as. Em suma, o que fica é a exigência de se pensar essa relação do sujeito com as formações discursivas como *uma articulação* (HALL, 2012, p. 129. Grifo do autor).

Essas considerações são importantes porque compreendemos que a utilização tática de um certo “posicionamento estratégico” dos sujeitos pode ter sido fundamental para que grupos marginalizados tivessem acessos a direitos. No entanto, acreditamos que o recurso ao “essencialismo estratégico”, quando utilizado como um retorno ao “essencialismo identitário”, equivocadamente mantém disposições desiguais de poder na sociedade, criando camadas e camadas de assujeitamento e violência.

Por esse motivo, tal estratégia não tem dado conta de subverter as relações de poder no interior das identidades, pois permite que alguns sujeitos subalternizados em melhor situação de representação política sejam integrados à norma social hegemônica, sem questionar de modo mais radical os discursos que engendram as estruturas de opressão. Inclusive, é compreensível a utilização do “essencialismo estratégico” em momentos anteriores, na tentativa de um maior engajamento social. Mas, quando esse engajamento promove outras marginalizações e estigmas, essa suposta representação passa a ocupar o carrasco que antes denunciava e não mais *falar por* segmentos marginalizados, que outrora afirmava defender.

Em se tratando do “essencialismo identitário” utilizado por movimentos LGBT* institucionalizados, alerta Miskolci:

O que está em jogo, portanto, não é o que define o “nós” do movimento LGBT*, este nós condenado historicamente a ser reinventado a todo o momento, mas qual o papel do movimento dentro do novo cenário da política sexual brasileira. Em suma, como se darão as relações daqui por diante entre Estado, demandas sociais, movimento, academia e mercado. Os estabelecidos dentro do movimento são os que defendem uma relação de “parceria” com o Estado e, dentre a multidão que denominam erroneamente de *queer*, os que mais temem são os que, internamente, podem propor uma relação mais crítica com o Estado e, predominantemente na academia, aqueles que colocam em xeque a “essencialização” identitária na qual seu modelo representativo atual se baseia (MISKOLCI, 2011, p. 43).

O princípio assimilacionista de integração social revelava que a bandeira do “Somos todos iguais” consolidava mais uma prática heteronormativa e de apagamento das diferenças, permitindo que a heterossexualidade continuasse gozando da zona confortável que é ser a regra. O conflito gerado por posicionamentos mais, menos ou radicalmente contrários à assimilação resultou em embates teóricos e políticos de diferentes frentes e que também repercutiu em textos artísticos diversos, principalmente nas produções literárias.

O pesquisador Leandro Colling (2015), em sua recente pesquisa, constatou que, atualmente, a agenda política da militância LGBT*, já institucionalizada, continua a girar em torno de demandas jurídicas, como o casamento igualitário e a adoção por casais homossexuais, e demandas de inclusão, através da luta pela aceitação social, buscando o enquadramento no sistema heteronormativo.

[...] em boa parte das pautas que mais mobilizam o movimento LGBT* nos últimos anos, no Brasil e no mundo, transparece a ideia de que o gay é normal, é igual ao heterossexual, quer casar, ter filhos, viver uma vida monogâmica. Paralelo a isso, as pessoas ligadas aos estudos e ativismo *queer* questionam: por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais? (COLLING, 2015, p. 30).

Neste trabalho, *Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento LGBT* e o ativismo queer*, Colling (2015) nos apresenta as diferentes estratégias utilizadas entre a militância identitária LGBT* e os ativismos dissidentes, em diferentes contextos geopolíticos, Espanha, Portugal, Argentina e Chile. Segundo o autor, enquanto a militância identitária ainda persiste em moldar as identidades dos sujeitos

para que estes possam gozar do *status* de pertencimento social, dentro de uma estrutura heterossexual, o ativismo *queer* tem encontrado distintas formas de pressionar os sistemas de dominação da heteronorma e apresentar suas fissuras.

As produções literárias de mercado massivo, chamadas de literatura gay, sofreram forte influência da higienização e heteronormatividade advindas da militância identitária dos últimos anos, criando um nicho mercadológico produzido e dirigido pela população LGBT*. É importante ressaltar que, em se tratando de mercado comercial, especificamente para a produção de literatura com o tema da homoafetividade, trata-se de um campo simbólico ainda em construção. A homossexualidade, compreendida como uma identidade dissidente, tem sido abordada de distintas formas ao longo do tempo, assim como na atualidade.

Atualmente, ao se referir às produções literárias com temática gay, a crítica literária recorre a conceitos como homoerotismo, homoafetividade, homotextualidade ou “literatura gay”. É importante ressaltar que tais conceitos acabam por manter o binarismo “hétero” *versus* “homo” e a centralidade na discussão da homossexualidade masculina, cuja consequência é o apagamento de manifestações identitárias sexuais que compõem a sigla LGBT*.

Segundo José Carlos Barcellos (2006, p. 20), o homoerotismo

é um conceito abrangente que procura dar conta das diferentes formas de relacionamento erótico entre homens (ou mulheres, claro), independentemente das configurações histórico-culturais que assumem e das percepções pessoais e sociais que geram, bem como da presença ou ausência de elementos genitais, emocionais ou identitários específicos. Trata-se, pois, de um conceito capaz de abarcar tanto a pederastia grega quanto as identidades gays contemporâneas, ou ainda tanto relações fortemente sublimadas quanto aquelas baseadas na conjugalidade ou na prostituição, por exemplo.

A nomenclatura homoerotismo começa a ser utilizada em fins do século XIX, como derivação das denominações sexuais “homossexualidade” (considerado desvio sexual ou patologia) e “heterossexualidade” (considerado padrão sexual normal), termos estes que começavam a aparecer no vocabulário científico biomédico da época, segundo Thomas Laqueur (2001). Tal designação servia para classificar os textos ficcionais que continham ou insinuavam cenas eróticas entre pessoas do mesmo sexo, sobretudo, entre homens. Esses escritos eram vistos de modo pejorativo

e injurioso, pois feriam a normatividade sexual estabelecida. Portanto, é uma nomenclatura para ser utilizada com bastante desconfiança.

O conceito homoafetividade busca retirar o aspecto unicamente sexual e inserir o elemento da afetividade nas relações homossexuais. Conforme Denílson Lopes (2002), a homoafetividade funciona como uma nomenclatura de combate ao estigma homossexual, geralmente, ligado apenas à prática sexual e confundido com “promiscuidade”. Esse termo foi reapropriado no livro jurídico *União Homossexual: preconceito e a justiça*, de 2005, de autoria da Maria Berenice Dias, especialista em Direito homoafetivo e atual Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB (DIAS, 2009). Concordamos que trata-se de um avanço político, social e jurídico o reconhecimento da afetividade nas relações homossexuais e que tal avanço é também fruto das reivindicações e lutas dos movimentos sociais nas décadas anteriores. No entanto, a autora acabou por utilizar estrategicamente esse termo a fim de instituir juridicamente relações afetivas homossexuais dentro dos parâmetros de aceitabilidade do Estado, ou seja, uma réplica das uniões heterossexuais, através do reconhecimento civil do casamento monogâmico. Tal procedimento não contribui com uma maior problematização da heteronorma como modelo social e ainda termina por instituir determinadas relações homossexuais, legitimando-as socialmente através do aparato jurídico, em detrimento de outras.

Sendo assim, o uso do termo homoafetividade tornou-se amplamente conhecido. Conforme Lopes (2008, p. 954),

Não pretendo apenas cunhar mais um termo, mas penso que falar em homoafetividade é mais amplo do que falar em homossexualidade ou homoerotismo, vai além da centralidade da sexualidade, bem como é um termo mais sensível para apreender as fronteiras frágeis e ambíguas entre a homossexualidade e a heterossexualidade, construídas no século passado, sem também se restringir a uma homosociabilidade homofóbica, como em tantos espaços sociais que foram tradicional e exclusivamente masculinos como times de futebol, internatos, quartéis e bares. Uma política da homoafetividade busca alianças para desconstruir espaços de homosociabilidade homofóbicos ou heterofóbicos, ao mesmo tempo que pensa, num mesmo espaço, as diversas relações entre homens (ou entre mulheres), como entre pai e filho, entre irmãos, entre amigos, entre amantes.

De acordo com Lopes (2008, p. 954), a expressão homoafetividade é uma política mais ampla que homoerotismo, visando “desconstruir espaços de

homossociabilidade homofóbicos ou heterofóbicos”⁸. Espaços de homossociabilidade foram historicamente criados não apenas como um dispositivo do pensamento heterossexista, mas como uma possibilidade de trocas sexuais e de afetividades diversas. Segundo Sedgwick (2007), as relações homossociais, masculinas ou femininas, são criadas historicamente para separar e isolar os sexos, discipliná-los, controlá-los e conduzi-los a uma sexualidade estável, como os internatos, as divisões das tarefas por sexo, confinamentos prisionais, dentre outros. Essa estratégia carrega em si a dupla função de segredo/revelação, que consiste tanto na dissimulação das relações homossexuais, quanto na sua exacerbação pública.

Além do conceito de homoafetividade, Denílson Lopes (2002) elaborou o conceito homotextualidades para designar uma escrita politicamente engajada, com uma formatação estética específica. Segundo Lopes (2002), no livro *O homem que amava outros rapazes*, ao se referir à escrita com ênfase à temática gay, apresenta o termo “homotextualidades” para designar as narrativas homossexuais que apresentam tramas, personagens, contextos históricos e sociais específicos da homoafetividade.

Tais conceitos são, em geral, utilizados para localizar escritores e produções literárias em um determinado nicho literário político. No ímpeto de classificar, alguns críticos atribuem à produção de Noll rótulos como “homoeróticos”, “homotextuais”, “homoafetivos” e até “literatura gay”. Segundo Denílson Lopes (2008, p. 951), há uma potência subversiva na homossexualidade descrita no romance *Berkeley em Bellagio*:

Também a obra de João Gilberto Noll é um importante repensar da solidariedade masculina dentro de uma ética da deriva, não só na amizade e no amor, mas na relação entre pai e filho, como na sua obra-prima *Rastros de Verão*, em que todo o redimensionamento de laços familiares é colocado sob o signo da instabilidade. Esta seria uma importante contribuição da literatura. Se a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo tornou-se uma importante bandeira do movimento gay brasileiro, curiosamente a literatura brasileira, diferente da literatura norte-americana, apresenta em sua quase totalidade as relações afetivas e sexuais entre homens como marcadas pela rapidez do encontro, mesmo quando felizes (uma

⁸ O que seriam esses *espaços de homossociabilidade heterofóbicos*? O termo “heterofobia” também merece ser problematizado. É comumente utilizado para indicar o ódio e a violência sofridos por populações heterossexuais. Mas, constata-se que pessoas heterossexuais não sofrem repúdio social em função de sua orientação sexual. Sendo assim, esse termo legitima uma prática opressiva e enfraquece a política da diferença direcionada às populações que sofrem ataques por não se adequarem ao regime sexo-político vigente, além de requerer e institucionalizar uma demanda social sem algum fundamento prático.

exceção recente seria *Berkeley em Bellagio* de João Gilberto Noll). Seria interessante pensar esta construção literária não como afirmação do clichê da homossexualidade associada à promiscuidade nem como um silenciamento, mas como uma alternativa afetiva para além da submissão a modelos tradicionais da família monogâmica estável. Para lidar com esta última questão é que defendo uma política, uma ética e uma estética da homoafetividade.

Para Lopes (2008), Noll constrói um texto literário que serve como alternativa aos modelos tradicionais de família e afetividade, fora do padrão monogâmico dos relacionamentos. Por isso, Lopes (2008) defende a necessidade de “uma política, uma ética e uma estética da homoafetividade”. No entanto, a escritura de Noll é muito mais perigosa, justamente por não tentar produzir uma única política, ética ou estética de relações homossexuais, mas por produzir escapes diversos à norma heterossexual, através de personagens que não buscam uma identidade estável. Em oposição à literatura produzida pelo mercado comercial de “literatura gay”, o texto de Noll não busca estabilizar os sujeitos, não higieniza suas práticas sexuais e não investe numa política assimilacionista para integrar os sujeitos marginalizados na sociedade que os segregam.

Em *Berkeley em Bellagio*, a personagem vive intensamente o desejo do corpo. Apaixona-se desesperadamente por todos os corpos que o afetam. Assim como declara para o *ragazzo*: “agora, nem precisarei mais do meu desejo incalculável por todos os homens e por aquela única mulher, a brasileira em Berkeley, a que me fez suar em frêmitos com seu pênis submerso” (NOLL, 2002, p. 50). O seu afeto e desejo são momentâneos, instáveis, bem distantes da compreensão do amor romântico.

Nesse sentido, assim como Fábio Camargo (2007), observamos que não é possível alocar a produção literária de João Gilberto Noll na esteira da “literatura gay” de mercado massivo, nem nos conceitos de homoerotismo, homotextualidade ou homoafetividade, como defendido por Denílson Lopes (2008):

Mesmo descrevendo em vários de seus textos cenas homoeróticas, ainda assim não se consegue classificá-las como algo da ordem do homoerotismo. Em comparação com os outros escritores, Noll não abre em momento algum seu texto para uma afetivização das relações homoeróticas como o quer Denílson Lopes, o que o colocaria sob suspeição. Isso está relacionado ao fato de um homotexto estar diretamente relacionado, para Denílson Lopes, a essa afetivização que marcaria um espaço diferenciador para esses textos (CAMARGO, 2007, p. 190).

Para o crítico literário Antônio de Pádua Silva (2012), Noll compõe o rol desses escritores da chamada literatura gay clássica, não de mercado, e portanto possui notoriedade no meio canônico literário:

esse valor literário é percebido em obras já clássicas da literatura gay brasileira como *Morangos mofados* (ABREU, 1986) e *Stella Manhattan* (SANTIAGO, 1999), assim como parte da produção de João Gilberto Noll (1988, 1989, 1992) (SILVA, 2012, p. 91).

Os conceitos apresentados são utilizados, por vezes, de modo indiscriminado, pelos diversos agentes do mercado de produção cultural, principalmente, para localizar escritores de décadas anteriores à 1990, como fazem com João Gilberto Noll. No entanto, os termos “literatura gay, LGBT* ou lésbica” têm sido cada vez mais empregados na produção literária de mercado comercial, enquanto que os demais são empregados pelos agentes literários da academia universitária. Ressaltamos que não acreditamos que tais nomenclaturas deem conta da produção romanesca de João Gilberto Noll, sobretudo, por centralizarem a sexualidade em uma identidade homossexual masculina.

2.2 “LITERATURA GAY” E SEUS PROJETOS: PEDAGOGIA, ENGAJAMENTO E ASSIMILAÇÃO

Em se tratando de nicho mercadológico de vendas de produções literárias específicas, contemporaneamente, o mercado editorial brasileiro tem empregado o termo “literatura gay”. Conforme Schollhammer (2009), a partir dos anos 1990, no Brasil, as narrativas que são marcadas por ter novas abordagens temáticas homoafetivas, feita por escritores e escritoras homossexuais, a partir de seus relatos identitários, para atender uma demanda de mercado, com um público específico, começam a ganhar espaço editorial e interesse comercial. Vale ressaltar que os demais conceitos – homoerotismo, homoafetividade e homotextualidade – coexistem na contemporaneidade e são mais utilizados pela crítica literária universitária.

Denílson Lopes (2008) e Roberto Muniz Dias (2013) concordam que a marca principal das narrativas da “literatura gay” é a ligação entre vida e obra nos registros literários, sem que isso seja reduzido a um aspecto biográfico. Mas do que uma

narrativa testemunhal, trata-se da experiência compartilhada por um grupo específico, marcado por um posicionamento deliberadamente político. Por isso, em geral, os escritos são narrados em primeira pessoa. Há, também, a posituação das personagens gays, na tentativa de atribuir-lhes um lugar na história como sujeitos, através de descrições humanizadas, seus nomes, sentimentos, relações familiares, fuga do estigma da “promiscuidade” homossexual, a centralidade em torno de suas histórias e as finalizações dos conflitos em finais felizes, arrependimentos e casamentos. Nesse sentido, há a tentativa da criação de personagens gays como sujeitos portadores de uma “identidade” e uma “essência homossexual”.

Os temas mais comuns nessas produções ficcionais, tanto no segmento infantojuvenil, como no adulto, são a “descoberta” da homossexualidade, as dificuldades da “saída do armário”, a violência homofóbica, o sofrimento causado pela família e amigos e, principalmente, as histórias de amor vivenciadas por homossexuais.

Segundo Roberto Muniz Dias (2013)⁹, no Brasil, existem poucas editoras que se ocupam em publicar e divulgar especificamente a literatura com temática LGBT*. São apenas quatro num universo de 498 editoras nacionais – é um cenário, porém, que tende a uma transformação no panorama social e literário brasileiro. O Grupo Summus lançou o primeiro selo no ramo da chamada literatura gay no Brasil, as Edições GLS, nascido em 1998, e ainda hoje é a maior editora em títulos no catálogo e também em inserção no mercado, presente em grandes livrarias do ramo comercial. A Editora Metanoia, inicialmente pensada para a venda de livros com temas religiosos, em 2009 iniciou um caminho editorial que objetivava convergir fé e sexualidade, com a proposta de desconstruir o fundamentalismo religioso e a violência contra a população LGBT*. A Editora Escândalo nasceu em 2011. A Editora Brejeiras Malagueta, criada pelo casal lésbico Laura Bacellar e Hanna Korich, em 2008, foi encerrada em 2015. O projeto da Malagueta era o de atender, especificamente, o público lésbico, tanto apoiando a publicação e visibilidade de escritoras lésbicas, como a de textos literários que apresentassem a cultura lésbica¹⁰.

⁹ Roberto Muniz Dias realizou um estudo minucioso sobre a produção editorial de “literatura gay” no Brasil, o qual resultou em sua dissertação, em 2013. Neste trabalho, o autor analisa, especificamente, as quatro editoras destinadas a este segmento literário, Editora Summus, Brejeira Malagueta, Escândalo e Metanoia. A editora Hoo Editorial, entretanto, não consta nessa lista, visto que iniciou seu trabalho em 2015. A Editora Orgástica também não é contabilizada pelo autor. Já as editoras Escândalo e Malagueta encerraram suas atividades em 2015.

¹⁰ Todas estas informações podem ser encontradas nos sites das editoras.

Todas estas editoras visavam encontrar e atender a um público específico que busca e consome literatura com temática LGBT*. Com o crescente avanço tecnológico, as estratégias para alcançar o público LGBT* se tornaram mais diversificadas. Pode-se investir apenas nas versões impressas e em lojas físicas, como nas vendas de livros em formato *e-books* – suporte através do qual a temática LGBT* mais tem sido consumida no país –, que constitui a versão on-line do livro, em lojas virtuais, como a *Amazon Brasil*. A *Index Book Editora*¹¹, fundada na Espanha, em 1993, é especializada na comercialização de *e-books*, além de outros serviços editoriais e gráficos. Em apenas dois anos vendeu mais de 50 mil *downloads* de literatura com temática gay, em muitos países. O Brasil é o país com maior público consumidor, segundo a editora, pois representa quase 80% dos *downloads* realizados, seguido de Portugal, Estados Unidos, Alemanha e França.

O êxito, segundo o editor **João Máximo**, não é alheio à “reduzida oferta” da literatura LGBT* (lésbica, gay, bissexual e transgénera) de qualidade, tanto em Portugal como no Brasil. “Os leitores estão ansiosos por este tipo de obras e, quando surgem, se são de qualidade e a preços sensatos, compram”, frisa. Apesar da boa aceitação do formato eletrónico, a Index afirma não desprezar o papel (EDITORA DE LITERATURA..., 2014).

Seguindo a linha mais tradicional de vendas, através da distribuição em livrarias e encomendas pelos correios, a editora Malagueta conseguiu lançar muitos títulos de literatura lésbica, os quais alcançaram maior visibilidade. Em 2009, foi lançado o romance *Aquele dia junto ao mar*, da escritora Karina Dias, que narra a história de amor e seus conflitos entre duas jovens. Segundo a editora, esse foi o título mais bem vendido da Malagueta, tanto que, em sua quarta edição, já se encontra esgotado.

As estratégias de mercado são diversificadas. O jornal on-line *O Globo*, de 2010, apresentou o *boom* da “literatura gay” direcionada ao público infantojuvenil no Brasil. De acordo com o jornal, a “literatura gay” estrangeira norte-americana ainda é a que ocupa maior espaço nos catálogos editoriais das grandes editoras comerciais, como Companhia das Letras, Rocco e Record, nas prateleiras das maiores livrarias e nos *rankings* de vendas. Exemplo disso é o livro *Garoto encontra garoto*, de David Levithan, publicado pela Editora Record, que narra a história de dois garotos que se

¹¹ Sobre a editora: <<http://www.indexbook.com/index.php>>.

apaixonam. O livro é apontado como sucesso, sendo um dos mais vendidos no Brasil, com mais de 70 mil cópias comercializadas.

A partir de então, o tema da homossexualidade adentrou variados gêneros literários. A história em quadrinhos da Luluzinha, por exemplo, na versão “Luluzinha Teen”, ganhou dois personagens gays, em 2010, como informa o editor-chefe Daniel Stycer. Há uma enorme aposta na literatura infantojuvenil gay. Em relação à produção brasileira, de 2012 para cá, mais de 135 títulos nacionais e internacionais foram lançados com essa temática, entre literatura norte-americana e brasileira.

Em 2011, o romance com temática homoafetiva *No presente*, lançado pela Editora Summus, escrito por Márcio El-Jaick, que narra o processo de “saída do armário” de um menino, foi adquirido pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), do Governo Federal. Esse livro ganhou alguma popularidade na época por ter sido o primeiro romance com conteúdo homoafetivo a ser integrado ao PNBE, alocando exemplares do livro em escolas da Educação Básica por todo o país. É fundamental ressaltar a importância dessa ação, posto que o setor governamental é o que mais adquire literatura ficcional impressa no país (SCHOLLHAMMER, 2009).

Esses dados demonstram que se trata de um segmento em crescente expansão, firmando um espaço no mercado comercial de literatura. São, portanto, dados importantes para se pensar os caminhos da produção literária com temática LGBT* no Brasil, não apenas em relação ao seu crescimento. Assim, acreditamos que é fundamental compreender os diversos posicionamentos que apresentam melhor o que significa a “literatura gay” na contemporaneidade e a quais projetos políticos ela responde.

Ao analisar o circuito de produção da literatura gay, nos deparamos com posicionamentos favoráveis e interessados nessa demanda: a crítica universitária e o mercado comercial. De um lado, pessoas pesquisadoras e críticas literárias que se posicionam em defesa da existência de uma “literatura gay”, a qual demarca um território identitário, promovendo uma política de enfrentamento ao regime heterossexual dominante no cânone literário; de outro, editoras, escritoras e escritores que têm encontrado um filão mercadológico com a temática gay. Conforme Helder Maia (2015, p. 188):

Podemos dizer, portanto, que nos encontramos entre dois projetos distintos de literatura gay: o projeto mercadológico que abastece

prateleiras de livrarias com obras de autores abertos e predominantemente homossexuais que tratam de temas do universo “gay”; e o projeto crítico-universitário que busca sempre a problematização e a consequente ampliação do cânone, tomando o termo em sentido mais amplo; ou seja, nesse projeto de canonização entram tanto as obras que tratam do universo gay, como aquelas que não tratando do universo gay são produzidas por autores “gays”.

Esses dois segmentos possuem distanciamentos e aproximações ideológicas. A crítica universitária vê nas escritas homoafetivas uma fonte de resistência política à produção ficcional majoritariamente heterossexual. Já o mercado comercial enxerga na chamada literatura gay uma fonte rentável dessas produções literárias, além do estabelecimento de uma nova categoria de consumo.

No segmento da crítica universitária, o uso do termo “literatura gay” e a existência de um cânone gay, são fundamentais para a manutenção de um campo de tensão e resistência frente à desimportância com que o tema da homossexualidade é tratado por boa parte da crítica literária brasileira. Para Denílson Lopes (2008), a manutenção do termo “literatura gay” é fundamental para instaurar uma ética, uma estética e uma política homossexual.

O termo literatura gay enfrenta fortes resistências entre críticos e, mesmo entre escritores brasileiros que não têm problemas com sua homossexualidade ou em apresentá-la em sua ficção. De minha parte, após passar por várias respostas a esta questão no meu recente livro, *O Homem que Amava Rapazes e Outros Ensaíos*, fico com a convicção de que ser um “escritor gay”, para uma última vez assumir a formulação de Silviano Santiago, não se trata de apenas considerar a homossexualidade como um tema, uma representação social ou discurso que atravessa diferentes saberes, mas afirmar uma experiência que interliga vida e obra, sem reduzir a obra a um dado da biografia. A experiência gay nada tem de redutora ou classificadora, é um mistério insondável, implica uma ética, uma estética e uma espiritualidade (LOPES, 2008, p. 954).

Roberto Muniz Dias (2013), por sua vez, defende não só a necessidade da terminologia “literatura gay” como a prática da escrita sobre a experiência homossexual, em textos literários, com fortes traços autobiográficos.

[...] Falar em Literatura gay, ou estética homossexual é falar de escritores gays, escrevendo sobre suas experiências na literatura. Para falar em Literatura gay, devem-se analisar autores além dos estereótipos doentios e sem falar de nós escritores que escrevemos

com a alma pacificada e o amor gay vivido em sua plenitude. A literatura gay existe porque existe o amor gay (DIAS, 2013, p. 27).

Tanto Denílson Lopes (2008) quanto Roberto Muniz Dias (2013) enxergam na produção literária gay contemporânea a possibilidade da emergência de uma escrita homotextual, que reivindique uma existência política e afetiva da homossexualidade. No entanto, concordamos com Dário Sanchez (2010) que tal proposta da “literatura gay” nos introduz a, pelo menos, três falsos problemas: primeiro, a instauração de uma “substância gay”, uma ontologia homossexual, que fará frente à ontologia heterossexual, na produção literária brasileira; segundo, a homogeneização e estabilização de práticas sexuais que são diversas, múltiplas e contraditórias; terceiro, como consequência da tentativa de estabilização identitária, marginaliza uma série de identidades de gênero e sexuais, posto que o prefixo “homo”, funcionando como “essencialismo identitário”, *fala por* outras vivências subalternizadas, sem lhes dar vez, voz, visibilidade e reconhecimento.

Conforme Sanchez (2010), o discurso embasado em uma “substância gay”, através de uma política exclusiva, em nada contribui com a problematização acerca dos limites da política identitária, que, na tentativa de elevar a representação da homossexualidade ao mesmo patamar que a heterossexualidade, se esquece de problematizar as relações hierárquicas de poder estabelecidas pela heteronormatividade. Além de permitir que o pensamento heterossexual reine confortavelmente como padrão sexual, o discurso do amor gay pode solapar vivências heterossexuais precárias e não-heterossexuais num único rótulo identitário.

É importante salientar que, do ponto de vista político, como afirmam Heloísa Buarque de Hollanda (2010) e Beatriz Resende (2008), a afirmação identitária de grupos historicamente inferiorizados é sempre uma conquista relevante, pois quando vozes marginalizadas emergem funcionam como compartilhamentos literários e contribuem com a ampliação do cânone.

No entanto, a experiência homossexual é diversa, complexa e múltipla e a violência do enquadramento linguístico, mesmo que necessário e inescapável, para demarcar existências e espaços de pertencimento, pode tanto agenciar em prol da multiplicação dessas experiências na linguagem (ECO, 2000), como servir de instrumento silenciador da diversidade. A utilização politicamente estratégica da

expressão “literatura gay”, então, estaria servindo mais a uma homogeneização identitária do que à visibilização das diferenças.

Sendo assim, consideramos urgente colocar sob rasura a própria expressão “literatura gay”, utilizada como termo guarda-chuva, assim como os demais termos centrados no marcador “homo”. A expressão é bastante problemática, justamente porque na tentativa de viabilizar uma produção específica de uma minoria política, acaba por invisibilizar as diferenças identitárias de lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, bichas, *drags*, heterossexuais passivos, mulheres ativas, lésbicas negras, sapas, mulheres masculinizadas, dentre (muitas) outras designações. Em sua dissertação, Roberto Muniz Dias (2013) já utiliza o termo literatura LGBT*, acredito que no intento de modificar linguisticamente essa marca de homogeneização identitária.

No segmento de mercado comercial, a postura discursiva não é muito diferente daquela promovida pela crítica universitária. Corresponde à venda de uma nova proposta política, livros com temática LGBT*. No site da editora Hoo Editora, uma das mais recentes no mercado literário desse segmento, encontra-se a seguinte informação:

Na avaliação dos primeiros originais, revelou-se o que já imaginavam: a qualidade do material, a erudição dos autores, livros praticamente prontos para a publicação. Isso os motivou ainda mais e mostrou que há grandes livros com a temática LGBT espalhados por aí, ainda a serem descobertos. **A Hoo abriu as portas para esses livros e para esses autores.** Já nos primeiros dias de empreitada, surgiu a inevitável pergunta: **por que um casal cis, heterossexual, decidiu começar uma editora que publica livros com temática LGBT? A resposta dos sócios: por que não?** É claro que uma editora que comece a publicar literatura com temática LGBT vai atrair mais a atenção dos LGBTs, mas **o projeto é publicar literatura com temática LGBT para todo o mundo e acabar com a heteronormatividade na literatura.** Estava mais do que marcado o posicionamento da Hoo (HOO, 2015. Grifos dos autores).

Como é possível observar, a empresa busca se inserir no mercado de literatura com temática LGBT*, “abrindo as portas” para escritoras e escritores que produzem livros com temática LGBT*, para todo e qualquer consumidor, sem restrição de público, a fim de “acabar com a heteronormatividade na literatura”. A ideia é ampliar o público e não demarcar identitariamente quem produz literatura com temática LGBT*, desde que sejam trabalhos com qualidade canônica para publicação.

A escritora de livro infantil Márcia Leite, ao lançar suas histórias com o tema das relações homoafetivas, fala sobre a entrada da temática LGBT* nos livros destinados às crianças:

Tenho dois livros que de certa maneira esbarram nessa "temática" das relações homoafetivas. *Olívia tem dois papais*, pela Companhia das Letrinhas, e *Do jeito que a gente é*, pela editora Ática. Mas acho que o que interessa explicar é que nenhum dos dois foi pensado com o propósito de trabalhar o tema da homossexualidade. Em ambos minha intenção foi a de contar histórias em que personagens vivessem situações que poderiam ser vividas por qualquer pessoa, independentemente da sua orientação sexual. Família todo mundo tem, e a personagem do meu livro, Olívia, tem também a sua, no caso formada por dois homens e ela, como filha. Se fosse um casal hetero Olívia seria do mesmo jeito, teria as mesmas características pessoais, mas achei legal levar para o leitor uma família absolutamente normal, afetiva e estruturada, mas composta por dois pais (O GLOBO, 2014).

Em se tratando do grande filão da escrita gay contemporânea, a literatura infantojuvenil, a escritora afirma que seu objetivo não é trabalhar com o tema da homossexualidade, mas com “personagens que vivessem situações que poderiam ser vividas por qualquer pessoa, independentemente da sua orientação sexual”, para poder mostrar “ao leitor uma família absolutamente **normal, afetiva e estruturada**, mas composta por dois pais”. Tal posicionamento revela, por um lado, a negação ao tema das sexualidades dissidentes, o que resulta provocar uma homogeneização identitária e um apagamento das diferenças. Por outro, busca o tratamento de “igualdade” e “normalidade” nas relações afetivas e sexuais postas no enredo, bem ao modo assimilacionista da militância LGBT* dos anos 1980 e 1990.

O tema da família, abordado em livro de literatura infantil, deveria evidenciar como culturalmente criamos nossos laços afetivos familiares, não necessariamente consanguíneos, e que a formação familiar a partir de um casal heterossexual é mais uma diferença entre tantas outras. No entanto, o livro acaba por naturalizar a binaridade “família homo” x “família hetero”, buscando naturalizá-las.

É importante ressaltar o quase total apagamento de autoras e narrativas que tragam vozes de outros grupos subordinados, como mulheres, lésbicas e negras. A luta identitária, nesse sentido, tem margeado outras existências, as quais alega defender. Estas ausências podem ser evidenciadas nas prateleiras das livrarias, no consumo e publicidade dos livros e autoras e nas ficções produzidas.

Sendo assim, de um lado, teremos uma parcela da crítica universitária engajada politicamente que visa à inclusão da identidade homossexual como projeto identitário e político; e, de outro, o mercado massivo que enxerga uma possibilidade de agência gay, funcionando dentro da lógica de circuito de produção cultural. Ambos os lados podem ser visualizados também de maneira justaposta, pois correspondem às marcas que circunscrevem os projetos de “literatura gay” no mercado brasileiro, os quais vêm sendo desenhados na contemporaneidade: os projetos pedagógico, de engajamento e assimilacionista.

Para atender ao que chamamos de projeto pedagógico da chamada literatura gay, gostaríamos de começar analisando, assim como fez Jonathan Culler (1997), o que seria “ler como gay”. Culler (1997), ao analisar o modo pelo qual o feminismo de meados do século XX buscou ensinar mulheres a lerem como mulheres, nos deixou algumas importantes reflexões: é possível ler como mulher? Como é ler como mulher? Somente mulheres podem ler como mulheres? – E o que seria uma mulher? – E, mais ainda, que mulher é essa que lê? A crítica feminista moderna, ao identificar o projeto masculinista hegemônico nos discursos produzidos no campo literário, percebeu que havia a necessidade de denunciar e revisar a literatura produzida por homens, além de fazer com que as mulheres parassem de ler através do pensamento masculino e machista, passando a ler “como mulheres”, ou seja, questionando o posicionamento desigual de homens e mulheres na literatura e na sociedade.

A hipótese de uma mulher leitora é uma tentativa de retificar essa situação: fornecendo um ponto de partida diferente, traz para o foco a identificação dos críticos homens com uma personagem e permite a análise das desleituradas masculinas. Mas, acima de tudo, reverte a situação habitual em que a perspectiva de um crítico homem é tomada como sexualmente neutra, enquanto uma leitura feminista é tomada como um caso de apelação especial e uma tentativa de forçar o texto em um molde predeterminado (CULLER, 1997, p. 67).

A partir da compreensão de que a leitura é esse espaço de manifestação da experiência no ato de interpretar, reconstruir e ressignificar, ler como mulher se insere como possibilidade de contestação dos discursos de dominação e opressão masculina. Considerando que a experiência da leitura é sempre a promoção de revisão dos posicionamentos, ler como mulher significa ampliar os códigos de referências frente aos contextos de assujeitamento e questionar saberes hegemônicos que produzem a sujeição.

A experiência do “*ler como*” não pode ser pensada em termos exclusivos, como se só sendo mulher cis / ou mulher trans* / ou homem trans* / ou travesti / ou mulher negra / ou lésbica / ou periférica/o / ou indígena etc., para poder compartilhar de uma vivência de subalternidade. A instituição de um sujeito da subalternidade, entendido exclusivamente por este viés, acaba por estabilizar e isolar os sujeitos e suas demandas, bem como solapar as demais construções identitárias que os constituem. É claro que a experiência do racismo, por exemplo, é sentida por uma pessoa negra de modo diferente em relação à pessoa branca, mesmo que esta se solidarize e condene tal prática.

Uma mulher ler como mulher não significa repetir uma identidade ou experiência que é dada, mas assumir um papel que ela constrói com referência à sua identidade como mulher, que é também uma construção, de modo que a série pode continuar: uma mulher lendo como mulher lendo como mulher. A não-coincidência revela um intervalo, uma divisão interna à mulher ou a qualquer sujeito leitor e à “experiência” daquele sujeito (CULLER, 1997, p. 77).

Assim, a reflexão é a de que: os sujeitos que ocupam um lugar de privilégio na cultura ocidental conseguem realizar o exercício do *ler como* ao se posicionarem no sentido de articular uma rede de compartilhamento e de solidariedade epistemológica de experiências em situações de assujeitamento, reconhecendo os discursos que os põem em uma posição de privilégio frente aos discursos de opressões, no sentido de reagir a este efeito assimétrico. E não só no sentido de se colocar no lugar daquele Outro, mas por compartilhar subjetivamente da experiência e da existência deste Outro, que também o transpassa e o constitui, o “*ler como*” acontece quando entendemos que as nossas experiências estão imbricadas, e, sobretudo, porque tal exercício implica assumir posições políticas e éticas que impõem aos sujeitos repensar seus próprios códigos de identificação na sociedade.

O exercício do *ler como*, iniciado pelo feminismo, possui o mesmo princípio da “literatura gay”: criar mecanismos pedagógicos que visem construir textos literários, cujos ensinamentos aponte caminhos ou maneiras de como lidar com a violência homofóbica, sair do armário e, sobretudo, como ser um homossexual respeitável, não promíscuo, monogâmico, que busca o amor romântico, dentro de uma lógica heteronormativa. Ou seja, uma pedagogia que ensina a forma de “*ler como*” gay e lésbica na cultura Ocidental. É importante salientar que a pedagogia é aqui entendida

como um constructo social que aprendemos e ensinamos coletivamente, e que, portanto, perpassa toda produção literária. No entanto, o projeto pedagógico empreendido pela “literatura gay” impõe a fórmula heteronormativa binária para os sujeitos, acorrentando-os em formulações identitárias estáveis e fixas, desconsiderando as inadequações, as diferenças e os escapes.

Lúcia Facco, escritora especialista em literatura infantojuvenil, e uma das primeiras autoras a escrever um livro de literatura infantil com temática LGBT*, *Era uma vez um casal diferente*, através da Editora Summus, em entrevista ao jornal *O Globo*, afirma o seguinte:

— Poucas editoras investiam nesse tipo de publicação porque achavam que a sociedade ainda não estava preparada para novos conceitos de sexualidade. No entanto, hoje há muito mais transparência, com personagens homossexuais em novelas, a imprensa dando grande visibilidade para as manifestações LGBT*. As editoras, então, resolveram investir nesses títulos, por perceber que há mercado. Acho importante o surgimento de obras nas quais os leitores homossexuais podem encontrar personagens com quem possam se identificar. Ao mesmo tempo, os leitores heterossexuais têm a oportunidade de se colocar no lugar do outro: o que sofre preconceito, e a partir daí, repensar os seus próprios preconceitos (O GLOBO, 2014).

De acordo com a escritora, a existência de personagens homossexuais na literatura é muito importante para que haja um processo de identificação com o público gay. E, infelizmente, não há muitas editoras que investem na temática LGBT*. No entanto, ainda nessa entrevista, segundo o jornal *O Globo*, Lúcia Facco “chama atenção para os clichês ainda recorrentes no gênero: o do **homossexual promíscuo**; o **incapaz de manter um relacionamento duradouro**; o **que age de maneira caricata**” (O GLOBO, 2014. Grifos nossos). No fragmento em destaque, observamos que a ideia é reproduzir um tipo correto de homossexualidade a ser consumida. O retrato do “medo” de vinculação da homossexualidade à promiscuidade, sem laços afetivos e familiares, que age de modo fechativo, é evidente. Esse tipo de posicionamento é bem similar ao dos “gays respeitados” da militância das décadas de 1980, do homossexual que assume um comportamento aceitável pela sociedade heterossexual. Agir de “modo caricato” seria evocar uma sexualidade e uma performance de gênero fora dos limites reconhecidamente aceitáveis no padrão heterossexual.

Como já constatou a pesquisadora Guacira Louro (2001), todas as experiências dos gêneros se dão de modo pedagógico, constantemente aprendendo, vigiando e ensinando as formas socialmente aceitas de se viver o gênero e a sexualidade. O princípio da pedagogia da sexualidade reside na constante reiteração dos atos performáticos, os quais, conforme Judith Butler (2015a), são construídos através da repetição discursiva do gênero. No entanto, conforme se verifica nos posicionamentos dos agentes que compõem a literatura de mercado, nesse nicho temático, a fórmula é permanecer de modo *off-line* diante das diferenças. E isso acaba por não contribuir com um registro literário mais potente, questionador e subversivo acerca das produções das identidades sexuais e de gênero.

O romance *No presente*, de Márcio El-Jaick, por exemplo, narra a história do garoto André, de dez anos, que, em função das diversas situações de homofobia sofridas na escola, tenta descobrir o que significa ser “boiola”. Narrado em primeira pessoa, o personagem-narrador André vai nos contando a sua vida, a relação com seu tio Ivan, a relação conflituosa entre seu pai e sua mãe, os dramas vividos por sua família e a sua relação com seu melhor amigo, Mateus. Os contextos na escola e em casa são descritos através dos olhos de uma criança, que ainda sofre com a morte do seu tio, com quem tinha uma ligação afetiva muito forte.

A morte desse tio é a coluna dorsal do romance. A sua presença, através da lembrança afetiva de André, vai se intensificando durante a trama e se torna reveladora: é a partir dele e da amizade construída com Ricardo, o namorado de Ivan, que André descobre o que é ser homossexual e desconstrói os estereótipos criados a partir da experiência homofóbica a que foi submetido.

Só quando eu já estava ali no closet do tio Ivan, dentro do quarto onde ficavam todas as coisas do tio Ivan, onde eu poderia ver o que eu quisesse, foi quando me dei conta de que eu não sabia o que procurar, por que eu não sabia o que fazia de um boiola um boiola, de modo que me senti um grande idiota [...] (EL-JAICK, 2008, p. 60).

O romance ilustra como construímos as identidades de gênero, suas interdições e limites que edificam os corpos para funcionarem dentro da binaridade sexual. Conforme afirma Judith Butler (2015a), a prática reiterativa de gênero é fundamental para que a matriz de inteligibilidade sexual funcione. Esta reiteração não consciente das práticas que são inscritas nos corpos e lidas socialmente é chamada de performatividade de gênero. Voltando ao romance, uma passagem em especial

demonstra bem como funciona a performatividade de gênero. Ao conversar com seus amigos da escola, a personagem André é interpelada com a seguinte questão:

— Se você fosse um mutante, que mutante você seria?
E eu queria responder a Mística, por que seria muito bom poder ser quem eu quisesse e por que eu não precisaria ser só eu, que às vezes cansa. Mas achei que os meninos implicariam comigo, e a última coisa que eu queria era que implicassem comigo, aí respondi Ciclope (EL-JAICK, 2008, p. 29).

Ao escolher Ciclope ao invés de Mística, personagens da história em quadrinhos *X-Men*, André, intuitivamente, reconhece que, ao assujeitar-se a uma identificação masculina e não feminina, escapa da humilhação e da injúria social diante dos colegas. A forma violenta com que a masculinidade é injetada no corpo de André pode ser flagrada em muitos momentos: ao deixar de tocar piano para que os seus colegas não o chamem de “bichinha”; o medo de morrer de AIDS como seu tio; o medo de “não ser normal” e decepcionar seus pais; o de perder seu melhor amigo e também de desejá-lo; ser castigado por Deus; e o pavor de ser “uma bichinha”. Em alguns momentos, André deixa escapar como o projeto da masculinidade não deu certo com ele, visto que não conseguia se enquadrar nas normas do que “ser homem” exigiam.

De modo que, quando o Mateus e eu chegamos em casa, o Mateus começou a falar em voz baixa do que teria feito se tivesse dançado uma música lenta com alguma menina, por que ele teria esfregado o pinto duro contra a xoxota da menina. E falei que era isso que eu tinha feito, que eu tinha esfregado meu pinto duro contra a xoxota de Fernanda Dias, embora isso não fosse verdade [...] (EL-JAICK, 2008, p. 99).

A masculinidade flagrada no romance denuncia o projeto heterossexual e sexista do pensamento hegemônico ocidental. No fragmento acima, revela-se todo o falocentrismo masculinista, ao se tentar roçar o pinto duro contra a xoxota de uma garota, sem seu consentimento, apenas para a exibição de uma masculinidade heterossexual. E esse comportamento é comumente aplaudido e se torna uma espécie de senha de pertencimento grupal masculino. Ser gay, nesse contexto, é pertencer ao universo feminino e, logo, não ser homem. Ao se deparar com seus desejos, a amizade com Ricardo foi fundamental para compreender e lidar com a

“descoberta” da sua própria sexualidade. No entanto, a homossexualidade continua a ser tratada no âmbito da natureza e da anormalidade:

— Sabe qual foi a melhor coisa que podia ter acontecido na minha vida?
 — Não.
 E o Maurício disse:
 — Foi eu ter nascido gay.
 [...]

 — Por quê?
 — Porque vivi muitas coisas com as quais um hétero nem sonharia.
 — O que é um hétero?
 — Heterossexual. O homem que gosta de mulher. E a mulher que gosta de homem.
 De modo que eram as pessoas normais (EL-JAICK, 2008, p. 126).

O romance, mesmo desvelando como pedagogicamente somos todas inseridas e inseridos no mundo da inteligibilidade de gênero, termina por não desconstruir a compreensão da “naturalidade do sexo”, nem retirar a heterossexualidade da zona de “normalidade” sexual.

E, como já sabemos, a literatura não cumpre apenas a função de entreter, mas também a da autorreflexão, representação e ensinamento. Ou seja, é sempre “ler como”, mas a partir de determinadas lentes, legitimadas e previamente compostas, que não respeitam a subjetividade dos sujeitos. Isso imprime um caráter pedagógico muito perigoso acerca dos limites aceitáveis dos gêneros e das sexualidades. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental questionar as normas sexuais que produzem exclusões, inquirindo-as, criticando-as, desconstruindo-as, pois, como propõe Stuart Hall (2003, p. 70), é preciso “deslocar as posições de poder para democratizá-las”.

O projeto de engajamento compõe um dos objetivos da crítica universitária da chamada literatura gay, cuja função é reconhecer uma identidade engajada e legítima para ser abraçada e seguida pelos sujeitos. A ideia é oferecer ao público tramas com personagens LGBT* coerentes, que passam por dúvidas em relação à sua sexualidade, mas que, ao final, se assumem gays ou lésbicas e, só assim, se veem como pessoas.

O romance de Andréa Ormond, *Longa carta para Mila*, lançado em 2006, também das Edições GLS, propõe uma outra abordagem diferente do projeto de homossexualidade masculina, hegemonicamente abordado pela “literatura gay”: um romance lésbico, com muitas cenas de sexo bem detalhadas entre mulheres. Narrado

em primeira pessoa, no formato de carta, Cris, a narradora-personagem, escreve para a sua atual noiva, já quase esposa, narrando a sua experiência ao descobrir-se lésbica, seus conflitos e seus relacionamentos amorosos e sexuais.

A tônica do romance de Andréa Ormond envereda por uma construção identitária e posteriormente um engajamento militante, visto que Cris, estudante de Direito numa faculdade do Rio de Janeiro, se forma na tentativa de lutar pelos direitos da comunidade de gays e lésbicas: “Eu sou lésbica e pronto’, concluí, e precisava eleger minhas prioridades a partir da certeza da minha verdadeira essência” (ORMOND, 2006, p. 23). A ideia de “essência” remete novamente à proposta iluminista de uma existência humana centrada, coerente, unificada (HALL, 2006). Os problemas advindos com a essencialização do sujeito vão desde a ilusão de uma identidade autocentrada até a solidificação de um discurso identitário que impede que os sujeitos (re)conheçam e transitem pelas diversas marcas identitárias que os atravessam e os assujeitam.

Mesmo reivindicando para si a identidade lésbica, Cris ainda continuava no armário para sua mãe. A sua atuação no curso de Direito já indicava um posicionamento favorável às causas LGBT* no que tange ao direito ao casamento civil, a partir do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e do discurso de igualdade e normalidade: “Somos humanos, somos normais” (ORMOND, 2006, p. 39). Observa-se aqui que as críticas feitas por Miskolci (2012) e Colling (2015) ao projeto de enquadramento assimilacionista da militância LGBT* podem ser melhor compreendidas. A luta identitária foca fundamentalmente na busca por uma relação de igualdade jurídica, a partir dos pressupostos jurídicos disponíveis, como o casamento, por exemplo. Mas não questionam o casamento como uma instituição de legitimação e segregação social, assim como não põem em debate a lógica de humanidade que desumaniza identidades sexuais e de gênero fora dos limites de “aceitação” social do que vem a ser um gay ou uma lésbica possuidores de direitos.

Reconhecer-se lésbica foi fundamental na vida da personagem: encontrou novos afetos, amigos e amigas gays, lésbicas e heterossexuais simpatizantes, além de vivenciar novas experiências sexuais, como o sexo em boates com desconhecidas, o *voyeurismo*, além do *ménage à trois* e do *dark room*¹². No entanto, mesmo subvertendo a lógica normativa da sexualidade, a partir do desejo lésbico e de práticas

¹² Termo em inglês que significa quarto escuro. Geralmente, são lugares localizados em boates, propícios para práticas sexuais coletivas ou individuais.

sexuais dissidentes, o sonho da personagem-narradora é a busca do amor e de um relacionamento monogâmico.

No dia seguinte Felipe ligou, perguntando se eu gostaria de ir à praia com ele, de tarde. Disse que não. E nos dias subsequentes ele também ligou, sem faltar nenhum. Conversamos muito, tinha uma conversa ótima e era uma espécie de autodidata em psicologia, mas não era aquilo que eu buscava. Acabei sendo franca: “Felipe, eu sou lésbica”. “Eu sei”, disse ele, “mas eu pensei que...”. “Desculpa”, completei, “mas quero me apaixonar e casar com uma mulher, é este o meu objetivo de vida” (ORMOND, 2006, p. 23).

A presença do amor romântico é a linha que atravessa e costura toda a narrativa. O sexo sem compromisso, com muitas parceiras, é encarado como uma fase de transição para uma vida mais estável, feliz e realizada. Inclusive, após um sexo grupal num *dark room*, em Londres, a amiga de Cris chama-lhe a atenção para o perigo de tais práticas e a possibilidade de ter contraído alguma doença: “Diante daquilo, eu fiquei arrasada. Carmem tinha toda razão: na voracidade de viver, eu tinha posto o meu bem-estar em risco. De qualquer forma, só podia fazer o teste algumas semanas depois, quando já estivesse de volta ao Brasil” (ORMOND, 2006, p. 47).

A personagem Cris vive um amor, ao longo do romance, com a personagem Joana, uma menina mais jovem que ela, com quem acredita que passará o resto de sua vida. Entretanto, Joana, mesmo gostando muito de Cris, não constrói para si uma identidade lésbica e um engajamento militante, e isso faz com que Cris inicie uma trajetória de construção identitária em sua namorada.

Eu precisava de alguma forma discutir aquilo com ela. Não era possível alguém se apaixonar por uma mulher, mesmo que fosse apenas uma vez na vida, e fingir que não é lésbica. “Tapar o sol com a peneira”, acabei explodindo, “você é lésbica sim, Joana, e quero que você assuma isso” (ORMOND, 2006, p. 67).

“Assumir-se lésbica”, ou qualquer outra identificação marginalizada, corresponde a um ato político deliberado, que precisa fazer sentido para os sujeitos. Portanto, conforme o fragmento acima, o ato da personagem está além de um encorajamento: parece mais uma camisa de força.

Edward MacRae (1981), citando Oscar Wilde, constata que “a naturalidade é uma pose [...] difícil de manter”, e essa reflexão não se limita ao discurso da naturalidade dos corpos, dos desejos, do gênero e das sexualidades heterossexuais,

mas circunscreve todo o ideário de estabilização e fixação das identidades. A manutenção de “assumir-se lésbica” de modo estável significa considerar que as identidades sexuais não são fluidas nem contraditórias.

Obviamente, a postura de Joana, ao não se enxergar lésbica, pode corresponder ao enquadramento heteronormativo de não aceitação de uma identificação subalternizada, o de “fingir não ser lésbica”. No entanto, a forma opressora, impositiva e autoritária com a qual a personagem Cris reclama uma identidade lésbica para sua namorada e a necessidade de um reconhecimento identitário homossexual, para que Joana ame-a e deseje-a, reproduz o apagamento da singularidade do desejo sexual de Joana tanto quanto a heteronorma. O posicionamento identitário de Cris, ao invés de deliberar uma possibilidade de amor e desejo fora dos escopos de fixidez das identidades, acaba por reiterar normas, as quais, no fundo, reproduzem a opressão que denunciam.

Em outro momento, a moralidade heterossexual e cristã é flagrada na transa que esta personagem tem com Viviana. Ao encontrar uma mulher que lhe rouba a atenção por sua beleza e mistério, Cris a leva para sua casa. No entanto, enquanto conversavam, Viviana revela que foi prostituta durante algum tempo, criando uma sensação mista de repulsa e pena em Cris, e novamente a sensação de que deveria fazer mais uma vez o teste de HIV.

Vincular-se a uma identidade estável e segura, a partir do encontro de sua alma gêmea, do amor romântico, com finais felizes e casamento, é a tônica do romance. Inclusive, inferiorizando o sexo casual e a prostituição, colocando-os como relações indignas, menores, superficiais, sem previsão de felicidade e reivindicando direitos iguais apenas para os casais homossexuais. A potência desse romance acaba sendo interrompida por reiterar muito mais as normas de assujeitamento sexual feminino do que subvertê-las.

O romance de Andréa Ormond (2006) corresponde ao mesmo agenciamento político da Editora Malagueta, como afirma Virgínia Leal (2011, p. 400):

Os “finais felizes”, que fazem parte da ideia de representação positiva, também têm sido continuamente celebrados nos romances, inclusive com rituais de casamento em alguns deles, como o caso da obra de Karina Dias e Lara Orlow, previamente comentados. Neles, há uma (re)afirmação de um modelo hegemônico.

Longe de reproduzir apenas os conflitos e dramas vivenciados pela comunidade lésbica, a proposta é justamente oferecer ao público leitor, sobretudo ao público lésbico, uma possibilidade de reler suas histórias de maneira “positiva”.

Trazer para a literatura um discurso que coloque a homossexualidade de maneira positiva termina por cair na armadilha de ver a heterossexualidade como um padrão positivo e coerente. Portanto, questionar a lógica de normalidade, positividade e coerência das práticas sexuais e identidades de gênero é demonstrar o caráter discursivo e de constructo que as compõe. Não são coerentes porque são frutos dos discursos que as produzem, e não o contrário. Nesse romance, após os dramas, encontros e desencontros amorosos, a personagem Cris, finalmente, encontra a sua alma gêmea, aquela que será sua esposa e com quem terá o seu “final feliz”.

A ideia de amor romântico, fruto do pensamento burguês oitocentista, foi historicamente naturalizada como condição existencial das mulheres. Assim, a relação amorosa e o romantismo funcionavam como satisfação e sucesso pessoal das mulheres, enquanto aos homens cabia a prática mercantil, científica e pública. Além de imputar uma felicidade baseada no sucesso social e pessoal do amor romântico, o casamento era a comprovação necessária para a aceitação social e a construção ou manutenção de um *status quo* de legitimidade (DEL PRIORE, 2012).

Nesse contexto, o amor lésbico no romance corresponde ao ideário do amor romântico burguês: o casamento simbolizando a união entre duas almas que se amam e se completam, funcionando como satisfação social e evidenciando a divisão hierárquica platônica entre a elegância do amor e a mortificação do desejo. Desse modo, o projeto de engajamento corresponde a uma forma de militar e engajar-se politicamente a uma causa identitária, mas sem permitir os escapes, a fluidez e as contradições que permeiam os processos de singularização dos sujeitos.

Como foi visto, a política assimilacionista dos anos 1980 e 1990, será reapropriada pelos agentes da literatura de mercado comercial, culminando no último projeto que propomos neste trabalho: o projeto assimilacionista. Laura Bacellar, que já atua no ramo editorial específico de “literatura gay” há quase dez anos, ao iniciar o selo GLS, e, posteriormente, fundar a Editora Malagueta, em entrevista à *Folha Ilustrada*, afirma o seguinte: “o que queremos é que a temática LGBT* esteja na história não como exceção, mas, sim, de maneira natural, como na sociedade” (BACELLAR, 2015). O modo de assimilação é muito marcado, pois busca inserir as sexualidades dissidentes no seio da sociedade ocidental burguesa e heteronormativa,

com o objetivo de naturalizá-las, sem tensionar os limites dos discursos heterossexuais e sem subverter a lógica neocolonial que o sustenta. O discurso da “naturalidade”, partindo da noção essencialista de “substância gay”, das relações revela novamente a assimilação tão buscada (e jamais alcançada) da militância dos gays respeitáveis da década de 1980, e que, como ressaltou Miskolci (2011) e Colling (2015), ainda ecoa no discurso da militância LGBT* institucionalizada no Brasil.

O livro considerado o marco de abertura da literatura ficcional gay no Brasil, do gênero romance, é *O terceiro travesseiro*, de 1998, do escritor Nelson Luiz de Carvalho. Até 2010, este livro já contava com mais de 15 mil exemplares vendidos, está em sua décima edição e é considerado o *best-seller* de literatura brasileira gay. O livro narra o processo de “descoberta” da homossexualidade do narrador-personagem, Marcus, um garoto que se percebe homossexual desde os treze anos, mas que aos dezesseis se apaixona e vive uma história de amor com Renato, o seu amigo da escola.

O romance, como os demais, é todo narrado em primeira pessoa, em formato confessional de diário. Possui a estrutura narrativa marcada por uma linguagem direta, bastante acessível, com muitos toques poéticos, o que o torna bastante atraente para ser lido. Não está ambientado numa cidade específica, mas dá sinais de que a trama se desenrola em um espaço urbano. Já na primeira página é possível compreender as inquietudes do narrador-personagem:

Estou aqui, tentando estudar para a prova de português, mas não consigo prestar atenção na matéria. O que será que está errado? Será que eu tenho algum problema? Não é possível. Já sou um cara adulto, tenho 16 anos e sou normal. De qualquer forma, estes pensamentos são meus, gosto de tê-los e ninguém nunca vai saber (CARVALHO, 2007, p. 13).

Após olhar o amigo Renato e sentir vontade de beijá-lo, e, assim, não conseguir se concentrar nos estudos, o narrador nos apresenta seus pensamentos. A inquietação por se sentir fora dos parâmetros de “normalidade” e considerar isso um erro é evidente. Reconforta-se, portanto, em saber que “ninguém nunca vai saber” dos pensamentos “errados”.

É interessante como as pessoas fazem um juízo errado de caras como eu. Quando se pensa em alguém assim, logo se imagina que o cara gosta de se vestir de mulher, gosta de “dar” e gosta de qualquer

homem. E isso, pelo menos pra mim, não é verdade (CARVALHO, 2007, p. 22).

O discurso presente no fragmento acima institui o homossexual que não é “errado”, porque não é promíscuo, quer uma relação estável, não gosta de dar o cu e não “quer se vestir de mulher”. É um posicionamento que, na tentativa de denunciar uma violência contra a população gay, visto que as “pessoas fazem um juízo errado de caras como eu”, acaba por criar novas margens e novos assujeitamentos com outras identidades. Ou seja, legitima o discurso heteronormativo, sentenciando o apagamento das diferenças sexuais e de gênero.

A relação dos garotos é marcada pelo desejo e pela afetividade, com muitas declarações de amor, para marcar uma identidade “não promíscua” e dentro dos padrões de legitimidade do romance romântico. Assim como nas narrativas burguesas de folhetim do início do século XIX, a trama se encaminha para um namoro, com as expectativas, os sofrimentos, encontros e desencontros do amor romântico. O “armário”, então, será o local seguro para manter intocável a relação dos dois.

A postura da personagem Marcus, ao querer representar a vida de um garoto que está tentando compreender seus desejos, acaba por formatar um padrão de descoberta e legitimação da negação, da heterossexualidade como regra e do desejo homossexual como um erro. Este conflito de aceitação e fuga para uma “normalidade heterossexual” perdura no romance quase todo, inclusive, quando pensa numa possível assimilação social: “o que eu queria mesmo era levar uma vida normal, sem mentiras, estando com a pessoa de que gosto e podendo mostrar aos outros o que realmente sentia” (CARVALHO, 2007, p. 16). A personagem Marcus vê na estratégia da heteronorma a solução para seus problemas. Ao tentar ter uma vida “normal”, compreende-se que o pressuposto da “normalidade” requerida centra-se na tentativa de ter uma vida socialmente heterossexual.

Os romances analisados correspondem ao projeto de literatura de mercado comercial, pedagógico, engajado e assimilacionista, com o mesmo tom confessional, descrições das personagens, com nomes e suas famílias, atribuindo-lhes humanidade, narrando sobre seus desejos mais secretos, a saída do armário e suas aventuras amorosas. No entanto, limitam-se a apresentar personagens que buscam estabilizar uma identidade sexual subalternizando outras, ou seja, reiterando o pensamento binário e desigual da heteronorma: gay másculo *versus* gay afeminado;

lésbica que busca o amor *versus* lésbica promíscua; homem heterossexual *versus* homem homossexual.

Nesses romances, a descrição das personagens vai sendo revelada à medida que a leitura vai se desenvolvendo, como cor, classe social e econômica, formação religiosa cristã e estrutura familiar. As personagens principais, bem como o grupo de familiares, amigos e amigas, gozam das facilidades de uma vida confortável, dentro dos padrões convencionais da família tradicional brasileira: moram com os pais (mãe e pai); são, geralmente, atuantes na comunidade cristã; no contexto familiar reúnem-se em festas ocasionais, sem conflitos e sem problemas. Há um reforço da família patriarcal, com pais que trabalham fora de casa; mães que trabalham em casa, em eventos religiosos e são as únicas responsáveis pelos filhos e filhas. Apenas no romance *Longa carta para Mila* a personagem Cris é criada apenas pela mãe, sem uma referência paterna.

É importante localizar o lugar de fala das personagens, pois acreditamos que os leitores e as leitoras criam subjetivamente uma relação de identificação com personagens e suas experiências vividas, ao terem contato com o texto literário. O lugar de fala permite que compreendamos o posicionamento político e identitário frente às situações que vão surgindo no caminho. “Ser gay” localiza as personagens numa situação de marginalidade em relação ao discurso hegemônico da norma heterossexual, mas, no mais, participam do banquete hegemônico de dominação social branca, cristã, pertencente a um modelo de família classe média e rica.

Nos três romances, os momentos de maior tensão são os de violência homofóbica sofrida pelos personagens, provocada principalmente por seus pais. No romance de Nelson Carvalho (1998), entretanto, no rastro desta violência, outras mais silenciosas vão ocorrendo, como a rejeição em ser chamado de bicha, ao pedido de desculpa por ser desse jeito, por achar que a homossexualidade é um problema, por criar outros nichos de subalternidade com outras identidades de gêneros, como as pessoas trans*, e por um processo assimilacionista, ao acreditar que precisa ser sempre o melhor em tudo, ser o bom filho, a melhor pessoa, para se desculpar com o mundo pelo “erro” do desejo homossexual, conforme é possível flagrar no fragmento abaixo:

– Pai, não fale nada agora. Me deixe falar. O senhor não precisa se desculpar. Eu tenho consciência do tamanho do problema que joguei

para vocês. Se existisse no mundo alguma forma de modificar este sentimento, eu o faria. Para mim isso tudo é muito doloroso. [...] O que sinto, pai, vem de dentro de mim. Acho que nada pode mudar isso. Sabe, pai, continuo sendo a mesma pessoa, estudo, tenho boa educação, respeito os mais velhos, não fumo, não uso drogas e não sou promíscuo. Sabe, pai, apesar de sentir o que sinto, eu sou homem. Nunca vou me vestir de mulher. Nunca vou querer usar calcinha. Eu gosto de ser homem. Ontem o senhor me chamou de bicha. Essa palavra dói muito. Não quero carregar comigo nenhum rótulo (CARVALHO, 2007, p. 49-50).

Conforme Dário Sánchez (2010, p. 148), na tentativa de contestação da violência homofóbica institucionalizada, a assimilação, presente nos romances analisados, acaba por reforçar violências simbólicas contra a população que diz representar:

[...] e em virtude de um mecanismo ideológico muito sutil, a inexistente ou fraca resistência nesses romances acaba estando a serviço de um discurso heterossexista ou patriarcal que propicia o abuso e a discriminação de minorias como os pobres, os negros, as mulheres e mesmo os homossexuais. É como se o preço da libertação individual que pressuporia a escritura só fosse possível mediante a submissão, especialmente daqueles que também são minoria. É como se a forma de libertar-se da marginalização fosse reproduzir a marginalidade.

Os projetos assimilacionista, pedagógico e de engajamento, portanto, não são excludentes entre si, ao contrário, podem ser encontrados em todos os romances analisados. Esses projetos tendem a funcionar como ações microfascistas autoritárias, totalizadoras, hierarquizantes, castradoras e homogeneizadoras das experiências sexuais dissidentes.

Ora, se é na interação com o texto, a partir da experiência da leitura, que os sujeitos (re)avaliam e (re)constroem os significados de suas práticas, permitindo que sejam constantemente confrontados por nossos valores e nossas crenças mais subjetivas, é então este o momento e o lugar de uma produção literária mais emancipadora. Em tais romances, a visibilidade funciona como projeto caricatural do homossexual bem-comportado e o apagamento, através da ausência, de personagens de gêneros inconformes é flagrante, expondo o caráter assimilacionista como um *cruising bar*, nos termos de Helder Maia (2015, p. 190).

Poderíamos dizer, então, que a literatura gay (mercadológica) funciona como um *cruising bar*, onde os desejos polimorfos foram

privatizados em troca de uma identidade estável, de uma política assimilacionista, organizada por um nicho mercadológico. O *cruising* substitui a deriva sexual LGBT* pelos espaços públicos, pelos parques e pelas ruas por um espaço seguro, onde os desejos e as experimentações afetiva-sexuais são controladas por uma política de mercado que dita as regras dos gozos e dos corpos possíveis. O *cruising literário* igualmente abandona os trânsitos, as experimentações, por uma identidade positiva e controlada que pode ser consumida facilmente por um público que anseia por reconhecer-se na literatura.

O *cruising bar* também é o local de subversão e pode promover outras possibilidades identitárias, além do que a literatura mercadológica tem produzido atualmente. Longe de pretender estabelecer uma fórmula “correta” de tratamento de questões que tocam nos temas das identidades de gêneros e sexualidades dissidentes, buscamos fazer uma leitura a partir de um posicionamento político de enfrentamento e resistência à assimilação, ampliando as possibilidades de representações identitárias, para que, mesmo que através de uma militância a favor das causas LGBT*, estas produções literárias não caiam na armadilha do pensamento neocolonial, higienista e cristão.

O funcionamento do *cruising literário* de mercado tem reproduzido um ideal de gênero e sexualidade estáveis, sem apresentar as fraturas, as inconsistências, os fluxos identitários, as precariedades dos sujeitos, os escapes de enfrentamento, as resistências, as muitas possibilidades dos processos identitários à deriva. Principalmente, é fundamental ressaltar que pouco tem contribuído para denunciar a violência epistêmica, simbólica, física e moral que a sociedade brasileira tem infligido aos sujeitos não heterossexuais. No entanto, um *cruising* é também o *lócus* da experimentação e do fluxo (MAIA, 2015). Isso significa que o *cruising bar literário* pode ir além do projeto positivo e acomodado das identidades, assumindo um papel de maior subversão.

Compreendemos a necessidade da abordagem de temas vinculados às sexualidades dissidentes em textos literários, principalmente em espaços escolares, como ocorre no romance *No presente*; a potência do romance *Longa carta para Mila*, ao abordar relacionamentos lésbicos, com práticas sexuais dissidentes; ou a iniciativa de Nelson de Carvalho, em *O terceiro travesseiro*, ao representar os conflitos familiares e as dificuldades enfrentadas por homens gays ao reivindicarem esta identidade. Sendo assim, a análise aqui realizada parte também das ambiguidades desses projetos, reconhecendo a importância das temáticas levantadas e da

existência de um cânone paralelo que pretende tematizar o tema das sexualidades dissidentes, mas questionando os limites que o projeto crítico universitário e de mercado comercial tem empregado no segmento editorial chamado de “literatura gay”.

O desejo aqui é que as futuras produções ampliem o campo de visão para as representações das demais subalternidades, que continuam sendo negligenciadas e esquecidas no interior político das identidades, invadam os romances com personagens de bichas molinhas, de mulheres gordas, negras e negros, lésbicas, prostitutas, mulheres masculinizadas, periféricas, transformistas, travestis, transexuais, regadas a muita fechoação, empoderamento e resistência, sem embarcar em um enquadramento sexual. É importante ressaltar que a expressão “literatura gay” ainda é bastante controversa no Brasil, causando ruídos e dividindo opiniões entre os agentes da literatura de mercado e da crítica literária brasileira.

Ressaltamos, portanto, que os conceitos apresentados são pertinentes para melhor entender os propósitos literários das políticas sexuais ao longo da história, mas acreditamos que tais conceitos não fazem parte do projeto literário do João Gilberto Noll. O homoerotismo, vinculado à noção higienista do século XIX; a homotextualidade, um projeto político e estético homossexual; ou a chamada “literatura gay” de mercado comercial, cujas marcas estão próximas de relatos testemunhais, biográficos e literários de cunho identitário, não se aproximam da produção literária de Noll. Mesmo utilizando as estratégias de mercado editorial massivo, Noll não criou tramas ou personagens que correspondam aos projetos políticos e literários – pedagógico, assimilacionista e de engajamento –, a fim de atender a uma demanda comercial ou para militar em prol de uma identidade fixa. Por isso, preferimos aqui situá-lo como uma escritura *queer*, não identitária e potencialmente subversiva, pois, reiterando o verso de um poema da escritora argentina, Suzy Shock (2013), “que los otros sean lo normal”.

3 OZADIA

Para Deleuze e Guattari (2014), o escritor é sempre um político. Não está sendo dito que quem escreve compactua de maneira consciente, declarada ou intencional, com este ou aquele pensamento político, ideológico ou filosófico. Apenas compreendem os autores que todo enunciado carrega em si as marcas dos posicionamentos e seus sentidos, incorporados *a priori* nos sujeitos em contextos de enunciação.

Um escritor não é um homem escritor, é um homem político, e é um homem máquina, e é um homem experimental (que cessa, assim, de ser homem para devir macaco, ou coleóptero, ou cão, ou camundongo, devir-animal, devir-inumano, pois em verdade é pela sua voz, é pelo seu som, é por um estilo que a gente se torna animal, e seguramente por força da sobriedade) (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 15).

Por essa definição, o homem político, homem máquina, homem experimental que os autores anunciam, corresponde a um exercício de escrita que inscreve sujeitos, práticas e desejos nos discursos. Por isso, esse pensamento põe em xeque a perspectiva da neutralidade discursiva das narrativas, expondo o posicionamento político das reivindicações hegemônicas, ocultado nos pressupostos da universalidade, da totalidade e da neutralidade. Essa perspectiva levantada pelos autores revela a principal marca daquilo que chamamos de “escritura”, conforme Roland Barthes (1972), segundo o qual, a escritura consiste na “existência de uma realidade formal independente da língua e do estilo” (BARTHES, 1972, p. 120). Ou seja, toda escritura é uma “ozadia” em potencial.

O termo “ozadia”, aqui, está sendo tomado no sentido expresso nos falares coloquiais da Bahia, grafado, portanto, da forma como se pronuncia, quando se quer se referir ao ato sexual, “fazer ozadia” ou à atos de coragem e bravura. A apropriação dessa grafia corresponde exatamente à proposta de desobediência às normas sexuais, imposta pelos dispositivos heteronormativo, a qual se faz presente na literatura de João Gilberto Noll, que nesta dissertação tem buscado identificar.

“Eu me fantasiava a transar com ele. Na fantasia vinham dois corpos embolados, e eu não sabia ao certo onde estavam as cabeças, os troncos, os pés, os sexos enlouquecidos a foder metidos em massas indecifráveis” (NOLL, 2012, p. 28).

A ozadia flagrada nos romances de João Gilberto Noll possui a desconcertante capacidade de mobilizar os desejos adormecidos e estimular corpos e fantasias. A ozadia não se restringe ao conteúdo altamente erotizado presente em seus romances, mas se amplifica, principalmente, ao seu atrevimento ao pôr em xeque os postulados normativos da sexualidade.

Dentre outros motivos, a potência da narrativa, conforme aponta Barthes (2013), não se situa apenas na criatividade narrativa ou na criação de bons personagens, mas se estabelece nas conexões realizadas a partir do que se lê, as quais, por vezes, desorganizam os sentidos de forma inesperada. Nesse contexto, a produção literária desse romancista tem possibilitado muitas conexões, reinvenções e ressignificações das experiências sexuais e de gênero.

Ser “ozado”, portanto, corresponde a um ato político que agencia possibilidades de desestabilizar normas e padrões que gerem opressões. Enquanto os projetos políticos da chamada literatura gay negociam com mercado a sua existência, dentro de uma lógica capitalista, burguesa e heteronormativa, sem provocar incômodos, acreditamos a produção literária de Noll trilha rizomaticamente caminhos “ozados” que mexem nos postulados da ontologia humana.

3.1 ESCRITURA *QUEER*: TERRORISMO TEXTUAL E AGENCIAMENTOS (IM)POSSÍVEIS

Se compreendemos que as narrativas são formadas basicamente da escrita, no nível da língua, e da forma estética que a promove (se mais introspectiva, ensaística, dramática, barroca etc.), a escritura está para além da literalidade das palavras e de seus significados mais comuns. Situa-se no movimento político, nas intensidades que provoca, nos acontecimentos subjetivos, no engajamento que reivindica e na função social que exerce.

Em toda e qualquer forma literária, existe a escolha geral de um tom, de um ethos, por assim dizer, e é precisamente nisso que o escritor se individualiza claramente porque é nisso que ele se engaja. Língua e estilo são dados antecedentes a toda a problemática da linguagem, língua e estilo constituem o produto natural do Tempo e da pessoa biológica; mas a identidade formal do escritor só se estabelece realmente fora da instalação das normas da gramática e das constantes do estilo, no ponto em que o contínuo escrito, reunido e encerrado de início numa natureza linguística perfeitamente inocente,

vai tornar-se enfim um signo total, a escolha de um comportamento humano, a escolha de um certo Bem, engajando assim o escritor na evidência e na comunicação de uma felicidade ou de um mal-estar, e ligando a forma ao mesmo tempo normal e singular de sua fala à ampla História de outrem (BARTHES, 1972, p. 124).

Na compreensão de Barthes, enquanto a escrita corresponde ao formato narrativo através da língua, a escritura sintoniza o texto ao contexto socioeconômico, cultural, político e subjetivo da sua época, permitindo novos processos de subjetivação. A escritura não está presa aos regimes institucionais das escolas literárias, permitindo que escrituras de autores distintos, situados em períodos históricos e espaciais diferentes, sejam conectadas pelas intensidades que emanam da sua potência política revolucionária.

Conforme afirma Barthes (1972, p. 124), toda escritura “é um ato de solidariedade histórica”, trará instabilidade ao cânone, principalmente, porque sua textualidade requer desobediência, ou total aversão, ao cânone estabelecido. Não busca perenidade, nem estabilidade discursiva, não participa de uma escola literária, pois assume um destino social e moral. Ainda, não tem apenas a preocupação de disseminação e de sua perpetuação no mercado de bens simbólicos ou no mercado de consumo massivo, mas se propõe a pensar a literatura, a linguagem, a sociedade, os sujeitos e os dispositivos discursivos que a subjazem.

É importante ressaltar que não está à disposição consciente dos escritores e escritoras o tipo moral, político e ideológico que defenderão. Claro que, na contemporaneidade, conforme ressaltava Beatriz Resende (2008), as lutas identitárias abraçaram intencionalmente causas sociais específicas comumente negligenciadas em textos literários mais canônicos.

Desse modo, concordamos que é na história que são construídas as viabilidades discursivas para as lutas e os enfrentamentos que impelem quem escreve a produzir suas escrituras. Isso não quer dizer que não haja escritura conscientemente engajada em projetos políticos específicos, principalmente aqueles que buscam um deslocamento das disposições de poder nas sociedades. Ao contrário, identificamos que toda escritura é sempre um projeto que visa estranhar as engrenagens dos contextos político-sociais em que está inserida, mas que não dependerá da livre escolha de quem a produz, e, sim, da singularidade que conecta os sujeitos com a história.

É nessa singular conexão com a história, sobretudo a não oficial, a subalternizada e relegada ao menor, que situamos a produção romanesca de João Gilberto Noll, como uma escritura disparadora de múltiplas intensidades, uma escritura da diferença ou escritura *queer*. O conceito escritura *queer* ou escritura da diferença, elaborado por Helder Maia (2014), é sempre um movimento “provisório e particular”, pois instaura “a dissidência a esse regime político heteronormativo dos corpos; uma escritura *queer*, assim, se desloca, se abjura, todo o tempo para resistir sempre às normalizações de gênero e de sexualidade” (MAIA, 2014, p. 31).

Segundo Miskolci (2012), a política da diferença corresponde a uma disposição para estar no mundo através da coexistência com o outro. Os discursos da “tolerância”, da “aceitação” e da “diversidade” acabam por recuperar posições hierárquicas entre os sujeitos que gozam da aceitabilidade social por partilharem de um referencial hegemônico, e assim “toleram” ou “aceitam” o “diverso” e a “exceção”. Enquanto isso, a política da diferença busca realizar um questionamento acerca dos processos discursivos que instauraram sujeitos, práticas e desejos hegemonicamente superiores, a fim de que haja uma efetiva transformação social. Sendo assim, trata-se de um movimento de alteridade e não de um projeto assimilacionista.

As escrituras *queer* seriam, portanto, perturbadoras da normalidade, dos territórios hegemônicos e da heteronormatividade, logo, elas não se colocam como discursos de tolerância, mas como discursos de afirmação da diferença, escrituras que desterritorializando normas e convenções culturais permitem a transformação tanto da cultura como do leitor (MAIA, 2014, p. 42-43).

Conforme Guacira Louro (2001, p. 546), a reapropriação da expressão inglesa “*queer*”, empregada inicialmente como injúria para referir-se a gays, lésbicas, pessoas trans* e travestis, abarca políticas e teorias que pautam “a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é mais transgressiva e perturbadora”.

Tem sido recorrente a utilização do termo “*queer*” entre teóricas e teóricos que estudam a sexualidade no campo das Humanidades, ao menos, em duas perspectivas: a primeira demanda do “*queer*” um termo guarda-chuva para agrupar os sujeitos e as identidades sexuais historicamente interdidas. Muitas pesquisas, inclusive, têm utilizado esse termo mais como uma identidade. Outra forma, de cuja perspectiva este trabalho mais se aproxima, é vê-lo como uma disposição, uma

experiência que evoca com maior urgência a singularidade dos sujeitos, e não como mais uma identidade ou essência do sujeito. Essa é a potência encontrada nos estudos *queer*: “o movimento, a instabilidade, o trânsito, as multiplicidades e o avesso” (SALIH, 2012, p. 19).

A escritura da diferença, portanto, se aproxima do *pensamento-outro*, conforme Khatibi (1983 *apud* LINS, 1997, p. 73), que se situa à margem dos esquemas de representação eurocêntrica e do saber-poder ocidental.

Pensamento-outro que fala em outras línguas pondo-se à escuta de toda palavra de onde quer que venha. Esse pensamento-outro é talvez uma promessa, o signo de um devir em um mundo a transformar. Mas, no pensamento não existe milagre, só rupturas.

Uma escritura da diferença é viabilizada por meio da função-autor, nos termos de Michel Foucault (2002). Ao analisar a finalidade da autoria na modernidade, Foucault (2002) reconhece que o autor funciona como uma fratura no interior dos discursos, com a singular capacidade de instaurar novas rotas discursivas, agenciar novas possibilidades, até então impensadas ou desacreditadas. “A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade”, afirma Foucault (2002, p. 46).

A escritura *queer*, portanto, passa a funcionar como um agenciamento, que, como sugerem Deleuze e Guattari (2014), corresponde a uma intensidade segmentária, flexível e multiplicadora. Tal intensidade pode também, por meio dos seus atravessamentos, exercer um poder que reproduza os sistemas de opressão. No entanto, o agenciamento buscado neste trabalho é de multiplicação das vozes dissonantes, loucas, profanas, que, por seu turno, exigem outra forma política de pensar o projeto de humanidade.

A partir dessas considerações, localizamos o romance *A fúria do corpo* como uma escritura da diferença mais potencialmente “esquizo¹³” já produzida por Noll.

¹³ Buscarei, neste trabalho, não limitar os termos utilizados por Deleuze e Guattari de modo a serem finalizados em si mesmos, a fim de respeitar a própria verve produtiva e teórica dos autores. Portanto, tentarei apresentar a perspectiva e não o conceito-fim de suas análises. A expressão “esquizo”, reapropriada no livro *O Anti-Édipo*, é uma desinência do termo *esquizofrenia* ou da própria perspectiva teórica e clínica da *Esquizoanálise*. Diferente do parâmetro médico-psi, cuja esquizofrenia é tratada como doença, e que, portanto, precisa ser medicalizada, a Esquizoanálise vê na experiência da esquizofrenia intensidades, linhas de fuga e atravessamentos nos sujeitos. A metáfora do esquizo, então, corresponde a essa potência fragmentada, estilhaçada e subversiva de experiência humana, que transgride as limitações impostas pelos códigos linguísticos e culturais da Lei convencionados socialmente.

Primeiro, por sua capacidade de fusão entre realidade e fantasia; segundo, pela linguagem empregada, mesclando recursos da língua padrão, termos coloquiais e, por vezes, para dar sentido e acompanhar o fluxo de consciência, a supressão da pontuação, pois todo o romance é narrado em primeira pessoa; terceiro, pelo conteúdo que transgride a noção de normalidade sexual.

Nessa narrativa, não há pessoas, há máquinas que desejam; não há indivíduos (pensando no esquema liberal), há muitos devires; não há sujeitos ontológicos, há sujeitos precários forjados na linguagem; não há espaço, há territórios; não há identidades, há fluxos e singularidades; não há enredo, há micropolíticas. Possui um estilo exacerbado de recursos linguísticos, como figuras de linguagem e de pensamento, em um estilo neobarroco. Mas é um romance sobre o amor, sobre corpos enfurecidos e sobre o desejo.

Paradoxalmente, o exagero linguístico cumpre a função de enaltecer a linguagem em detrimento do nada: como não há um enredo definido, o narrador-personagem vai narrando e divagando sua (sobre)vivência precária, através do corpo, da violência, do sexo e do trânsito existencial. A personagem que narra o romance compõe o ciclo da marginalidade que transita nos grandes centros urbanos, neste caso, a cidade do Rio de Janeiro, em período de ditadura militar: o errante-navegante, o vagabundo, que vive à deriva de si, perambulando na cidade com a qual não possui vínculo de pertencimento, apenas um afetivo: Afrodite, sua musa, sua amada e seu duplo. As primeiras páginas são dedicadas a afastar de si o nome, a sua identificação. E, com isso, a identidade: “Mas, se quiser um nome pode me chamar de Arbusto, Carne tatuada, Vento. O meu nome não” (NOLL, 1989a, p. 9).

A relação com Afrodite é intensa sexual e afetivamente, mas também provisória, pois seus corpos exigem outras vivências. Por isso, perdem-se um do outro com frequência, para assim estabelecerem laços sexuais e afetivos provisórios com outros sujeitos por onde passam: seja com o lindo menino que conhece na enfermaria, o anjo por quem se apaixona e possui o “corpo amado” (NOLL, 1989a, p. 45); seja pelos corpos da mulher que lhe oferece um copo de água, da bicha do elevador, do mendigo com o “maior caralho do mundo”, do homem que lhe paga por sexo, da transa travestida com Baby, dos gringos com quem fodem.

Ela abre a minha braguilha e diz com a língua cheia como um sapo digerindo um réptil, diz que meu pau está vermelho-em-riste, se eu

não quero meter na xota enlouquecida dela, eu meto sim sem cerimônias, varo as entranhas dela com meu mais tenso mel, vomito todo o meu néctar lá pelo dentro mais impenetrável dela [...], nos sentamos, nos deitamos, no chão duro, foder se dissolveu no chão mais duro, aliviados no meio da penúria nos olhamos e percebemos quanto amor se pode ainda sustentar (NOLL, 1989a, p. 11).

O sexo, os excrementos (néctar) e os corpos são desnudados e mostrados às leitoras e leitores à superfície da linguagem mais cotidiana. As relações sexuais entre esses corpos estão além das questões e designações de gênero e de orientação sexual: não há determinações ou fixações, há, sim, um amplo e diversificado universo de possibilidades de sentir prazer, como grita o narrador ao afirmar: “CADA VEZ QUE UMA PICA ENTRA EM MIM SINTO QUE A ALMA EXISTE” (NOLL, 1989a, p. 55).

Louvação e profanação são constituintes inseparáveis dessa produção: louvação à profanação do corpo que não se dociliza, do desejo que não se estabiliza e do sagrado cu que permite o gozo. Os corpos aqui são vorazes e reivindicam, pela sua existência, uma outra forma de ler a humanidade. Afeto, amor, desejo e o corpo movimentando-se em fluxo, descrevem o romance, numa linguagem que se movimenta esteticamente igual ao conteúdo, deslocando, desestabilizando e enlouquecendo a quem lê: “ninguém há de profanar o corpo onde corre o fluxo da humana fala” (NOLL, 1989a, p. 188).

Conforme a pesquisadora Sayonara Amaral Oliveira (2004, p. 05), ao ler esse romance como uma narrativa de corpos pós-humanos, *A fúria do corpo* descentra o “eu” como uma autoconsciência individual para instaurar o “corpo como objeto de narração” (OLIVEIRA, 2004, p. 05). Segundo a autora, trata-se de corpos pós-humanos devido às experimentações sexuais vertiginosas vivenciadas pelo narrador-personagem e sua amada Afrodite, e, principalmente, pelas vivências epidérmicas que dão aos corpos autonomia frente a um projeto identitário fixador ou ontológico.

Em nome do corpo se promove na narrativa o descentramento do sujeito. A contestação de uma identidade pessoal e a sede do anonimato, constantes no texto de Noll, representam as vias por meio das quais se agencia o deslocamento de uma identidade homem para uma identidade-corpo. É quando o narrador, empobrecido de experiências passadas, elege o corpo como o terreno da sua história, que a narrativa atualiza e completa sua voltagem pós-moderna (OLIVEIRA, 2004, p. 08).

Nesse romance, são evidentes os arrebatamentos de experimentação. Tais arrebatamentos podem ser considerados como instantes de devir. Para Deleuze e Guattari (1995b), o devir é um plano de experimentação que não é jamais fixado, mas que coabita na experiência humana, ou seja, nos permite (re)conhecer novas formas de subjetivação e ressignificar a nossa própria existência. Um devir é sempre um não-lugar, uma passagem, um momento. Não pode “ser” porque “está sendo”, sempre. A errância (ou a vagabundagem) desses corpos subverte a principal função da ontologia do sujeito moderno: produzir. Por isso, a metáfora do esquizo, como citado anteriormente, que aponta para a potência da esquizofrenia, da ampliação dos significados e da visão de si e do mundo. Afirmam Deleuze e Guattari (1995a, p. 42),

Mas, afinal de contas, o esquizofrênico tem um pai e uma mãe? Lamentamos dizer que não, que ele não os tem como tal. Ele tem somente um deserto e tribos que nele habitam, um corpo pleno e multiplicidades que nele se ligam.

Enquanto a psiquiatria trata a esquizofrenia, e o esquizofrênico, como um transtorno mental, loucura, psicose e distúrbio, que precisa ser contido, domesticado e silenciado, devido à impossibilidade produtiva de um corpo em desordem, a esquizoanálise de Deleuze e Guattari (1995a) enxerga a potência subversiva de uma mente “em desordem”, cujos limites impostos pela força produtiva, da ordem e do progresso, são, nem que por instantes, questionados.

Olho pros lados, tento conter meu pobre infinito porque preciso olhar novamente pras coisas, fazer parte das sensações normais, não posso continuar nesse exílio, e se retornar do exílio serei recebido? [...] preciso reorganizar o tino, instalar-me no tropel dos dias, ter passo comedido, nem carreira nem leveza de outro mundo, simplesmente anônimo [...] (NOLL, 1989a, p. 248).

O devir-esquizo é o contínuo movimento de escapes aos ponteiros, tempos, espaços e dimensões psicanaliticamente “reais”, compartilhadas coletivamente. É, portanto, a potência necessária que estimula os sujeitos alçarem além das convenções sociais estabelecidas como “normais”, “saudáveis” e “legítimas”. Assim acontece com o devir-animal, também muito recorrente na literatura de Noll. O devir-animal, para Deleuze e Guattari (2014, p. 70) “é a potencialidade dotada de dois polos igualmente reais, um polo propriamente animal e um familiar”.

Ambos os autores analisam a produção literária de Franz Kafka, através da energia da personagem que se metamorfoseia, transformando-se, da noite para o dia, num monstruoso e enorme inseto, em *A metamorfose*. O devir-animal presente na personagem Gregor Samsa funciona como uma linha de fuga, uma desterritorialização, que hibridiza sujeito e animal, e permite experimentarem vivências outras, inimagináveis.

A experiência do devir-animal permitiu a Gregor Samsa, cujo trabalho humano de caixeiro-viajante estava vinculado ao ato de deslocar-se, conhecer outro corpo, uma outra complexidade e a experiência da imobilidade. Ou seja, o devir-animal fez com que a personagem ressignificasse a sua visão de mundo, aprendesse e desenvolvesse outras habilidades motoras e subjetivas.

De repente eu estava de quatro sobre a cama, meio a loba ancestral de Roma dando de mamar aos filhotes que me teriam nascido durante o êxtase solitário. Eles se embriagavam com o meu leite, isso sim, e a minha excitação penetrava a minha estrada em Londres como querendo fecundá-la mais e mais (NOLL, 2014, p. 78).

No romance *Lorde*, o devir-animal aparece com a loba que toma o corpo da personagem e a faz ampliar a sua excitação sexual e experimentar uma foda com a cidade e as pessoas de Londres. O que o narrador-personagem descreve é a sua trajetória de prazer e de afetos que não estão no plano da mera representação: constituem intensidades e instâncias de prazer. Não se trata, portanto, assim como em *A metamorfose*, da transmutação em si, mas da potência criativa e extensiva que o devir-animal provoca.

Outro romance em que o devir-animal reaparece é *Bandoleiros*. Este foi escrito em 1985, com o mesmo narrador-personagem anônimo, decepcionado por não ter tido sucesso com seu livro, cuja narração descreve as suas aventuras afetivas e sexuais entre as cidades de Boston e Viamão, cidade próxima a Porto Alegre. Ao conhecer Steve, a personagem vive o ápice da sua solidão, da excitação sexual, da violência e da experiência do devir-animal. A experiência do animal vai aparecendo não necessariamente com a transformação da personagem em uma espécie de bicho, mas, sim, com o seu reconhecimento de que a humanidade que lhe fora forjada carrega em si o inumano.

A trama começa com a descrição da morte de João, o amante com quem o narrador-personagem morou durante algum tempo no Brasil, e que morreria

praticamente em seus braços, em decorrência de uma doença degenerativa, e cuja lembrança, durante toda a trama, será a sua memória afetiva mais amável. Com a dor da perda de João, o narrador vai para os Estados Unidos e lá encontra com sua esposa, Ada, professora de Sociologia em Boston, que estuda a vida minimal.

A sociedade minimal faz referência a uma vida social heterotópica, como uma possível metáfora de um universo paralelo, pois aparece como pano de fundo utilizado estrategicamente pelo autor para representar o supérfluo, a artificialidade da vida em seus aspectos minimalistas. “Um núcleo comunitário mínimo, onde só circulassem suas próprias mercadorias, completamente vedado às injunções do comércio exterior” (NOLL, 1989b, p. 44), afirma a personagem Ada.

A heterotopia foi um conceito elaborado por Foucault (2013), no trabalho *O corpo utópico e as Heterotopias*, de 1974. Segundo o autor, heterotopias são contraespaços ou lugares outros que construímos socialmente e que funcionam como contestação dos espaços em que vivemos e suas significações primárias. Foucault (2013) ainda cita como exemplo de heterotopias as casas de prostituição, o cemitério, as colônias. Atualmente, podemos reconhecer como lugares heterotópicos, por exemplo, os ambientes virtuais, as ocupações nas escolas e universidades, realizadas por estudantes, com fins de mobilização política, comunidades de moradia e apoio à pessoas LGBT*, corpos de pessoas trans*, dentre outros. Não são espaços “utópicos” porque o pressuposto da utopia é um “vir a ser”. São, portanto, chamados de “heterotopias” esses contraespaços que já existem e confrontam, por sua própria existência, a suposta “vida real” que compartilhamos.

Pois bem, sonho com uma ciência – digo uma ciência – que teria por objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria não as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas *hetero-topias*, espaços absolutamente outros; e, forçosamente, a ciência em questão se chamaria, ou se chamará, já se chama ‘heterotopologia. Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis. [...] É aí, sem dúvida, que encontramos o que de mais essencial existe nas heterotopias. Elas são a contestação de todos os outros espaços (FOUCAULT, 2013, p. 21;24).

A sociedade minimal aparece como uma heterotopia, um contraespaço que critica a sociopolítica dos macroprocessos de organização social, cuja operação se dá

através da lógica estrutural de manutenção produtiva do capital e do Estado-Nação. São devires, fluxos e agenciamentos possíveis. E, fora delas, o cidadão comum continua a repetir uma expressão de vida desvinculada do prazer, da emancipação e das experiências.

Quando eu perguntava sobre as possibilidades aí do chamado intercâmbio cultural, Ada me respondia que a Sociedade Minimal congrega todas as potências do Homem, e portanto ela mesma se encarregaria de edificar seus próprios monumentos [...] O lazer minimal, esclarece Ada, é onde se dá o restabelecimento da alma. O alimento do espírito, se você quiser. Tudo aí será permitido: banhos coletivos, trocas de casais, intercurso geral entre até as mais longínquas idades – enfim, todos os anseios de fusão típicos de uma comunidade serão incentivados durante o lazer minimal (NOLL, 1989b, p. 44-56).

Ao voltar para o Brasil, mais precisamente para a cidade de Viamão, o narrador conhece o americano Steve, “homem que não sabia mais ser” (NOLL, 1989b, p. 127), que vem a ser a personificação do devir-animal e do devir-esquizo. A relação dessas duas personagens se situa entre a repulsa e a atração, posto que Steve, em seu estado de devir-animal, estimula na personagem que narra sensações animais e profanas: “Eu, que jamais precisara de ninguém no escuro, eu ali encagaçado por me haver sozinho com a noite? Acho que era Steve. Não sei como nem por que, mas era Steve que me detinha ali” (NOLL, 1989b, p. 41).

Steve, então, é essa personificação do escape que mobiliza o narrador e também lhe remete a vivências outras, antes inimagináveis. Isso quer dizer que o animal, o bicho, a fera que coexiste com a humanidade de Steve e que revela o devir-animal, também o constitui em sua humanidade. Assim como o humano subjaz o animal, o animal também subjaz o humano.

Pensei se Steve estaria à minha procura. Ele deveria estar no mais miserável beco sem saída, como eu. Não era de se estranhar que reaparecesse do nada, como era do seu feitio. Pensei se Steve não teria um bom faro animal. O bicho sente o cheiro do outro a distância. Steve e suas escassas memórias estava tão abandonado que quem sabe ele tivesse superdesenvolvido seu faro animal, para não morrer na solidão (NOLL, 1989b, p. 94).

Comecei a socar o ar e a morder com verdadeira fúria o braço de Steve. Eu não tinha aquele bíceps todo e precisava me garantir com os dentes. Steve urrava de dor mas não me soltava (NOLL, 1989b, p. 96).

A força, a fúria, o fardo, o grotesco, a brutalidade, que caracterizam o devir-animal em Steve, envolvem esses dois corpos – Steve e narrador – numa cena com linguagem cinematográfica: cortes, fluxos narrativos, golpes, violência e muito erotismo. Os dois se agarram em luta física, após Steve tê-lo beijado, trazendo à tona os desejos, os fluxos e os agenciamentos antes impensados ao narrador, os quais são interditados socialmente.

Mijava não mais ali mas no enorme terreno baldio quando vi na pálida luz da lua que a cabeça do meu pau tinha inchado e avermelhado a ponto de arrebentar, e olhando a cabeça do meu pau inchada e avermelhada tive a dura verdade do meu destino de agora em diante: era foder com a carne do mundo, doente, podre, fedorenta, mas extrair dela o único prazer verossímil, foder, esporrear, chucar o cu, o grelo, sorver a excreção quente da buceta, era essa a única verdade bruta possível naquela dor toda [...] (NOLL, 1989a, p. 85).

No fragmento acima de *A fúria do corpo*, o devir-animal quer foder toda a carne desse mundo. Ora, não se trata da efetivação do desejo ou da fantasia, mas sim da possibilidade de experimentar o que é recorrentemente interditado. Enquanto a humanidade e sua noção moderna de normalidade e de desejo regulam os prazeres do corpo, através da higienização e dos limites impostos, traçando uma linha divisória entre o saudável e o doente, o desejável e o repugnante, o racional e o animalesco, atravessar a linha demarcada significa vivenciar o devir-animal, o fora do aceitável como “normal”, “sadio” e “legítimo”.

O desejo sexual claramente demarcado nos prazeres da personagem revela a zona do inabitável, como chupar o cu, a buceta, o grelo, foder carnes podres, fedorentas e doentes. Essas personagens, portanto, criam outros movimentos necessários para resistir aos dispositivos regulatórios sobre o limite de “ser” humano, do corpo e da sexualidade, impensáveis pela limitação sociocultural. Movimentos esses que lançam os sujeitos a muitas outras existências possíveis.

Michel Foucault, ao escrever o processo de construção do sujeito moderno, na trilogia *História da Sexualidade*, nos ajudou a compreender de que modo o Ocidente moderno criou a ideia de sujeito e de subjetividade, através das tecnologias de si. Trata-se, portanto, de um projeto filosófico pós-estruturalista, bastante influenciado pela filosofia de Friedrich Nietzsche. Segundo Joel Birman (2000), a genealogia da subjetividade é a problemática principal para Foucault, pois, por meio dessa

investigação, Foucault conseguiu esboçar a desconstrução epistemológica do sujeito e da centralidade da sexualidade como um dispositivo histórico.

Em *A hermenêutica do sujeito*, Michel Foucault (2004) remonta o cuidado de si da Antiguidade ocidental, através de inúmeras práticas de autoconhecimento. Tal cuidado se referia à própria materialidade dos sujeitos, seus corpos e sua alma, mas não na construção de um “eu interior”. No cultivo de si, na Antiguidade, eram empregadas técnicas e práticas para a valorização de um projeto estético-político, de vida em coletividade e a constituição de um exterior, conforme Roberto Corrêa dos Santos (1999), tais como a escrita de si, o cuidado com o outro, por meio da aprendizagem, escuta e memorização dos grandes ensinamentos, dentre outras.

Temos, portanto, todo o conjunto de técnicas cuja finalidade é vincular a verdade e o sujeito. Mas é preciso bem compreender: não se trata de descobrir uma verdade no sujeito nem de fazer da alma o lugar em que, por um parentesco de essência ou por um direito de origem, reside a verdade; tampouco trata-se de fazer da alma o objeto de um discurso verdadeiro. Estamos ainda longe do que seria uma hermenêutica do sujeito. Trata-se, ao contrário, de dotar o sujeito de uma verdade que ele não conhecia e que não residia nele; trata-se de fazer desta verdade aprendida, memorizada, progressivamente aplicada, um quase-sujeito que reina soberanamente em nós (FOUCAULT, 2004, p. 608).

Foi, então, na modernidade que o sujeito se instaurou como um registro ético, estético e político, provido de existência, essência e substância de um Ser que habita a matéria corpórea humana. Como o pensamento cristão ocidental primava pela renúncia de si e buscava a transcendência, através da verdade divina, a produção da subjetividade humana é, assim, reconhecida como a verdade do sujeito, mediada pela virtualidade, pelo contato com o divino por meio de técnicas não materiais, como a oração, as preces, por exemplo. A filosofia moderna ocidental, marcada pelo pensamento kantiano, herdou a renúncia de si e se solidificou na ideia de transcendência. Em decorrência, a ciência moderna se encarregou de criar os dispositivos discursivos da consolidação de uma humanidade ontológica, através da psicanálise, da biologia, da medicina e das ciências sociais (BIRMAN, 2000).

É assim que Foucault (2015a), na *História da Sexualidade: vontade do saber*, aponta os processos discursivos do sujeito através do sexo, insistindo na compreensão do sujeito por meio dos processos de subjetivação que regulavam as práticas sociais. Ao analisar como são erigidos os enunciados que constroem o

sujeito, Foucault (2004) observou que não existe o “sujeito” em si, que seja pré-discursivo, dentro de um “eu” profundo e inalcançável, mas formas de subjetivações, criadas a partir das diversas tecnologias discursivas, situadas historicamente no tempo e no espaço. Assim, Foucault (2004) nos ajuda a compreender uma importante lição na desconstrução filosófica do sujeito: este é construído na linguagem.

A subjetividade inaugura uma complexidade humana no tocante à estética da existência, a uma ética e a uma forma política de produção dos saberes. Conforme Foucault (2004), a subjetividade corresponde a uma tecnologia, uma produção discursiva acerca do engendramento humano – o que pode ou não ser considerado humano; o que está no plano da humanidade. A subjetividade não estaria na origem do sujeito, de maneira naturalizada, mas como um ponto de chegada de um processo complexo, um devir (BIRMAN, 2000). É preciso deixar claro que tanto a inauguração de uma ontologia do sujeito, quanto a sua desconstrução correspondem a uma operação da linguagem, no nível do discurso, e que envolve uma violência. Conforme Barthes (1972), toda operação linguística constitui uma violência porque instaura uma existência delimitada.

Entretanto, a desconstrução da noção de sujeito ontológico significa mais do que violentar a noção cristalizada de uma “natureza humana”; é poder registrar novas produções de subjetividades e de novas possibilidades de existências. Renunciar à concepção ontológica da humanidade, e, claro, à noção essencializada das identidades, não implica necessariamente a descrença das posições de sujeito e do exercício das disposições de poder e dominação, mas, ao contrário, permite uma maior observação acerca dos dispositivos que atuam na manutenção das relações de poder.

No livro *Anjo das ondas*, as experiências na cidade do Rio de Janeiro lhe possibilitaram reconhecer outros prazeres, outros desejos e construir para si outros devires. A ideia de sentir outros machos, outros corpos, outras virilidades, faz com que a personagem tenha a sensação de conexão com os corpos do mundo todo, numa experiência de orgia mediada pela memória da pele.

O odor vinha do contato com a virilidade. Misto de sêmen com fricção suada. Os corpos recendiam a substâncias residuais, à matéria que se desprendiam da pele para servir de refugio e nele naufragar. [...] não era odor do meu próprio corpo o que eu sentia, mas os miasmas de outros machos. Isso não me perturbava, ao contrário, me trazia um

sentimento de comunhão com o mundo todo, mesmo que esse mundo fosse por força silencioso (NOLL, 2009b, p. 51).

E nessas experimentações, a procura não era por uma identidade que lhe permitisse compreender quem era ou o que desejava, mas, sim, buscar as identificações, as conexões e os desejos. Na praia do Rio de Janeiro, o garoto Gustavo conhece um surfista de mesmo nome, com quem se conectou afetivamente de imediato.

Mas o que eu não faria para ter em anexo ao meu corpo uma parceria para nada e para tudo? Existiria sempre o outro ao lado de mim, a discutir ou emudecer. Se existissem dois corações, já teríamos aí duas identidades com um único sexo. Os dois poderiam transar com um terceiro corpo ao mesmo tempo, tudo pelo mesmo canal, a mesma afeição, por fim a mesma lassidão e o sono e o despertar horas depois. Diante da renitente falta de autonomia frente ao pai e à mãe, esse um-em-dois deveria escolher a solidão e arder naquilo que costumavam chamar de intimidade. [...] Tínhamos o mesmo pênis, que nos faria gozar a um só tempo e a um só grito (NOLL, 2009b, p. 119).

A relação em devir “um-em-dois” revela a experiência do duplo entre os garotos de mesmo nome, mas também a conexão afetiva e sexual que compartilham. O corpo partilhado permitiria o trânsito entre as identidades, o sexo, a transa, o gozo e outros corpos, sem preocupações com a intensidade sexual ou que isso significasse “promiscuidade”. Ao final do romance, o garoto transformado em muitos outros, que outrora em terras londrinas possuía as certezas e as respostas sobre si mesmo, agora questiona a existência e as certezas que foram mobilizadas.

Enquanto que o projeto de engajamento identitário, no romance *Longa carta para Mila*, por exemplo, há uma angústia da personagem Cris para descobrir e deter a sua identidade, e das pessoas à sua volta, Gustavo busca vivenciar as intensidades, sem castrações morais e sentimento de culpa ou vergonha. O projeto de engajamento identitário observado na personagem Cris imputa uma “essência” identitária da qual ela não pode – e não quer – fugir. No entanto, tal projeto não encontra possibilidade de atuação na trama do romance *Anjo das ondas*, posto que Gustavo não busca frear as possibilidades de identificação que as experiências da vida têm lhe proporcionado.

A compreensão sobre os dispositivos discursivos que viabilizam o sujeito é central nesta dissertação, pois a noção de sujeito, a partir das tecnologias de si, abre o campo para a discussão acerca da produção das subjetividades e dos processos de

identificação, tão presente na literatura de João Gilberto Noll; os estudos *queer* problematizam a ontologia do sujeito, principalmente a naturalização e consequente fixação de “um sujeito universal da História”; e porque a desconstrução da filosofia do sujeito nos permite melhor compreender as práticas de si empregadas para garantir a eficácia e a existência de determinados discursos que privilegiam determinados corpos, gêneros, desejos e práticas sexuais, em detrimento de muitos outros.

Nos romances de João Gilberto Noll, suas personagens são, em geral, sem nomeação. Os sujeitos não estão apenas em trânsito territorial, mas em estado de devir. As estabilizações são momentâneas e fora do esquema binário de identificação sexual do sujeito. As precariedades das vidas que vão sendo narradas demonstram bem a proposta pós-identitária e subversiva dessa escritura, como personagens vagabundas, errantes, prostitutas, mendigas, ladras, travestis, transexuais, viadas, saps, leprosas, esquizofrênicas, sadomasoquistas, intelectuais de esquerda, desertoras, masculinidades não fálicas, dentre outras.

Ao iniciar a narrativa de *A fúria do corpo*, já no primeiro parágrafo, Noll (1989a, p. 9) rompe em definitivo com a concepção de sujeito ontológico e de uma identidade estável.

O meu nome não. Vivo nas ruas de um tempo onde dar o nome é fornecer suspeita. A quem? Não me queira ingênuo: nome de ninguém não. [...] O meu nome de hoje poderá não me reconhecer amanhã. [...] Sexo, o meu sexo sim: o meu sexo está livre de qualquer ofensa, e é com ele-só-ele que abrirei caminho entre eu e tu, aqui. Mas se quiser um nome pode me chamar de Arbusto, Carne Tatuada, Vento.

No fragmento acima, é flagrante como a personagem lida com a identificação. Primeiro, há menção indireta à situação de ditadura militar, cujo período em que “dar o nome é fornecer suspeita” (NOLL, 1989a, p. 9). O nome é um compromisso, uma identidade civil, da qual, inclusive, a personagem sabe que foi excluída. A identificação fixa uma existência que não interessa ao narrador. Mas o sexo nos convida a conhecer, ele é livre de ofensa, fixação e definição.

Mais adiante, a personagem reverbera:

Alguém tropeça no meu sono e eu grito o nome não digo. Nome não. Não adianta retalhar meus nervos, me inquirir, interrogar, nem mesmo torturar. Nome não. Quando criança me ensinara, assim: nome, idade, essas coisas soterram um tesouro: sou todos, e quando menos se espera, ninguém. Meu nome não. Sou negro como aquele ali que bebe

a pitu no balcão e esgravata com palito de fósforo a falta de dentes pra lembrar a miséria. Não tenho cor. Sou incolor como uma posta de nada e morro agora neste instante se você vier... (NOLL, 1989a, p. 31).

Mais uma vez, é notória a menção à situação de opressão política e social da ditadura militar, e seu contexto de violência, através da tortura para dizer quem se “é”. Mas, também, podemos compreender como uma metáfora para ler o projeto sociológico identitário, o qual exige um posicionamento existencial definitivo e coerente dos sujeitos, sem possibilidade de escapes e contradições. A personagem, ao afirmar “sou negro” ou “sou incolor”, contraria as estabilizações identitárias. Não existe aí a suplantação das diferenças ou um discurso que apague a sujeição de pessoas negras no corpo social, mas um devir que evoca a potência de se conectar com esse “Outro”, rasurando completamente a expectativa de estabilização.

Em outro momento, o personagem mendigo ao ser testemunha de um suicídio, é abordado por um policial e daí desenrola-se o diálogo abaixo:

O policial me perguntou:

– O senhor acredita ter sido realmente um suicídio?

– Não...

– Então, por onde começaremos?

– Pelo começo...

– E onde está o começo?

– O começo está no seguinte, quer ver?

– Sim...

– Então começamos pelo começo.

– É o que estou esperando.

– Em todo começo há um prodígio.

– Favor, seja mais claro, direto.

– Em todo começo há um prodígio: a vida.

– Mais direto! – o policial gritou impaciente.

– Mas para começar do começo eu preciso começar do começo – respondi observando a impaciência do policial.

– Não, não quero filosofias, eu quero o começo que levou à morte que o senhor acredita não ser suicídio.

– Mas foi suicídio.

– Favor, o senhor não me faça perder a paciência!

– Mas eu preciso dizer que foi assassinio mesmo que ele tenha se suicidado.

– As suas considerações filosóficas absolutamente não me interessam. Quero somente chegar ao autor do crime.

– Então me deixe começar pelo começo, porque o autor do crime é uma teia que vai se fabricando pouco a pouco sem que se perceba (NOLL, 1989a, p. 120-121).

A personagem reconhece nesse diálogo a fabricação da vida, o começo como uma grande justaposição construída coletivamente na linguagem, a partir de uma origem que não conhece, concluindo, portanto, que “a vida é uma simulação” (NOLL, 1989a, p. 102). O sujeito, portanto, é um devir, um sujeito-em-processo, que existe de modo performático e que é reconhecido em seu exterior.

É por isso que Judith Butler (2015a), em *Problemas de gênero*, ao criticar o essencialismo estratégico, que cria o sujeito do feminismo, problematiza o limite da política identitária e da representação como formas de produzir legitimação e também exclusão. Conforme Salih (2012, p. 43), em Butler “O Eu e o Outro não estão intimamente ligados entre si; na verdade, cada um é o outro, e é através de seu mútuo reconhecimento que eles trazem à existência um ao outro”.

O projeto pedagógico presente nos romances da “literatura gay” não produz opressão por “ensinar” como nos relacionamos com o “diferente”, com aquele Outro estigmatizado, com a exceção à regra identitária, mas porque não problematiza as relações de poder que instituem esse Outro e sua precariedade. Como vimos, por exemplo, no romance *No presente*, a personagem André inquietou-se com o nome “boiola”. Sabia intuitivamente que pertencia ao âmbito da injúria, posto que ninguém queria ser “boiola”, e buscava, portanto, saber qual o motivo pelo qual ser boiola era algo tão assustador.

A homossexualidade marcada no termo injurioso “boiola” termina ocupando o lugar do Outro, do diferente e do par binário com a heterossexualidade. Não há nem uma reapropriação terminológica, no sentido de ressignificar o termo, potencializando-o, nem de problematizar a situação de opressão em que vivem os sujeitos que são marcados como “boiola”. Assim, também, acontece em *O terceiro travesseiro*, quando o pai xinga o filho Marcus de “bicha”, e, durante todo o romance, não há uma subversão da noção de que ser “bicha é uma coisa muito ruim”. Desse modo, as marcações identitárias dos projetos de engajamento, pedagógico e de assimilação, ao invés de problematizar experiências marcadas em identidades sexuais subalternizadas em relação à heteronorma, continuam operando dentro do esquema humanista: a relação entre um Sujeito da história e um Outro subalterno.

Em *Relatar a si: crítica da violência ética*, Butler (2015c) nos conduz a um esquema de desconstrução da experiência do “eu” humanista, que é apenas compreendida como uma interpelação de um outro. No entanto, segundo a autora, a

nossa singularidade, que corresponde àquilo que construímos socialmente e nos atravessa, faz parte da narração que produzimos com e no outro.

A unicidade do outro é exposta para mim, mas a minha também é exposta para o outro. Isso não significa que sejamos o mesmo, mas apenas que estamos ligados um ao outro por aquilo que nos diferencia, a saber, nossa singularidade. A noção de singularidade costuma estar ligada ao romantismo existencial e com uma pretensão de autenticidade, mas acredito que, precisamente por não ter conteúdo, minha singularidade tenha algumas propriedades em comum com a do outro e por isso, em certa medida, seja um termo substituível (BUTLER, 2015c, p. 48-49).

Diferente dos arranjos essencialistas da “literatura gay”, os romances de Noll são constituídos de personagens que são sujeitos da multiplicidade, que se conectam por suas precariedades, corpos e singularidades. Em *A fúria do corpo*, Afrodite é aquela que constitui o narrador:

Aí compreendo estremunhando que eu resisti até aqui, que sobrevivi a minha própria morte, observo minha mão tocando o EU como se ressuscitasse exangue do campo de batalha e se apercebesse viva, a nossa identidade, Afrodite, a nossa, minha e tua, pois no EU se conjugam duas letras, dois vasos para o mundo, nenhum incêndio apagará o EU no tronco desta frondosa árvore, o EU cravado permanecerá aqui eternizando este instante, mesmo que o fogo com suas propriedades corrosivas vença o desenho deste EU (NOLL, 1989a, p. 262. Grifo do autor).

Esse “EU”, no fragmento acima, não foi convertido a uma entidade interior e autêntica, mas em uma conexão que atravessa a existência dos sujeitos. É um desenho que vai forjando personagens. No ato de tocar o EU com a mão, flagramos mais nitidamente a relação desse EU com a vida que é sempre exterior, tátil, posto que está na superfície. É essa experiência do exterior, do fora, dos processos de subjetivação que Deleuze (1991) chama de “dobra”. A dobra ou dobramento é o efeito da superfície, que compõe a subjetividade, num jogo entre o dentro e o fora. A dobra é um efeito porque o fora e o dentro não passam de uma ilusão de ótica. Ao imaginar que se está olhando para dentro, na verdade, só se enxerga o que está na superfície.

Portanto, na constituição do “EU” só há exterior. Conforme Suely Rolnik (2014, p. 36. Grifos da autora), os processos de subjetivação, as narrativas do eu e do outro correspondem às intensidades forjadas na máscara: “Mas descobrimos que [...] **por**

de trás da máscara não há rosto algum, um suposto rosto verdadeiro, autêntico, originário [...] A máscara (o artifício) é a realidade nela mesma”.

Segundo Roberto Corrêa Santos (1999), as culturas do interior, em geral, buscam incansavelmente respostas na origem nacional, em divindades ou em crenças autoritárias e essencialistas, e pouco se abrem ao múltiplo e à diversidade, não se permitindo serem afetadas por outras intensidades.

Voltando para *A fúria do corpo*, o personagem carregado de afeto pelo mundo reconhece que o desejo que conduz as intensidades que o atravessam não estão dentro de si, mas na superfície, na pele, no corpo.

O coração pulsava feito uma pomba na mão, batia contra o meu tato todo cheio da fantasia madura, prestes a ser mordida: eu mordia o seio que guardava o coração você me dizia vem, e em cada convite mais uma curva do labirinto se desenhava; eu enfrentava mais uma curva e me perdia mais uma vez ao teu encontro. E cada encontro nos lembrava que o único roteiro é o corpo. O corpo (NOLL, 1989a, p. 23-24).

Essas personagens, diferentes da busca por um “eu-interior” da classe burguesa, estão abertas às conexões afetivas pois vivem suas vidas no intuito de produzir intensidades e afetos. São construídos na exterioridade do campo social e sensíveis aos encontros com outros corpos. Relacionam-se abertamente através das máscaras sociais, não no sentido da existência de um eu autêntico por baixo da máscara, mas pela sobreposição de máscaras, que operam múltiplas intensidades.

3.2 “A LITERATURA TEM QUE SER UM SUSTO”: OUVINDO AS VOZES DAS PORTAS DOS BANHEIROS PÚBLICOS

Em entrevista concedida à livraria Saraiva, ao ser indagado acerca da literatura que tem sido produzida no Brasil recentemente, João Gilberto Noll dá a seguinte resposta:

Uma liberdade que na minha geração a gente batalhou muito para ter. Não só estilística, mas também a liberdade de abarcar os temas que eram considerados mais escabrosos no passado recente. *A literatura tem que ser um susto*. E vocês estão conseguindo dar esse susto (NOLL, *apud* SARAIVA, 2010, grifo nosso).

A literatura como um susto, que desencadeia sentimentos diversos, cuja missão é a de afetar leitoras e leitores, contribuir com a ressignificação de seus códigos morais e subjetivos, e, acima de tudo, potencializar a quebra de sistemas opressores na esfera da micropolítica: dos orifícios, das interdições, das fissuras e dos banheiros. Nessa mesma entrevista, Noll (2010) afirma que outra grande inspiração para o seu trabalho são as vozes que vêm das portas dos banheiros públicos:

Eu sou um autor obsceno, sim. Obscenidade é uma coisa que sempre me chamou atenção na literatura. Chamar as coisas pelos nomes que elas têm, sexualmente falando. Uma coisa que sempre me inspirou muito foi porta de banheiro público, o lado interior da porta. As pessoas se “desrecalcando” ali, dizendo coisas que elas não diriam no plano social. Acho que a literatura é muito isso (NOLL, *apud* SARAIVA, 2010).

Essa mescla entre a estética poluída dos escritos de porta de banheiros públicos e as influências de literaturas canônicas e de linguagens diversas da cultura *pop* resulta numa escritura pós-autônoma, “monstra”, ambivalente e carregada de excessos. O gosto pelo exagero é assim melhor compreendido quando nos deparamos com seu texto, que transborda, através dos temas e da estética, as palavras não convencionais da literatura canônica brasileira.

Depois, certo depois, agora, nós dois no escuro. No mais completo escuro: pego tua mão – fria – passo ela pelas minhas pernas, coxas, levo-a até meu pau, a mão fricciona meu pau que responde-incha, incha e adivinho o vermelho do pau cego no escuro-escuro, você acomoda a buceta em cima dele, você de pé dobrando os joelhos na beirada do banco de pedra atrás da Boate Nitgh Fair, escuro-escuro, a única luz é o desejo que se acomoda entre nossas pernas, você me chama de avarento, que eu gostaria de estar dando o cu nesse momento, prendendo alguma coisa dentro do ventre, respondo que qualquer coisa menos o cu, saboreia respondo com quase brutal veemência, pensa que meu pau é teu agora e se ele tá duro feito pica é porque é um caralho que tá metendo numa xota molhada, você exala um suspiro como quem há muito nem respira, tem uma queda de pescoço e me chupa o pescoço, digo não me marca, você chupa mais, sempre mais como se a tua boca sorvesse todos os meus glóbulos, eu te chamo de puta rasgada, mordo com toda gana um bico de seio, você geme a dor, berra, cresce no desespero do teu gozo (NOLL, 1989a, p. 30).

O sexo, com sua expressão máxima de violência e prazer, é descrito no trecho acima de *A fúria do corpo*. Pau, buceta, caralho, pica, xota, cu, puta constituem os

efeitos necessários para a dramaticidade neobarroca requerida. Além disso, observamos as descrições repetitivas, a não utilização de ponto de seguimento, a fim de não interromper o êxtase sexual. Segundo Camargo (2007, p. 99),

O artifício é pensado enquanto máscara e deve ser entendido através da produção de linguagem, pois, desde as personagens cheias de apetrechos, como travestis e drags, à linguagem desses textos há algo de artificial, fora do padrão de uma literatura considerada bem comportada. Muitas vezes o excesso de palavras, de descrições, de organizações frasais beirariam o barroco, tal a quantidade de artifícios utilizados, demonstrando um gosto pelo espetáculo.

A estética neobarroca, portanto, na literatura de Noll é marcada por aquilo que desde sempre opera na linguagem os artifícios linguísticos, os excessos verbais, o uso dos termos tidos como chulos, a alegoria irregular da linguagem e os efeitos visuais provocados pelo exagero textual e imagético. Segundo Hansen (2008), o neobarroco caracteriza-se pela atualização contemporânea dos princípios básicos da estética barroca renascentista e empregada esteticamente nas produções artísticas como uma intervenção, a fim de fraturar os estilos mais higienizados e mercadológicos produzidos atualmente.

Diferente da proposta barroca colonial, o neobarroco não busca ostentar os valores de uma elite social abastada, mas sim, sua precariedade. O estilo chamado neobarroco recusa a ideia de racionalidade ocidental, de equilíbrio e polidez, abrindo a possibilidade de uma escrita subjetivamente mais ampliada, uma estética feroz, violenta, exagerada, paródica e desproporcional (HANSEN, 2008).

O estilo neobarroco em João Gilberto Noll é assim encontrado, principalmente, em *A fúria do corpo* e *Acenos e afagos*. Este pode ser compreendido como um romance tão furiosamente paródico quanto o primeiro. Escrito em um único parágrafo, o narrador personagem, de nome João Imaculado, narra suas experiências de afetos, afagos, devires e prazeres sexuais, seus desejos, através da memória e dos acontecimentos presentes, que tendem sempre a se fundir. Ao longo da trama, o personagem vai contando como o desejo por seu melhor amigo se construiu desde a infância, por meio dos amassos disfarçados em brigas.

Parecíamos répteis serpenteando, deitados de lado, agora frente a frente. Onde o corpo de um recuava, o do outro avançava. De repente, aflito, trêmulo, o guri me trouxe o cu para perto da minha boca. O cu cheirava, um cheirinho de intimidade abusiva, mas não havia como

desdenhar essa intimidade, pois era justamente ali que eu estava inebriado no mais secreto dele, sem nada pedir ou oferecer, sem nada pensar. Eu solenemente escondia dele o meu envolvimento com seu cu. Era justamente ali que a vontade de se misturar mais me tomava. Cheguei bem perto e lambi. Ele estremeceu (NOLL, 2008b, p. 10).

O envolvimento da personagem com o cu do guri expõe o desejo anárquico e revolucionário, como bem ressaltou Guy Hocquenghem (1972), pois aciona o desejo socialmente interdito e agencia novos prazeres, fraturando o pensamento heteronormativo, centrado na reprodução e no binarismo sexual e de gênero. O uso do termo cu, esteticamente, recria o universo da carnalidade, da escrita que negocia a todo o tempo com as regras da escrita formal e seu extrapolamento.

A personagem João Imaculado foi casada com uma mulher, Clara, com quem tem um filho e relações sexuais esporádicas. João Imaculado buscava mesmo o excesso libidinal, o fluxo do desejo até o extremo. Chegou a participar de orgias sexuais em um navio com marinheiros neonazistas. Uma orgia sexual entre homens neonazistas é a forra tirada, ao narrar os desejos proibidos e condenados pelo regime nazista dos cidadãos alemães militares.

Mas depois do serviço se metiam em buracos. Dirigiam-se a locais debaixo de pontes, ruelas úmidas sem saída, esgotos habitados por ratazanas ou homens com desejos inexprimíveis e muitos hotéis de orgias lacerantes. Aventuravam-se pelas madrugadas sempre no intuito de explorarem um o corpo do outro (NOLL, 2008b, p. 25).

Após relatar experiências sexuais com uma cabra, vivenciar um romance a três, quando resolve, por um curto período de tempo, transar com o casal vizinho e fazer muito sexo casual. Mas, em uma aventura sexual violenta, ele morre simbolicamente e é salvo por seu grande amor de infância, o amigo engenheiro. A partir de então, inicia uma trajetória de transgeneridade, sendo mantido como esposa do engenheiro e começa a construir em si um corpo e uma performatividade de mulher.

A imagem da mulher com pau constrói uma narrativa de inversão das identidades sexuais e de gênero cristalizadas pelo regime heteronormativo. O recurso de descrever as cenas de sexo a partir da violência e dos excrementos acaba por reivindicar um desejo situado no âmbito da anormalidade, produtor de exclusão social, e intervir de modo político na construção de novas experiências sexuais e de gênero.

Meu pau teria uma missão especial: comer a quem me queria como mulher. [...] Não era para isso que formaríamos um casal? Para prescindir dos demais, não? Ouvi os sons dele dentro do banheiro. Escarrava, peidava mais, agora as fezes caíam com algum estardalhaço na água do vaso sanitário (NOLL, 2008b, p. 93).

A cena neobarroca é instalada com fins de aterrorizar os elementos constitutivos da narração, torná-la carregada em demasia de conotações sujas, emporcalhadas e borradas de dejetos, os quais também constituem uma via para o desejo. Essa característica do exagero e do artifício em Noll pode ser comparada à estética *camp*. Segundo Sontag (1987, p. 03), a estética *camp* equivale a uma sensibilidade, uma forma de existir no mundo: “é um certo tipo de esteticismo. É uma maneira de ver o mundo como um fenômeno estético. Essa maneira, a maneira do *Camp*, não se refere à beleza, mas ao grau de artifício, de estilização”.

Como sugere Sontag (1987), a estética *camp* não é específica de qualquer segmento social, posto que é possível encontrar muitas maneiras de forjar uma estética *camp*. No entanto, como afirma Denílson Lopes (2002), o *camp*, mesmo não sendo originário de uma certa cultura gay, se tornou um elemento estético de profunda identificação com a população homossexual masculina, sobretudo a partir da década de 1980 e da de 1990, cuja manifestação foi apropriada por grupos não heterossexuais subalternizados, como o das *drag queens*, *drag kings*, gays afeminados, bichas, lésbicas masculinizadas, entre outros. Como não há tradução literal para o português, o *camp* pode ser compreendido como uma forma de fechoção, empregada principalmente pelas chamadas *multidões queer*, conforme Preciado (2012), comunidades de sujeitos que desafiam o enquadramento às normas sexuais e de gêneros binários hegemônicos, recriando novas subjetividades.

A estética *camp*, então relacionada ao aparato teatral da performatividade não heterossexual, denuncia não a superficialidade das subjetivações não heterossexuais, mas a superficialidade da ideia de naturalidade dos sujeitos, seus corpos, desejos e práticas: “Afrodite é sectária: acha que só matando a ordem nada natural das coisas” (NOLL, 1989a, p. 158).

A estética *camp* nos escritos de Noll pode ser compreendida como uma potência discursiva geradora do questionamento da noção dessa “ordem nada natural das coisas”. A ideia de natureza humana, comumente compreendida em uma realidade dada no interior de uma suposta essência humana, é aqui vista como artifício, superfície, pele. O “real” corresponde, portanto, a nada mais que uma

realidade ficcionalizada. “Digo-lhe que nada é tão real quando a possibilidade de se criar uma outra realidade” (NOLL, 1989a, p. 209).

A estética *camp* em Noll é utilizada, portanto, como máscara que quer se mostrar enquanto máscara, evidenciando a “profundeza” da superfície humana. “Foi só ali que me dei conta de que eu tinha passado do filme para mim mesmo naturalmente, como se entre o espetáculo e minha vida bruta não houvesse um hiato” (NOLL, 2008b, p. 17).

Realidade e ficção não são polos separados e distintos, mas sim constitutivos. Obedecem às regras dos jogos de verdade, como sugere Foucault (2002), cuja premissa é demonstrar como a verdade ficcionalizada pelo Ocidente engendra os discursos que cunharam a legitimidade de verdade oficial e aqueles que serão relegados ao descrédito.

Para Rolnik (2014, p. 32), a composição de máscaras consiste no “efeito de uma série de imperceptíveis processos de simulação”, em que se dão os jogos sociais e as relações de poder. O termo máscara não é aqui de uma dissimulação deliberada, operada constantemente no nível da consciência, mas das intensidades que são construídas subjetivamente nos contínuos processos de socialização. Ou seja, simular uma máscara não é mentir sobre si, ou inventar algo que está depois do real, posto que, ela, a máscara, é a única realidade.

Mas descobrimos com a que-gora-e-descola que por trás da máscara não há rosto algum, um suposto rosto verdadeiro, autêntico, originário [...]. A máscara (o artifício) é a realidade nela mesma: não há nada que seja “verdadeiro”, no sentido de autêntico, originário – nem em cima, nem em baixo, nem atrás, nem no fundo da máscara. Nem em lugar algum. [...] O artifício seria, então, a própria “natureza humana”, se é que dá pra falar algo assim (ROLNIK, 2014, p. 36-37).

Ou seja, vivemos todas e todos numa eterna estética *camp*, *drag*, com a seguinte diferença: enquanto a produção das máscaras de “natureza humana” busca ocultar a sua face de criação, buscando uma profundidade, um interior das coisas, o *camp* visa exatamente à sensibilidade estética exagerada, aparente e superficial, a qual realmente compõe os discursos instauradores de “verdades”.

Em *Lorde*, os primeiros contatos da personagem com a geopolítica da cidade farão com que este emule a aparência de um *dândi*. “Se alguém me visse pensaria logo na performance de algum artista. [...] Saí mais teso do que nunca. Ninguém mais

me reconheceria, já que tinha feito uma reforma em cima de alguém que eu mesmo começava seriamente a estranhar” (NOLL, 2014, p. 30). O dândi, figura masculina originalmente vinculada à superficialidade humana, frívola e despreocupada com questões mais profundas, aparece nesse romance de Noll através da travestilidade da personagem, que vê nesta simulação uma possibilidade de melhor aceitação social na cidade da Inglaterra.¹⁴

Nesse romance, o jogo das máscaras é inequívoco, com a performatividade do dândi. A personagem, para se adaptar à cidade londrina, decide reconstruir-se. Essa reconstrução acontece por cima de uma outra invenção já estranha à personagem.

O que sentia por mim me olhando no espelho não era o que se costuma sentir por si mesmo: não havia apego especial pela figura, talvez alguma simpatia longínqua como por um parente que não se vê há muito mas com quem se trocou alguma intimidade na infância. Alguém com quem podemos conviver por alguns minutos sem peso ou infortúnio, mas que logo podemos deixar de lado à procura de uma outra identidade que teima em nos escapar. Eu era um dândi, agora eu compreendia muito bem, e nenhuma cidadã do mundo poderia me constituir tão bem quanto aquela em que por acaso eu vivia naquele instante (NOLL, 2014, p. 31-32).

A artificialidade da vida estava posta agora para a personagem. Mas um artifício identitário também precário e momentâneo, que insistia em lhe escapar. No jogo da vida, nas relações de poder, os sujeitos ocupam posições que reiteram normas hegemônicas, mas também podem construir discursos contra-hegemônicos. Desse modo, compreendemos que a estética *camp* pode ser identificada como um artifício da superficialidade aliada à exacerbação narrativa empregada por Noll, a fim de subverter as disposições de poder, quando estas criam situações de violência e assujeitamento contra outros sujeitos. É a partir dessa potência criativa que a escritura de Noll contribui com o questionamento sempre afiado às normalizações sexuais e de gênero, agenciando fissuras no cânone literário nacional.

Cheguei-me perto da feminista chilena, tencionando fazer-lhe agrado, que resultou na confissão do meu masculino desamparo: disse-lhe em

¹⁴ Segundo Giorgio Agamben (2007), o dandismo constituído enquanto *modus vivendi* começou a se popularizar na Europa do século XVIII, a partir do aparecimento de jovens homens, que, à procura de estabilidade financeira, através de casamento ou estabelecimento de relações com a nobreza, vestiam-se de modo impecável, buscavam ser muito bem relacionados, serviam de entretenimento à nobreza com seus conhecimentos rasos sobre as artes e frequentavam a corte a fim de encontrar mulheres (ou homens) que lhes sustentassem.

meu inglês esfarrapado que eu era o caçula de uma família de nove irmãos e que me sentia um sobrevivente dos mares femininos, que me perdoasse então pelo fato de ser assim aéreo, como se nunca tivesse conseguido o fio pedestre de qualquer fala, em qualquer língua, que ela acreditasse que em português as coisas para mim funcionavam melhor, que nada, eram ainda mais vergonhosas porque ditas na minha própria língua e exclusivamente para os meus patrícios. Exclusivamente, claro, uma vez que raríssimos cidadãos de nacionalidades que realmente contavam para esta cúpula de *scholars* em Bellagio, poucos, muito poucos compreendiam minimamente o português (NOLL, 2002, p. 26-27. Grifo do autor).

O fragmento acima corresponde ao romance *Berkeley em Bellagio*, escrito em 2002, fruto da experiência do autor ao ensinar na *University of California Berkeley* (USA). Um escritor é convidado para escrever em Berkeley, cidade dos Estados Unidos, e passa a narrar suas experiências e memórias sexuais e afetivas, entre as cidades de Berkeley e Bellagio, cidade italiana também visitada. Podemos afirmar que se trata de uma narrativa nômade. Claramente, este trabalho tem considerado toda a narrativa romanesca de Noll uma escritura nômade. No entanto, *Berkeley em Bellagio*, assim como o romance *Lorde*, são os escritos que expõem o uso das línguas menores, a noção de bilinguajamento e de literatura menor com maior força.

Do ponto de vista estrutural dos romances, *Berkeley em Bellagio* se pretende ser consumido num único fôlego: não há divisão em capítulos ou parágrafos. Conforme Garramuño (2012, p. 25):

Uma das características que a escrita de Noll desenvolveria e intensificaria em seus contos e romances posteriores, nos quais os próprios parapeitos da contenção da narrativa, os capítulos – por sua vez, também, organizadores da intriga –, acabam desaparecendo (como acontece em seus dois últimos romances: *Berkeley em Bellagio* e *Lorde*).

Essas marcas aparecem novamente no romance *Acenos e afagos*. Esse recurso estético quer levar leitoras e leitores a uma exacerbada experiência da velocidade e do movimento, sem cortes, sem interrupções, em total fluxo nomadista.

Para melhor reconhecer a utilização do termo nômade na literatura de Noll, precisamos entender o que Deleuze e Guattari (1997a) chamam de território. Diferente da significação corrente da geografia, território não é necessariamente um lugar, mas um ato, um *ato de territorializar*. O território é um ato de localização, que pode ser o

espaço, o romance, a língua, o discurso. Isso também quer dizer que não é um momento estabilizado em si, posto que tende a se movimentar constantemente.

O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização. A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 106).

Sendo assim, todo ato de sair do território implica um *processo de desterritorializar*, cujo efeito é o abandono do território, a errância por novas possibilidades de experimentação. Desterritorializar requer o agenciamento nômade, ou seja, deslocar-se, estar sempre fora dos territórios, desenraizar as certezas construídas a partir de um pensamento hegemônico e abandoná-las às multiplicidades, enxergar as muitas outras possibilidades de existir no mundo.

A desterritorialização pode implicar também uma nova estabilização momentânea, em que as forças produtivas agenciam novos territórios, o que os autores chamam de *reterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 1997a). É importante notar que toda estabilização é precária, momentânea e instável, por isso é sempre nômade.

A escritura literária de Noll é nômade, pois desterritorializa os valores morais, o regime sexopolítico dos corpos, saberes e práticas ocidentalizadas. E estas características não estão apenas no conteúdo, como também na forma. O nomadismo enxergado nos romances acima citados corresponde à potência de uma língua menor. Em *Berkeley em Bellagio*, como evidenciado no fragmento que abre essa subseção, o “inglês esfarrapado” do narrador-personagem corresponde a essa língua-trânsito, contaminada por outras línguas. A sua própria língua materna, o português, como afirma a personagem, também está longe de ser plenamente compreendida e amplamente compartilhada entre “seus patrícios”.

Eu era Berkeley em Bellagio, o bispo e filósofo irlandês em retiro pisando em folhas secas [...] Eu era Berkeley, o célebre filósofo sensualista que acreditava, dizem, que a substância das coisas dependeria da qualidade da percepção e não da feitura da linguagem –, e qual percepção eu poderia ter de mim mesmo naquele vão noturno que quase me engole num repente? Quem me responde

já se o fato de eu estar aqui andando pelo bosque em plena madrugada me confere alguma garantia de que eu não seja um outro que de fato sou, um estrangeiro de mim mesmo entre norteamericanos (embora pisando em solo italiano)? Sou alguém que se desloca para me manter fixo? (NOLL, 2002, p. 35-36).

A fixidez precária e instável da personagem nos conduz ao quadro do agenciamento nômade, que torna o corpo e a língua da personagem intensidades múltiplas, por onde percorrem os desejos e os fluxos identitários. A questão levantada pela personagem – “Sou alguém que se desloca para manter-se fixo?” – revela que é apenas no trânsito que a territorialização pode ser realizada. O seu nomadismo linguístico indica duas importantes questões: a primeira, em relação à precariedade das línguas em situação de estrangeiridade; a outra, em relação ao agenciamento de uma língua menor em contato com línguas maiores.

Se ele o seguisse, conheceria a bem-aventurança de viver num país estrangeiro mais qualificado, de aprender uma nova língua, sim, todos pareciam querer sair do abrigo da língua portuguesa, menos ele, escritor, que temia se extraviar de sua própria língua sem ter por consequência o que contar (NOLL, 2002, p. 20).

Para Deleuze e Guattari (2014), a língua menor está diretamente vinculada ao processo hierárquico das relações de poder internacionais, cujas línguas maiores, oficiais, faladas e exigidas para o estabelecimento de uma comunicação mais global, são os referenciais de poder. No entanto, a potência da literatura menor é outra, é aquele barulho que “uma minoria faz em uma língua maior”. O inglês, como língua maior abordada no romance, é constantemente colocado em questão, com intensas relações de aproximações, rejeições, trânsitos e extrapolações linguísticas.

No fragmento acima, a personagem se nega a ter de abandonar sua língua materna, contaminando a língua maior com seu português também precário. “Eu era um brasileiro a pensar em inglês o tempo todo, eu era outro dentro de mim, não tinha importância” (NOLL, 2002, p. 82). Ou seja, vivenciar o processo de ser estrangeiro na sua própria língua, enquanto o inglês passa a ser um “repente”, uma passagem, um agenciamento nômade na vida desse sujeito: “O inglês é minha língua de repente” (NOLL, 2002, p. 63).

Há nesse trânsito linguístico um ato de bilinguajar. Compreender, problematizar e desconstruir a episteme ocidental colonizadora, que ainda persiste “nas periferias” do mundo, é um dos pontos fundamentais do pensamento de Walter Mignolo (2003).

A forma de subverter a lógica dos projetos globais, de constituição de mundo civilizado e inteligível, a partir não só de um pensamento hegemônico, mas, sobretudo, do estabelecimento de uma geopolítica de línguas hegemônicas ou monolinguismo, se dá pela via do enfrentamento, da resistência e dos processos de conscientização. Assim, o resultado é a ampliação da compreensão de mundo, das possibilidades de comunicação, do alargamento linguístico e da emergência de uma epistemologia das margens, combinando línguas maiores e menores, na produção de bilinguajamento ou plurilinguajamento.

O amor é o corretivo necessário à violência dos sistemas de controle e opressão. Bilinguajar o amor é o horizonte utópico final para a libertação de seres humanos envolvidos em estruturas de dominação e subordinação além de seu controle (MIGNOLO, 2003, p. 371).

Mignolo (2003) instaura um projeto paralelo de “mundialización”, que se dá pela via do pensamento entre línguas, pela combinação de línguas oficializadas que se encontram e promovem um intenso processo de reconstituição sociocultural, identitário e existencial, com o intuito de implodir um projeto global de legitimação apenas de línguas nacionais.

Por isso, Glória Anzaldúa (2009) utiliza o conceito de “língua de fronteira”, que permite construir um pensamento de enfrentamento à colonialidade do poder/saber, evidenciando a potência transformadora do bilinguajamento, dos falares chicanos, da mescla entre línguas, da não originalidade nacional e da fronteira que produz saberes contra-hegemônicos. Segundo Anzaldúa (2009), a língua de fronteira é uma língua selvagem, híbrida, construída a partir de encontros, de estreitamentos, de negociações. É selvagem porque não pode ser domada, contida. Sempre extrapola os limites do padrão gramatical. É sempre uma resistência, uma ocupação ilegal e estrangeira. “*El Anglo con cara de inocente nos arrancó la lengua*. Línguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas” (ANZALDUA, 2009, p. 306).

Assim, em *Berkeley em Bellagio*, ao se deparar com um protesto, o narrador pensa em como seria o seu cartaz, e descreve, conforme o fragmento abaixo, o posicionamento de não assimilação.

Não os esqueçam [as gerações futuras], os que estão para ser paridos a qualquer momento, não os deixem sozinhos, mas não colonizem

demais suas consciências mesmo que a favor de sua permanência e honra, não! Deixem que eles venham à tona com alguma autonomia [...] (NOLL, 2002, p. 57).

É importante ressaltar que não se deixar “colonizar”, ou não colonizar as gerações futuras, não implica uma postura xenofóbica, ou seja, de não contaminar-se. Ao contrário, na personagem de Noll (2002) nessa produção, bem como em todas as outras deste autor, a tônica é sempre a contaminação, o hibridismo. Assim, significa dizer que não “colonizar as gerações futuras” implica um movimento de resistência aos processos de dominação e subordinação impostos pelas posições epistêmicas e sociais hierárquicas construídas pelo Ocidente neoliberal.

Mignolo (2008), no trabalho *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*, apresenta como a epistemologia colonial, alicerçada nas línguas imperiais, é reforçada e atualizada através de dois grandes movimentos de aprendizagem: primeiro, a partir da estruturação do saber acadêmico ocidentalizado, que se ramifica para os países periféricos; segundo, porque determinadas línguas não compõem as referências de produção de conhecimento científico. Esses movimentos representam como é feita a difusão do conhecimento, a partir de línguas específicas e legitimadas (neste caso, especificamente, a inglesa, a alemã, a francesa e a italiana) e da impossibilidade de se construir um conhecimento das margens, através do monolinguajamento colonial, que intercepta o diálogo e reproduz exclusões.

Nessa perspectiva, a tentativa do autor é a de construir um pensamento liminar, uma mente (multi)bicultural, o qual propõe uma transformação epistemológica radical, pois insiste numa articulação entre as línguas de fronteiras, entre línguas colonizadas, entre línguas subalternizadas, entre línguas que estão para além do nacional, que identificam sujeitos e especificam suas experiências. Só o alargamento das condições de produção do saber subalternizado, através do instrumento linguístico fronteiro, permite a conjugação do amor pelas existências outras não hegemônicas.

A língua-trânsito fronteira, então, passa a ser um território de múltiplas conexões, que mobiliza a produção revolucionária para invadir novos territórios. E que passa a existir como uma ferida no coração da língua maior. Portanto, conforme Deleuze e Guattari (2010), não há nada tão revolucionário quanto uma literatura menor, que desterritorializa a noção de nacionalidade, impele um envolvimento declaradamente político e agencia um valor coletivo.

A literatura menor também é aquela que promove uma ruptura em relação à própria estrutura da língua oficial. Na literatura de Noll, a desobediência à gramática normativa de língua portuguesa é recorrente.

O menino fez menção pra que eu me aproximasse. Fui me aproximando e foram saindo os leprosos em que não se distinguia mais sexo ou idade tão-só carne comida eram eles restos de corpos caminhando em extrema dificuldade todos envoltos em panos como se os panos fossem as únicas vestes dali, eu me aproximando e vendo escopetas ou cajados nas mãos de alguns e o menino repetindo esse cara é gente fina esse cara é gente fina e os cachorros brincando em volta com uma bola de pano que um deles jogou com um sorriso que nunca poderia descobrir ser realmente sorriso visto sua boca escancarada por falta de lábios mas os dois dentes que restavam naquele buraco pareciam sorrir para os cachorros (NOLL, 1989a, p. 50-51).

No fragmento acima, retirado do romance *A fúria do corpo*, não há preocupação com a pontuação, a grafia padrão de todas as palavras, os conectivos apropriados para os enunciados: há o fluxo frouxo de ideias, imagens, desejos e corpos. Estes, por sua vez, vagueiam nas instâncias da precariedade social. Na cena caótica, a personagem transita em meio a cachorros, lábios, escopetas, cajados e meninos, os quais formam uma cadência que simboliza as situações de subalternização, expondo o caráter de marginalidade em que são posicionados os sujeitos que não participam ou se recusam a curvar-se diante da epistemologia binária-hierárquica-ocidental-branca-masculina-cristã-heterossexual-letrada-saudável.

Já não existia ideologia suficiente para encarar a construção de *um projeto nacional*. A realidade é um jogo. Há ética?, perguntei. Ética, sim, mas dentro de uma vastidão amoral. Se os poderes venais puderem contribuir, que venham! Descartar?, só essa gente como os protagonistas da minha ficção que ele já tinha lido quase toda – homens decapitados ao circuito social, caminhantes à procura de um lugar onde a sociedade humana não pudesse alcançar. Seres sem cidadania ou qualificação, ele se apressou a dizer. Sim, respondi, é isso mesmo. Todos devem jogar seu jogo até o fim, ele insistia, essa a razão de estarmos aqui. O aperfeiçoamento das regras desse jogo? – ah, a única promessa. Posso conceder, ele se apressa, que, de certa forma, entrará na roda até esse teu eterno desajustado, como você mesmo diz, mas também o criminoso, o traficante de drogas, o mercenário, o louco, todos jogam o seu papel e é bom que seja assim. Só o protagonista pensa não jogar, coitado, talvez seja o que mais joga e sem tirar nenhum proveito desse match (NOLL, 2002, p. 40, grifos nossos).

Nesse fragmento, é notório o engajamento político-social no posicionamento tomado pela personagem. Em uma conversa com um norte-americano, ele fala das suas produções literárias, aproximando da própria literatura de Noll. A primeira constatação da personagem é a ausência de um projeto nacional consolidado, sendo evidenciado a partir dos outros sujeitos que ficaram fora do projeto de nacionalidade e de cidadania. Como afirmam Deleuze e Guattari (2014), a literatura, como projeto colonial, é uma instância discursiva do projeto de consciência nacional. Assim, uma literatura menor é, antes, antinacional. Ela não participa do ideário canônico, mas atua em sua margem. Ou a sua participação implica uma implosão dos projetos de nacionalidade, instaurando os debates não-oficiais, rasurando as normas hegemônicas e opressoras estabelecidas e precarizando o ideário de cânone nacional.

Em *A fúria do corpo* há uma violenta denúncia social contra as populações moradoras de rua, mendigos, putas, crianças abandonadas, mulheres, sapas, bichas afeminadas, pessoas trans*, travestis, sujeitos que são violentados em sua cidadania: “Sou um desterrado pois não? Sou um asceta exposto ao riso alheio, isso sim quem sou. Mas permaneço, eis a minha verdade, permaneço enquanto os homens aí pensam que a razão tá com eles” (NOLL, 1989a, p. 21).

Nesse romance, flagramos o posicionamento da personagem que enxerga a sua condição de excluída do banquete da cidadania. No entanto, a perturbadora permanência, a sua existência, expõe o genocídio epistemológico e político empreendido pelas forças capitalistas hegemônicas. A expressão “mas permaneço” engendra um ato político de resistência e ocupação de um lugar de fala a partir da margem.

A personagem revela não uma apatia, passividade ou desconhecimento das relações de poder que a subordinam, e, sim, uma agência pela margem: “– Sabe que nós dois não comemos há dois dias e meio e que ainda assim mesmo há um Governo sobre nossas cabeças?” (NOLL, 1989a, p. 27). A palavra “Governo”, grafada com a inicial maiúscula, faz uma crítica direta à própria situação política brasileira da época, do governo autoritário, opressivo, cerceador das liberdades civis, sociais e políticas, que foi o regime militar de 1964. O posicionamento da personagem é o de apontar para a ineficácia do controle social e denunciar as situações de miserabilidade impostas pela nação às vidas desajustadas.

A convivência com a margem social, em condição de imigrante, também é o tema do romance *Lorde*. Esta narrativa foi produzida em 2004, durante a vivência estrangeira do autor, quando esteve em Londres como escritor-residente. O narrador-personagem é convidado por um homem, que ainda não conhece, para escrever um romance em Londres, e essa viagem o desloca identitariamente para infinitas situações. É muito interessante reconhecer a subversão proposta no romance de experimentar uma outra Londres, fora do centro cultural hegemônico de consumo e lazer: a personagem, ao chegar à cidade londrina, fica hospedada em um bairro periférico, bastante afastado do centro, cuja localidade não se encontra nem no mapa local: o Hackney.

Ao passo que se habituava a uma nova língua, deparava-se também com o contexto de subalternidades: “Andávamos pela noite de Mare Street no bairro de Hackney com muito vento, frio, passando por sua população de africanos, caribenhos, vietnamitas, turcos” (NOLL, 2014, p. 21). É nesse bairro que haverá uma intensa troca simbólica de contato intercultural. A personagem vai, duplamente, ocupar os espaços de prestígio social, visto que faz parte do jogo político se fazer representar enquanto imigrado e enfrentar de dentro situações de opressão, como ressalta: “Fazia parte daqueles autores imigrados, sem nacionalidade precisa, sem bandeira para desfraldar, a cada palestra, conferência” (NOLL, 2014, p. 36).

Se colocar como um pária é, ao mesmo tempo, uma reivindicação de não-nacionalidade, nem subalterna, nem hegemônica, bem como o reconhecimento da fragilidade do projeto de nação nos moldes neoliberais instituídos globalmente. É assumir, mesmo que momentaneamente, a identificação de alienígena, de despatriado e territorializar os centros de poder sem reproduzir seus esquemas de opressão.

Se conseguisse ser esse homem que me pulsava ainda mais, tentaria de todas as maneiras me manter em Londres, agora, sim, e escreveria uma outra história – publicaria em inglês essa transformação em alienígena, essa transformação que acabaria mórbida se eu não lhe desse um rumo franco (NOLL, 2014, p. 36).

O personagem-narrador de *Berkeley em Bellagio* também se depara inúmeras vezes com situações de opressão, com os imigrantes, e se solidariza com eles, com as minorias políticas, principalmente quando, no aeroporto de volta ao Brasil, observa o tratamento dado pelos policiais – “canastrões à procura do tesouro terrorista cuja

descoberta lhes daria uma comissão na CIA ou do raio que o parta que soubesse suborná-los” (NOLL, 2002, p. 82) –, às populações imigrantes.

[...] a pergunta é: o que acontece, o que acontece, contem, contem, o resto é ninharia para enrolar a fome de intelectual dos povos subalternos; não adianta tentar arrancar à força sem anestesia o estrato da morte ou de outra inércia menos grave; só o que transparece na sua velocidade genuína é o que interessa para os outros (NOLL, 2002, p. 58).

A escritura menor é aquela que promove um ataque terrorista: um terrorismo textual, conforme Barthes (1989), que intervém socialmente pela forma violenta com que enfrenta os regimes de normalidade impostos socialmente. Preciado (2009) retoma esse termo ao se referir ao trabalho de Guy Hocquenghem, *El deseo homossexual*, escrito em 1972, demonstrando a potência terrorista da escrita homossexual como enfrentamento à escrita heterossexual hegemônica.

Enquanto os projetos da “literatura gay” buscam demarcar a suposta “igualdade” existente entre homossexuais e heterossexuais, se afastando dos outros corpos indicadores de subalternidade, as personagens nos romances de Noll se afasta do projeto heteronormativo da “literatura gay”, se identificando e se solidarizando com as existências das margens.

Portanto, a escritura de João Gilberto Noll está sendo tratada aqui como um ato de terrorismo textual, de bruxaria, de desajuste à ordem linguística-sexual, cujo agenciamento encontra escapes aos processos de normalização sexual.

Los textos inaugurates de la teoría *queer* tendrán innumerables puntas comunes con los textos de Guy Hocquenghem y del FHAR: uso de la injuria (*queer*, homosexual, marica, bollera) como eje de enunciación y de producción de saber, crítica de la normalización heterosexual, desplazamiento de las oposiciones tradicionales hombre/mujer, hetero/homosexual, elaboración de una teoría compleja de la opresión que incluya los ejes de raza, clase, edad, discapacidad ... En este sentido, la teoría *queer* no es solo una ciencia de la opresión sexual, sino un cuestionamiento radical de los modos de producción de subjetividad en la modernidad capitalista (PRECIADO, 2009, p. 140).

É importante ressaltar que a escritura da diferença compreende e questiona a ordem heterossexual e seus regimes de interdição sexopolíticos, e isso envolve diretamente outras formas de opressão contra imigrantes, indígenas, povos que vivem na fronteira da demarcação nacional, populações negras, chicanas, latinas, nômades,

periféricas, prostitutas, drogadas, moradoras/es de rua, as gueis, sapatonas, travestis, mulheres e homens transexuais e transgêneros. Não há aqui uma abordagem identitária, cujo processo de subordinação é apenas identificado nas opressões de gênero e sexualidade, esquecendo as outras estruturas de poder que nos transpassam. São essas práticas sociais que configuram a zona de abjeção dos corpos e conferem lugares subalternizados aos sujeitos.

Reconhecemos que a escritura *queer*, assim, compreende que a potência da transgressão literária não se situa apenas no conteúdo, mas também na estética empreendida por João Gilberto Noll. No entanto, a estética não estará a serviço de uma escola, um movimento literário canônico, ou preso à ilusão da autonomia da literatura. Ao contrário, a marca mais mobilizadora das escrituras da diferença está no posicionamento político que não aceita se assimilar, assujeitar ou reproduzir sistemas de opressão. Afrontar línguas maiores, produzir uma literatura menor, monstruosa, terrorista, que agencie devires múltiplos, borrando a gramática normativa e utilizando toda a violência dos termos *non gratos* pela ordem sexopolítica vigente não é só dever dessas escrituras, é seu propósito.

4 GOZO

Deleitar. Aproveitar. Usufruir. Regozijar. Desfrutar. Alucinar. Gozar. Esses verbos, pronunciados assim, no infinitivo e em voz alta, nos remetem quase que imediatamente ao prazer sexual. Quase dá vergonha! Isso porque pensar o gozo como essa sensação de satisfação e de prazer carnal na cultura ocidental contemporânea é, ainda, se submeter a uma forte moralidade greco-romana, cristã burguesa e, em certa medida, psicanalítica, voltada à culpa, à doença e à vergonha. Ao analisar os diferentes modos pelos quais os seres humanos se inscrevem na busca pelo prazer ao longo da história ocidental, no segundo volume de *A História da sexualidade: o uso dos prazeres*, Foucault (2015b) compreende que o pensamento moderno, ao recuperar a divisão platônica entre alma e corpo, visou subtrair a procura pelo desejo e o sentimento de prazer, os quais estão inscritos na carne, no corpo, a fim de se elevar a alma e a mente.

Conforme o autor, a filosofia platônica sustentava que o deleite e as fortes sensações de gozo eram sentidos pelo corpo e, portanto, afastavam a mente da racionalidade e da capacidade de discernimento. Como mente e corpo são compreendidos de modo binário, hierárquico e antagonista nessa concepção, os prazeres do corpo atrapalhavam o bom funcionamento da busca pela razão e elevação da alma. Essa premissa é reapropriada, mais tarde, pelo cristianismo, cujo fundamento primordial é a busca e o contato com o divino se dão de modo virtual, ou seja, através das orações, das confissões e dos sacrifícios, sem contato corporal e sem prazeres carnis (FOUCAULT, 2015b).

De algum modo, essa separação entre prazer e sacrifício é retomada pela psicanálise freudiana. Segundo Freud (1990), em seu ensaio *Além do princípio de prazer*, a busca pelo gozo corresponde ao resquício da mentalidade infantil, a qual persiste na memória psíquica dos sujeitos, e que corresponde a um prazer perdido, jamais recuperado, mas sempre buscado pelos indivíduos. A essa busca pelo gozo o autor nomeia de “princípio de prazer”:

O primeiro exemplo do princípio de prazer a ser assim inibido é familiar e ocorre com regularidade. Sabemos que o princípio de prazer é próprio de um método primário de funcionamento por parte do aparelho mental, mas que, do ponto de vista da autopreservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo, ele é, desde o início, ineficaz e até mesmo altamente perigoso. Sob a influência dos

instintos de autopreservação do ego, o princípio de prazer é substituído pelo princípio de realidade. Esse último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer. Contudo, o princípio de prazer persiste por longo tempo como o método de funcionamento empregado pelos instintos sexuais, que são difíceis de ‘educar’, e, partindo desses instintos, ou do próprio ego, com freqüência [sic] consegue vencer o princípio de realidade, em detrimento do organismo como um todo (FREUD, 1990, p. 56).

Sendo assim, os sujeitos estariam condenados a buscar constantemente um prazer perdido, apenas refletido na memória, o qual jamais será alcançado novamente. Abrir mão do “princípio de prazer” significa “autopreservar-se”, através do que chamou de “princípio de realidade”, ou seja, preservar o convívio com o outro, a partir das regras sociais estabelecidas. Desse modo, podemos compreender que o “princípio de realidade” é a condição *sine qua non* para se viver em sociedade, controlando os prazeres “empregados pelos instintos”, pelas “pulsões”, principalmente as sexuais, “que são difíceis de ‘educar’”. Segundo Freud (1990), essas “pulsões”, “instintos” e o prazer são vivenciados no corpo, e, portanto, precisam ser controlados e domesticados.

Para tanto, como é observado por Foucault (2015a), as clínicas psiquiátricas e os divãs terapêuticos passam a cumprir esse papel na modernidade, assim como faziam os confessionários nos séculos passados: fazer com que os sujeitos, através da palavra, da confissão, exteriorizem seus segredos e expurguem a culpa que os corroem. Esse procedimento contribui com a manutenção de uma linha compulsória que engendra a normalidade e a perversão, na clínica; assim como a redenção e o pecado, no pensamento cristão.

Não são poucos os exemplos em produtos culturais, como filmes, romances, músicas, peças teatrais, dentre outros, que refletem a relação perturbadora entre desejo e culpa vivida pelos sujeitos. O filme britânico *Shame* (2011), do diretor Steve McQueen, é bom exemplo. Uma tradução literal da palavra *shame* para o português significaria “vergonha”, “alguém que se envergonha de algo que fez”. Neste longa, é narrada a história da personagem Bradon, vivenciado pelo ator Michael Fassbender, que vive um dilema existencial atravessado pelo desejo e pela culpa: sua fome de sexo. A trama é ambientada em Nova York, nos dias atuais. Bradon trabalha numa firma de publicidade, mora sozinho, contrata prostitutas, assiste a muitos filmes

pornô, além de se masturbar muitas vezes por dia. A personagem sofre em demasia por sentir vergonha e culpa do seu desejo de praticar sexo fora do escopo do que é considerado “normalidade”, principalmente, quando seus desejos esbarram no tabu do incesto, ao desejar a irmã. Ao longo da história, sua vida vai perdendo o controle: culpabiliza a si e a irmã por seus desejos, fazendo com que o seu gozo não seja mais prazeroso, seja apenas dor, constrangimento e vergonha.

A saga da personagem Bradon nos oferece algumas possibilidades de interpretação. Uma delas é constatar a relação conflituosa entre prazer e dor vivenciada pela personagem, entre o princípio de prazer e o princípio de realidade, assim como propõe a psicanálise. Mas, uma outra possibilidade é pensar: qual é o limite do prazer? Quem delimita a intensidade do gozo? Qual a linha que determina a “normalidade” e a “compulsão” sexual? Quais os critérios que instituem a “perversão”? E, a quem interessa ou para que(m) serve esse modelo de organização social que estabelece o limite da normalidade sexual e o seu excesso? Tais questionamentos deslocam a noção do desejo a ser concebido anterior à binaridade “normal” x “perverso”, pois se compreende que o sofrimento da personagem não está vinculado ao fato de não sentir prazer no sexo, mas à vergonha sentida por acreditar que não deseja a prática sexual na “medida correta”.

Desse modo, a culpa, o remorso e o medo de ser castigado por alguma divindade afligem os sujeitos, assim como a personagem de *Shame*, cujos desejos são sempre interditados pelos processos culturais nos quais estão inseridos. Se olharmos atentamente, enxergaremos vestígios dessa noção de desejo e gozo nas produções da chamada literatura gay analisada em seção anterior. A necessidade de assimilar um *modus operandi* heterossexual advém do medo de ultrapassar um limite identitário socialmente estabelecido. Portanto, tornar o desejo homossexual o mais próximo possível da sexualidade legitimada é tentar escapar das sanções sociais e da culpa introjetada.

Pensar o gozo é fundamental neste trabalho porque é a noção de desejo e de como vivemos ou realizamos nossos desejos que subjaz toda a escritura do João Gilberto Noll. Viver no gozo, através do prazer que o corpo pode proporcionar, é uma regra observada nas personagens desse autor, numa perspectiva filosófica bem diferente da contínua sensação de culpa e vergonha vivenciada pela personagem de *Shame*. “[...] e a minha língua tocou a sua garganta e a língua do menino alcançou o céu da minha boca e eu senti uma agulha penetrar pelo meu cérebro e o fulminar do

nosso gozo único” (NOLL, 1989a, p. 65). A personagem desta citação está entregue ao fluxo que o prazer pode proporcionar, sem sentimentos cristianizados como a culpa.

Mas suas personagens compreendem bem que o seu gozo escapa a uma série de normalizações, resistem aos aprisionamentos sexuais e de gênero, posto que percebem que há, em toda significação humana, interdições: “Constato que está tudo interditado aos meus desejos” (NOLL, 1989a, p. 83). Resistir às castrações é uma tarefa árdua, porém sempre buscada pelas personagens desses romances. Assim, essas personagens demonstram que não estão vivendo fora dos limites da cultura e das interdições sociais, ao contrário, as reconhecem, e criam linhas de fuga para viver uma outra vida possível.

Essa última citação de Noll é de suma importância para melhor compreendermos como essas personagens vivem uma dupla e paradoxal relação com o desejo: ao mesmo tempo em que nos apresentam diferentes formas de sentir prazer, também denunciam o caráter regulatório da moral ocidental que busca controlar os prazeres, os corpos e os desejos. Ou seja, não significa que não sofram, em alguma medida, as sanções do não pertencimento social, mas lidam com isso do modo que sabem, através do gozo: “eu vim para gozar e gozo gozo gozo à tona de um dia qualquer, de uma rua qualquer que talvez seja no Leme” (NOLL, 1989a, p. 235).

No trabalho *Micropolíticas: cartografias do desejo*, Félix Guattari e Suely Rolnik conversam, dentre outros assuntos, acerca do desejo e como este pode ser concebido fora do escopo teórico da psicanálise. A primeira constatação feita por Guattari é a potência criativa em Freud e na sua formulação da psicanálise, ao compreender que as interdições ao desejo são construídas socialmente, assim como a de Lacan, ao apresentar o campo do simbólico. No entanto, a teoria do Complexo de Édipo, mesmo não partindo de uma concepção naturalizada e homogeneizada da criação dos sujeitos, pretende ser uma explicação universal do processo de instituição do indivíduo, da qual não há escapatória. Assim, o pensamento filosófico de Deleuze e Guattari¹⁵ se esforça para apontar, dentre outras questões, algumas limitações na compreensão do desejo e de como este se estabelece nas relações sociais nessa formulação do desejo.

¹⁵ Principalmente no trabalho de maior fôlego teórico, *O Anti-Édipo* (2010), de Deleuze e Guattari.

Segundo o psicanalista Carlos Augusto Peixoto (2004, p. 111),

o desejo [na psicanálise lacaniana] indica a impossibilidade de um sujeito coerente, entendido como instância consciente autodeterminada. A significação dessa instância estaria sempre previamente determinada por um significante inconsciente, o qual escapa às suas pretensões de clareza absoluta. Trata-se aqui do famoso sujeito dividido lacaniano, separado de sua unidade libidinal originária com o corpo materno, num processo que supõe o recalque originário como o principal operador da individuação. Assim o desejo é a expressão de um anseio de retorno à origem que, acaso recuperada, exigiria a dissolução do próprio sujeito. Segundo Lacan, é justamente essa impossibilidade de recuperação das origens que faz do sujeito um limite para a satisfação. Na medida em que emerge como uma contradição interna, fundando-se numa defesa necessária contra a união libidinal primeira com a mãe, o sujeito é basicamente o produto de uma proibição. Seu desejo é uma espécie de resíduo daquela união precoce, a memória afetiva daquele prazer anterior à individuação. Nestes termos, o desejo é ao mesmo tempo um esforço para dissolver o sujeito que barra o caminho para o prazer, e a evidência atual da impossível recuperação desse prazer.

A partir desta formulação teórica, o desejo é marcado pela falta, pela incompletude e pela impossibilidade de satisfação. A psicanálise propôs um projeto psicanalítico do desejo fincado na ideia de pulsão e recalque e, portanto, continuamente castrado. Ao entrar no mundo da linguagem, que é da ordem do simbólico, os sujeitos rejeitam os anseios instintivos, causando a sensação de constante vazio, a qual precisará ser sempre preenchida.

Para Guattari (1986), essa concepção clássica de desejo está aquém de uma série de fenômenos subjetivos que atravessam os sujeitos, justamente porque está presa à noção de castração e por não levar em consideração a potência subjetiva da coletividade na instituição dos sujeitos. Ao analisar o desejo a partir das considerações de Lacan, Guattari (1986, p. 215) afirma:

O desejo aparece como algo *flo*, meio nebuloso, desorganizado, espécie de força bruta que precisaria estar passando pelas malhas do simbólico e da castração segundo a psicanálise, ou pelas malhas de algum tipo de organização de centralismo democrático – fala-se, por exemplo, em “canalizar” as energias dos diferentes movimentos sociais – segundo outras perspectivas. Poder-se-ia enumerar uma infinidade de tipos de modelização que se propõem, cada um em seu campo, a disciplinar o desejo.

Félix Guattari (1986, p. 215) critica a noção de desejo da psicanálise lacaniana ao acomodá-lo na máquina do simbólico, funcionando como uma espécie de “subjetividade capitalística”, cujo processo é sempre comum e inescapável a todos os sujeitos. Tal formulação acaba por não potencializar o desejo para a produção de micropolíticas. Segundo Guattari (1986), o desejo se insere na ordem não da falta, mas do excesso e da potência criativa.

Quando tento colocar o problema do desejo enquanto formação coletiva, evidencia-se logo que o desejo não é forçosamente um negócio secreto ou vergonhoso como toda a psicologia e moral dominantes pretendem. O desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos. Por não querer atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção de mundo, outros sistemas de valores (GUATTARI, 1986, p. 215).

Para o autor, portanto, o desejo corresponde a um fluxo que atravessa os sujeitos em diversas intensidades, mobilizando-os. É importante ressaltar que, nesta perspectiva, o desejo não é concebido como um espontaneísmo ou um ato voluntário dos indivíduos, mas, sim, a força produtiva que movimenta os sujeitos a partir dos seus processos de singularização e dos agenciamentos coletivos. São esses processos capazes de mobilizar a máquina desejante ou o inconsciente maquínico em sentidos diversos, que podem tanto incorporar a Lei, como refutá-la, problematizando-a.

O inconsciente maquínico corresponderia ao agenciamento das produções de desejo e, ao mesmo tempo, a uma maneira de cartografá-las. O inconsciente maquínico é aquele que tenderia a produzir singularidades subjetivas. Isso significa que as formações do inconsciente não provêm de um *dejà-lá*, mas são construídas, produzidas, inventadas em processos de singularização. Esses processos, pelo fato de se encontrarem em ruptura com as significações dominantes, acarretam problemáticas micropolíticas: uma forma de tentar mudar o mundo e as coordenadas dominantes (GUATTARI, 1986, p. 210).

É importante salientar que o conceito de desejo, seja na psicanálise ou na esquisoanálise, não está vinculado exclusivamente à prática sexual. Desejo, segundo Freud (1990), nasce da frustração da não completude, e, portanto, da falta. Já para

Deleuze e Guattari (1996), o desejo corresponde a um fluxo que atravessa os sujeitos, os impulsiona e motiva para a vida. Seja como falta ou como fluxo, a noção de desejo agencia as subjetividades dos sujeitos e não está limitada à demanda sexual. Obviamente, a análise do desejo nos romances de João Gilberto Noll estão, via de regra, voltadas às cenas de prazer sexual porque partimos de uma demanda temática abordada pelo próprio escritor e observada em seus romances. Por isso, a ideia de desejo em nossas análises aparece mais voltadas às noções de gênero, sexo, corpo e práticas sexuais.

Butler (2015a), ao analisar os processos de formação do eu da psicanálise a partir do complexo de Édipo, também lança alguns questionamentos. A psicanálise freudiana compreende que, na infância, os sujeitos iniciam a sua trajetória de constituição do eu ao entrar no universo da linguagem, tendo nos pais a representação da Lei e também a frustração de amores perdidos. Assim, a internalização da escolha de objeto amado e do direcionamento da identificação será fundamental na formação do eu. Os meninos tendem a se identificar com o pai e tem a mãe como primeiro objeto de desejo.

No entanto, é no seio familiar que é instituído o tabu do incesto, através do medo da castração. Ao desejar a mãe, o menino tem medo de perder o pênis e transfere o seu objeto de desejo a alguém que se pareça com sua mãe. Com a menina, o processo é oposto: tem o pai como primeiro objeto de desejo. Mas, ao identificar-se com a mãe, direciona o seu objeto de desejo a alguém que corresponda às características do pai. É importante ressaltar que a formulação do complexo de Édipo é pensada como predisposições psíquicas e não determinantes do sujeito (NOGUEIRA, 2015).

Esse processo de internalização da identificação do eu e escolha do objeto de desejo se dá por meio de “predisposições psíquicas”. No entanto, segundo Butler (2015a), Freud não sinaliza como essas predisposições se constituem nos sujeitos, de onde vêm e como são formadas no inconsciente. Então, a crítica da autora revela que Freud concebe a relação dos pais com a criança de modo natural, sem considerar o grande atravessamento da Lei, a qual, inclusive, se dá muito antes da introjeção do complexo pela criança. Nesse sentido, como a formulação do complexo de Édipo parte de uma organização heterossexual e incestuosa da vida, a internalização da Lei e a efetividade do complexo constituem “eus” que tendem a se tornar sujeitos heterossexuais na formação de suas identidades, por excelência.

O menino e a menina que entram no drama edipiano com objetivos incestuosos heterossexuais já foram submetidos a proibições que os “predispueram” a direções sexuais distintas. Consequentemente, as predisposições que Freud supõe serem os fatos primários ou constitutivas da vida sexual são efeitos de uma lei que, internalizada, produz e regula identidades de gênero distintas e a heterossexualidade. Longe de serem fundantes, essas predisposições são o resultado de um processo cujo objetivo é dissimular sua própria genealogia (BUTLER, 2015a, p. 117).

Assim, segundo a autora, as “predisposições” apresentadas pela psicanálise correspondem mais aos rastros deixados por histórias de interdições e proibições sexuais historicamente escamoteadas, cujo passado não conseguimos recuperar e torná-los compreensíveis, que a uma memória fundacional. Ou seja, as predisposições que orientam a identidade de gênero e sexual dos sujeitos, na escolha do seu objeto de desejo, não são causadas pela Lei, são efeito da Lei, posto que não há sujeito anterior ou fora da Lei.

A tarefa de melhor situar a noção de desejo é fundamental para entendermos como as personagens apresentadas nos romances de João Gilberto Noll lidam com seus desejos. Apesar de compreenderem as limitações e as sanções que “desejos indesejosos” podem causar socialmente, essas personagens buscam possibilidades diversas de viverem seus prazeres. Não são plenamente castradas ou interdidas pela Lei, nem podem ser inscritas num princípio de realidade e de prazer, que lhe institua uma falta. O desejo nos romances de Noll não aparece mediante uma ausência ou para dar conta de uma falta. Ele é um fluxo, que atravessa toda a existência das personagens, modificando-as, mobilizando-as, motivando-as. Sua estabilização é precária e sempre momentânea.

Em *Acenos e Afagos*, há uma emblemática cena que ilustra a relação que as personagens estabelecem com o desejo. O narrador-personagem embarca em um navio à procura de seu amigo de infância. Neste navio, com tripulação apenas masculina, a personagem percebe que durante o dia são cumpridas as tarefas comuns pela tripulação, mas, durante a noite após a realização dos afazeres, não havia limites para a realização dos desejos sexuais:

Mas depois do serviço se metiam em buracos. Dirigiam-se a locais debaixo de pontes, ruelas úmidas sem saída, esgotos habitados por ratazanas ou homens com desejos inexprimíveis e muitos hotéis de

orgias lacerantes. Aventuram-se pelas madrugadas sempre no intuito de explorarem um o corpo do outro [...] Como de praxe, eu me sentia tomado por um desejo insaciável (NOLL, 2008b, p. 25-31).

O gozo, o desejo e conexão afetiva com o outro transbordam as expectativas da economia moral ocidental, capitalista e suas interdições. Transformam as concepções clássicas de afetividade sexual. Rompem com as estruturas hegemônicas de controle do prazer. E, sobretudo, reinventam outras possibilidades de gozar o mundo. O prazer sexual não está limitado aos chamados órgãos sexuais, mas se estende a todo o corpo. É produzido pela capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos e se ramifica em uma contínua cadeia de “desejos insaciáveis”.

4.1 A GENTE NÃO SABE O LUGAR CERTO DE COLOCAR O DESEJO OU QUANDO UMA LITERATURA GOZA PELO CU

O título em destaque que abre essa subseção é um trecho da canção *Pecado Original* (1971), de Caetano Veloso, e, definitivamente, resume bem a relação que temos com o desejo. Como somos constantemente interditadas/os em nossos desejos, vivemos buscando controlar esse fluxo, para que seja do tamanho certo, do jeito certo, da forma certa, no lugar certo. Diferente do pensamento psicanalítico que entende o desejo como falta, em Noll compreendemos que o desejo é um fluxo que não cessa a não ser pelos instantes precários de territorialização. Desejos esses que são inscritos no corpo.

Foi no século XIX o marco das investigações científicas para melhor compreender o corpo, através das interdições discursivas acerca da sexualidade humana. Tais interdições se materializam nos corpos dos sujeitos, por meio de dispositivos diversos, as quais criam corpos-máquinas, inteligíveis e produtores da economia do capital, como já apontaram Laqueur (2001), Foucault (2015a), Preciado (2009) e Butler (2015a). É neste período que as instituições produtoras do saber-poder, como a medicina, a biologia humana, os discursos jurídicos, a psiquiatria, dentre outras, não apenas investem profundamente em “extrair a verdade do sexo”, a sua “natureza”, bem como instauram a ordem sexual vigente, que funcionará como norma, em detrimento de toda e qualquer outra expressão de sexualidade, a qual será considerada desvio.

Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela [Lógica do sexo], doravante, que nos serve de chave universal. Há vários decênios, os geneticistas não concebem mais a vida como organização dotada, também, da estranha capacidade de se reproduzir; eles vêem, no mecanismo da reprodução, o que introduz propriamente a dimensão do biológico: matriz não somente dos seres vivos, mas também da vida (FOUCAULT, 2015a, p. 86-87).

Uma vez decidido que o aparato regulatório dos seres humanos é a reprodução, conforme afirma Foucault (2015a), a heterossexualidade se estabeleceu como a prática sexual normal, verdadeira, natural e saudável. No entanto, o ser humano “heterossexualizado”, agora dotado de uma existência ontológica, tem não apenas uma prática sexual reprodutiva, mas uma identidade sexual, uma essência e a sua verdade. Para que a identidade heterossexual mantenha-se como regra, houve a instauração, concomitantemente, de identidades e práticas sexuais “anormais”, “falsas”, “superficiais” e “doentes”. É nesse momento que nascem os sujeitos “homossexual” e o “heterossexual”, não como uma prática sexual apenas, mas como uma substância, uma identidade, cuja definição explicaria toda a existência do sujeito (LAQUEUR, 2001).

Conforme Foucault (2015a), o regime de controle dos corpos do século XIX passa principalmente pelo controle do sexo. Estabelecer uma verdade sexual sobre os sujeitos é um modo de melhor controlá-los e de interditar práticas que não correspondem aos designios do regime sexopolítico estabelecido. Entretanto, a política heterossexual, para funcionar como identidade, precisa estar inscrita nos corpos dos sujeitos, na sua constituição biológica, na correspondência biopolítica entre sexo, gênero e órgãos reprodutivo-sexuais, as zonas erógenas. Assim, pênis e vagina ganham centralidade na vida sexual das pessoas, pois são os órgãos reprodutivos. Segundo Preciado (2009), o pênis aparece como o único órgão sexual, ou seja, o único órgão capaz de produzir prazer, de acordo com a concepção biomédica do século XIX. O pênis é assim considerado ativo, aquele que penetra, símbolo de poder e masculinidade viril, enquanto a vagina é passiva, aquela que é penetrada, símbolo de fragilidade feminina.

El primer objetivo de la tarea educativa es la privatización del ano (control de esfínteres), llevando a cabo un diseño sexopolítico del cuerpo en el que ciertas zonas son radicalmente excluidas de la economía libidinal. Después viene la represión de la masturbación, el

aprendizaje de la escritura y de la lectura y la inserción en la “máquina heterossexual” (PRECIADO, 2009, p. 155).

Estabelecer as áreas de prazer, conforme Preciado (2009), faz parte do projeto sexopolítico de controle e interdição dos sujeitos. E não tem a ver apenas com a interdição da homossexualidade, mas de toda uma epistemologia e economia capitalista que precisa controlar os desejos dos corpos para a sua subsistência. Segundo a autora, o enorme medo de que se descobrisse que todo o corpo é um órgão sexual levou à demarcação de zonas privilegiadas, as zonas erógenas, e as zonas de abjeção, como o cu.

Como o pênis e a vagina tornaram-se as referências da reprodução, é através deles também que o sujeito passa a ter existência material, ou melhor, a partir dos corpos sexuais os sujeitos passam a ter inteligibilidade. Assim, a decorrência de um sujeito está intimamente ligada à coerência entre seu órgão sexual-reprodutor (pênis-vagina) e o seu desempenho de gênero (homem-mulher), limitando o que conhecemos por identidade de gênero ao número dois.

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo nem do gênero (BUTLER, 2015a, p. 44).

Judith Butler (2015a), em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, nos apresenta como as identidades inteligíveis dos gêneros foram construídas como parte constitutiva dos sujeitos, para serem compreendidas como um dado natural e pré-discursivo.

O que a autora nos ajuda a compreender é que o nascimento do sujeito constituído de humanidade decorre de uma combinação entre gênero e sexo, mediada pelos aparatos discursivos que legitimam a existência de identidades de gênero que seguem a matriz cultural de inteligibilidade do sexo/gênero, em detrimento de outras combinações. Sendo assim, aprendemos, equivocadamente, que a existência material dos sujeitos são anteriores à sua significação cultural e não como efeito de uma operação da linguagem e das relações de poder. O sujeito moderno é efeito discursivo das práticas de regulação que legitimam a existência humana. E, como

afirma Butler (2015a), tal sujeito não é reconhecido fora dos esquemas da matriz de inteligibilidade sexual, amarrando, conseqüentemente, a existência dos sujeitos à combinação de identidade de gênero e sexual. Nesta perspectiva, gênero e sexo são constructos discursivos, materializados nos corpos inteligíveis.

A matriz de inteligibilidade sexual foi constituída a partir de uma linha coerente que visava definir os sujeitos, através do sexo, do gênero, do desejo e da prática sexual. Se os sujeitos só podem ser definidos como: possuem um **sexo** dado, macho (possui o pênis – aquele que penetra) e fêmea (não possui o pênis – possui vagina – aquela que é penetrada); gerando **os gêneros binários**, respectivamente, homem e mulher; o **desejo** deve ser destinado ao sexo oposto; logo, a prática sexual deve ser **heterossexual**. Entretanto, esse esquema de organização da vida e existência dos sujeitos precisa ser ensinado, constantemente vigiado e reiterado para que continue existindo, através da performatividade de gênero, que são as práticas discursivas de reiteração dos gêneros inteligíveis (BUTLER, 2015a).

Tal repetição de atos que são apreendidos pelos sujeitos são efeitos naturalizados nos corpos, tornando-os masculinos ou femininos. Assim, os corpos são concebidos dentro do esquema sexo-gênero e são o resultado de uma operação linguística, não biológica. Ao pensar no corpo masculino, por exemplo, é preciso compreender que aquela sexualidade foi viabilizada por meio de um órgão que foi masculinizado e que é performatizado no e pelo corpo. Entretanto, como afirma Butler (2015a), os corpos não só reiteram as normas: eles também escapam.

Ora, do ponto de vista desse campo [identitário], certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero (BUTLER, 2015a, p. 44).

A existência dos gêneros inconformes põe em xeque a naturalidade da matriz de inteligibilidade sexual dos sujeitos. As multidões são aquelas que compõem, portanto, o campo das existências dos gêneros inconformes, das práticas sexuais que escaparam às normas da matriz e que resistem aos movimentos de assimilação cultural. São essas as existências que foram constantemente negadas, injuriadas, oprimidas, violentadas e relegadas à abjeção. Todavia, são essas as existências que

denunciam não só o caráter discursivo do sexo-gênero, mas, sobretudo, a violência que tal regime sexopolítico perpetua.

As experiências dos gêneros inconformes, dos desejos abjetos e das práticas sexuais subversivas nos mostram a limitação do sistema sexo-gênero, visto que tal sistema busca reduzir as existências sexuais, torná-las coerentes e viáveis, a fim de exercer o seu domínio. Assim, compreendemos que o gênero não é um dado normativo e biológico, uma unidade estável, uma identidade coerente, uma substância pré-discursiva, mas um conjunto de atos repetidos no corpo que performatizam práticas consolidadas – constantemente escapadas. Conforme Butler (2015a, p. 42. Grifo da autora),

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor.

Sendo assim, a instituição de corpos, gêneros, sexos, desejos e práticas sexuais viáveis impõe sobre os sujeitos um desejo, uma expectativa de existência dentro dos limites discursivos da matriz de inteligibilidade cultural. No entanto, os sujeitos não obedecem simplesmente aos modelos estabelecidos e recriam espaços, modos de vida e novas identificações de gênero e sexuais, que mais se adequem às suas singularidades.

Então, esses corpos que escapam têm vivido suas vidas e gozado suas existências. Não é possível deixar de notar que continuam sendo violentados, mas, assim como encontramos nos romances de João Gilberto Noll, persistem em suas experiências de vida, pois são elas que os tornam mais realizados. Ao considerar as personagens desse autor, constatamos que se trata de sujeitos cujos corpos, gêneros e práticas sexuais subvertem os esquemas regulatórios da matriz sexual.

Solidão Continental, romance de João Gilberto Noll publicado em 2009 e o último até então, é uma cartografia de subversões sexuais e nos permite navegar por uma geopolítica de corpos-afetos: João Bastos, a personagem narradora, ao longo da trama, vai nos apresentando suas vivências sexuais, vagabundagens pelo mundo afora, em diferentes países. Geograficamente, as cidades brasileiras Rio de Janeiro e Porto Alegre, principais cenários das incursões das personagens de Noll, cedem

espaço para novos roteiros e também novas aventuras: Brasil, EUA, Alemanha, Londres e México. A cada capítulo, vamos acompanhando as vivências que escapam ao regime sexopolítico estabelecido.

Eu já estava à mercê do que quisessem fabricar em volta para satisfazer um pouco o meu tesão perpétuo. Era pouco, eu sei, muito pouco, mas esses míseros gestos ou olhares, abordados que fossem tão logo jorrasse água fria de uma lucidez, com esses míseros instantes eu já me dava por satisfeito. Em poucas ocasiões ainda sabia viver uma refrega insana até o choque do meu sêmen com o do outro, gerando o cansaço de mais uma batalha sobre o charco de lençóis de um verão existente mais uma vez apenas no embaraço da ideia (NOLL, 2012, p. 13).

No fragmento acima, a personagem João Bastos revela que a manutenção do seu “tesão perpétuo” se dá por muito pouco: gestos, olhares e instantes. Há nessa citação uma relação muito mais visceral e ampla com o desejo, que não *está* limitado em órgãos sexuais, mas atravessa a sua própria existência. O título bastante significativo desse romance parece que tratar de um grande vazio, uma solidão, vivenciada pela personagem, que vaga pelos continentes em busca de um preenchimento. Entretanto, a solidão pode ser compreendida aqui como um substantivo metonímico que repele a essencialização dos corpos e dos desejos, quer dizer, a personagem não *é um ser* solitário em busca de prazer sexual momentâneo, mas *está constantemente sendo* afetada pelas outras intensidades do mundo. Assim, *Solidão Continental* é uma narrativa de afetos.

Nos romances de Noll, o tesão perpétuo passa pelo corpo. Na verdade, é o próprio corpo, como é possível evidenciar na passagem de *A fúria do corpo*, “o único roteiro é o corpo. O corpo” (NOLL, 1989a, p. 24). O corpo-afeto, como cenário e personagem de contravenções sociais, insere na dramatização do prazer o elemento corporal de repúdio da ordem heterossexual: o cu. O cu aparece em todos os romances de Noll, sem nomenclaturas higienistas ou adjetivos de purificação ou rejeição:

Então, enchi o dedo de cuspe e fui tentando meter pelo menos o cabeção no cu da menina e aí ela deixou, vem, vem, ela dizia, e deu certo, enterrei meu caralho no seu ânus e nisso ela ia sentindo que eu não era um homem abatido pelos anos porcaria nenhuma, e quando o meu sumo ela gritou e os velhos no aposento ao lado gemiam que gemiam até sossegarem comigo, sussurrando o nome dela: Mira, Mira, mi amor, mi vida... em pouco tempo roncavam. Ela levantou com

os cabelos suados pela cara. Vi que minha glândula apresentava placas de merda. Lavei o pau na torneira da pia (NOLL, 2012, p. 46).

A cadência criada pela narrativa, no fragmento acima, engendra uma expectativa de excitação para o sexo anal. É importante observar que encenam um homem e uma mulher gozando do prazer anal. O cu, aqui, aparece como uma zona erógena que mobiliza desejos. Aos discursos moralizantes que condenam o cu exclusivamente ao prazer proibido e às impurezas, a personagem responde: “Lavei o pau na pia da torneira”.

Segundo Sáez e Carrascosa (2014, p. 18), o cu ocupa nos discursos da biomedicina o *locus* de abjeção a partir do imaginário instaurado de não violação de uma zona exclusivamente excretora: “El sexo anal aparece inicialmente en imaginario colectivo como lo peor, lo ayecto, lo que no deve passar. Ese es su significado original, su sentido”. Inclusive, o cu é zona proibida na prática heterossexual. Como o discurso oficial acerca das práticas sexuais correspondeu ao parâmetro da heterossexualidade, para fins de reprodução, o cu é simbolicamente castrado, tornando o sexo anal símbolo de prática homossexual masculina.

O regime heterossexual interdita prazeres fora do sexo pênis-vagina. O cu passa a existir, então, como o lugar da sujeira, anti-higiênico, reprodutor de doenças e dos dejetos fecais, ligado ao sexo “anormal”, doente e promíscuo, ao desejo degenerado e vergonhoso. Sendo assim, “o cu é um espaço político, um lugar onde se articulam discursos, práticas, vigilâncias, olhares, extrapolações, proibições, escárnios, ódios, assassinatos e enfermidades” (NOGUEIRA, 2015, p. 238).

Também a pesquisadora Larissa Pelúcio (2014) reconhece o poder do cu, sobretudo, em contexto acadêmico. Não apenas o cu em si, mas a própria utilização da palavra “cu”. Segundo a autora, é um termo proibido, considerado feio e que não é utilizado em conversas formais entre as pessoas, nem em interlocuções acadêmicas. No entanto, é amplamente utilizado nos falares populares, como xingamento; utilizado em expressões como o “cu do mundo”, apontando para uma “geopolítica da periferia”; e também como referencial erótico vinculado à homossexualidade. Essa relação de excitação e repulsa provocada pelo cu é justamente a sua potência *queer*. Conforme Pelúcio (2014):

Para nós, brasileiros, somente o orifício excretor merece este nome. Por sua associação com dejetos, aqui, como em outros lugares, ele

está associado a palavrões, a ofensas, ao que é sujo, mas também a um tipo de sexo transgressivo, mesmo quando praticado por casais heterossexuais. Porém, no imaginário sexual local, o sexo anal está estreitamente associado à homossexualidade masculina. O cu excita na mesma medida em que repele, por isso é queer (PELÚCIO, 2014, p. 54).

Por isso, a autora propõe uma teoria cu, que, ao apropriar-se antropofagicamente de um termo socialmente aviltado, potencializa as margens, as fissuras conceituais e as práticas sexuais dos orifícios. Pensar uma “teoria cu”, nos trópicos, abre os caminhos para pensar também uma estética do cu, ou, porque não, uma literatura que, em seu poder de encantamento e catarse, faz gozar pelo cu.

Assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos fica muito mais constrangedor quando, ao invés de sermos o polidamente sonoro queer, nos assumimos como teóricas e teóricos cu. Eu não estou fazendo um exercício de tradução dessa vertente do pensamento contemporâneo para nosso clima. Falar em uma teoria cu é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa “tradição”, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também (PELÚCIO, 2014, p. 47).

Por isso, Preciado (2002) enxerga uma potência política revolucionária no cu (assim como havia dito Hocquenghem, em 1971), uma política contrassexual, que revolta os regimes sexopolíticos e desestabiliza a heteronorma. Segundo a autora, o cu é universal, não tem gênero, é uma zona passiva e não reprodutiva. Ou seja, não corresponde em nada com a funcionalidade do corpo reprodutor requerido pelo sistema capitalista. No entanto, Preciado (2002), objetivando reconhecer o apagamento do gênero do cu nas pessoas, visto que homens e mulheres o possuem, não percebe que o cu possui gênero quando vinculado à atividade sexual.

Gilmaro Nogueira (2015), ao analisar os discursos produzidos por homens heterossexuais que fazem sexo com homens, através do termo êmico “heteropassivo”, compreendeu que a interdição do sexo anal entre os homens é ainda muito violenta, hierarquizando os sujeitos e reproduzindo violências de gênero. Homossexuais afeminados são reconhecidos como passivos. A masculinidade, portanto, constrói-se historicamente na oposição binária e arbitrária à ideia de feminilidade, voltada, portanto, à ideia de virilidade e dominação. O cu, como já

apontado anteriormente, é compreendido como uma zona de abjeção e passividade, assim, como pertencente ao universo feminino, de passividade. Sendo assim, o cu passa a ser localizado ideologicamente dentro do espectro de gênero, o feminino. Mesmo sendo “universal” em sua materialidade nos corpos dos sujeitos, como afirma Preciado (2002), ele não é localizado discursivamente em todos os sujeitos, apenas nos corpos considerados afeminados, passivos e penetráveis, contrariando a noção não generificada da autora.

Mesmo assim, o prazer anal ainda engendra uma política implosiva dos discursos das instituições de saber-poder, medicina, psicanálise, religião, as quais legitimam a heterossexualidade como norma com o frágil argumento da reprodução humana.

É nesse íterim que entram as políticas do cu, ou o cu como política: formas de ação e críticas frente às estratégias biopolíticas dos séculos XIX e XX, inventoras do desvio sexual e suas patologias. Políticas do cu são políticas do corpo, reinvenções da espécie humana e seus modos de (re)produção. Trata-se de um corpo que não é feminino ou masculino, nem de corpo racialmente inferior ou superior, mas de uma plataforma relacional, vulnerável, histórica e socialmente construída, cujos limites são constantemente redefinidos. O cu seria esse orifício antissistema instalado em todos os corpos: preciso, ofensivo, vital, uma máquina revolucionária intensamente manejável e pensada para o uso coletivo (NOGUEIRA, 2015, p. 239).

Esse contexto é importante para situar a relevância da política do cu numa escritura da diferença: agencia processos de subjetivação, desorganiza a concepção de naturalidade dos corpos e dos desejos, contamina a língua com a sua impureza semântica e potencializa uma literatura menor. Assim é a narrativa produzida por João Gilberto Noll: em todos os romances analisados, o cu está presente; a sua presença não cristaliza uma homossexualidade em suas personagens, mas negocia prazeres nômades; geralmente, está vinculado à prática sexual, mas pode vir também marcar um território dos excrementos; é a zona sempre abordada a partir do desejo e do fluxo.

“Um dia me pegaram cheirando o cu de um colega no banheiro do colégio. Até hoje não entendi de onde vinha o gozo especialíssimo naquele contato com as vísceras humanas” (NOLL, 2012, p. 57). O cu é ressignificado e potencializado como zona de prazer e de gozo.

Puxei a calça do menino e enfiei meu dedo pelo seu cu e com a outra mão puxei a mão do menino e trouxe ele até meu pau descendo a boca abri as coxas do menino e enfiei a língua pelo cu do menino a língua entrava e saía do cu e o cu que a princípio tinha um gosto áspero se transformou num canal úmido de vertigem a minha língua viajava cada vez mais gulosa pela vertigem que não poderia cessar [...] (NOLL, 1989a, p. 55).

Diferente do posicionamento biomédico do século XIX, o cu aqui é lido como uma zona de prazer, como um “canal úmido de vertigem”. A língua “gulosa” que passeia pelo cu não está submetida ao regime higienista de enxergar o cu como área exclusivamente excretora. O termo cu, no trecho acima, se constitui em palco e personagem principal. Aparece grafado quatro vezes e é o responsável pela “vertigem que não cessa” na personagem. Nos romances de Noll, o cu não é inscrito como zona excretora apenas: aparece, sobretudo, como uma zona de prazer.

[...] levantou-se, tirou a calça, eu estava nessa altura nu para receber aquela bunda já de joelhos me fitando, exigindo que eu fosse o homem que ela esperava, alguém que se entranharia por seu orifício e que lhe faria um bem supremo, pois esse buraco estreito não vivia só de cagar, não, ele merece e exige um volume de carne rija e ríspida a lhe rasgar a mucosa bem-aventurada (NOLL, 2008b, p. 99).

Preciado (2009) nos faz pensar nas interdições que são feitas ao cu e não à boca, por exemplo, o seu oposto extremo. A boca, simbolicamente representada em produções literárias como símbolo de prazer, amor e romance, que pode desfrutar da boca e da língua de outro alguém, foi instituída como zona permitida. O cu, vinculado ao prazer anal, e mais ainda à identidade homossexual masculina, é totalmente rechaçado como um prazer legítimo.

Outras vezes eu preferia ir por trás de Amália, era mais tranquilo porque aí não precisava ficar pensando que quando me sentisse no ponto o pau tinha que sair, e Amália começava a gostar cada vez mais de ser comida por trás, me repetia que nunca tinha feito aquilo antes, mas agora era comum no meio das nossas carícias ela se virar de costas e me pedir que entrasse (NOLL, 2003b, p. 35).

No trecho acima, Amália é a personagem que é comida por trás pela primeira vez, gosta de “dar o cu” e volta a pedir novamente o sexo anal. Segundo Sáez e Carrascosa (2014), a interdição do cu funciona também para as mulheres. As mulheres que fazem sexo anal ou gostam de sexo anal são lidas como promíscuas

ou prostitutas. Ou seja, mesmo na prática heterossexual, o cu ainda é símbolo de abjeção e degeneração. No fragmento acima, em que aparece apenas o trecho “comida por trás”, o cu se faz presente numa prática que borra a compreensão do sexo heterossexual, a normalização do regime sexopolítico dos corpos, criando escapes para que as mulheres também sintam prazer anal. Gostar das carícias do sexo anal é revolucionar as zonas erógenas estabelecidas pelos discursos biopolíticos.

O inglês continuava me limpando, agora implicava com alguma casquinha que não queria sair entre o meu saco e o meu cu, e ali ele passa com os dedos a espuma de um material de limpeza de banheiro, como se eu realmente tivesse feito um cascão de bicho, desse bicho a que eu tanto aspirava a ser enquanto ele me esfregava a glândula enxovalhada, o cu empedernido (NOLL, 2014, p. 85).

Abaixei a calça, sentei na privada, e uma enxurrada de merda líquida começou a escorrer do meu cu, assombrando com certeza a boca do vaso sanitário com a sua aparência esquisitamente preta, como se aquilo que não parava de escorrer fosse uma mistura de fezes com sangue, sei lá (NOLL, 2013, p. 60).

Perguntei-me que necessidade ele tinha produzido na privada, se o mijo pelo pequeno pênis ou merda pelo cu inflamado, todo vermelho... (NOLL, 2012, p. 21).

Os discursos de interdição do sexo anal, ligados ao excremento, à escatologia, aos dejetos, baseiam-se apenas em medidas sanitárias na tentativa de barrar o prazer anal. No entanto, Sáez e Carrascosa (2014) esclarecem que, assim como o pênis e a vagina, o cu também se lava. O regime heterocentrado, conforme assinalam os autores, utiliza a secreção para interditar o sexo anal, mas não usa o mesmo argumento para autorizar a prática a partir da combinação pênis-vagina.

No primeiro fragmento, no romance *Lorde*, há quase que, didaticamente, a cena em que o narrador tem tanto o saco escrotal quanto o seu cu limpos depois de uma foda. No segundo, em *Harmada*, tem-se toda a potência abjeta dos excrementos que também passam por interdições, mas que, nos romances de Noll, são obscenidades carregadas de desejos e possibilidades de prazer. A curiosidade da personagem no terceiro trecho, em *Solidão Continental*, evidencia bem a relação de desejo e repulsa que construímos a partir dos regimes heterocentrados.

[...] e a bicha ali no elevador já me mostrava a bunda, bela bunda, a bicha abria as nádegas com as mãos e curvando-se mostrou o cu lisinho sem nenhum fio de cabelo, era vermelho, o cu da bicha, bonito, a pele interna delicada e inflamada de tanto uso, vermelha, gomos vermelhos de uma fruta escondida, prendia e soltava os músculos do cu arreganhado, belo cu, belo (NOLL, 1989a, p. 93-94).

Em *A fúria do corpo*, Noll demonstra todo o terrorismo que o cu provoca: a injúria, a rejeição, a difamação e também o arrebatamento e o desejo. O cu era o objeto e o instrumento de desejo e também de realização profissional:

eu nunca tinha sido puto nesse sentido mais ortodoxo da palavra. Puto, ter dado o buraco que tinha em troca de grana [...]: dar o cu; o cu legítimo, não o figurado e sordidamente eufemístico que damos pela vida afora até morrer (NOLL, 1989a, p. 107).

Desse modo, o cu instaura uma ruptura na base ideológica da heterossexualidade, que é a reprodução humana. Dar o cu institui uma contradição epistemológica na forma de se conceber a sexualidade humana hegemonicamente heterossexual. Dar o cu, portanto, amplia as possibilidades de prazer, concebe e visibiliza práticas sexuais historicamente subalternizadas, permite repensar os projetos de criação dos sujeitos e possibilita recriar novas humanidades.

Enquanto que na chamada literatura gay, no projeto assimilacionista, gostar de dar o cu representa ser um homossexual promíscuo, passivo e feminino, características consideradas inferiores, no trabalho de Noll dar o cu representa uma ruptura com o sistema biopolítico dos corpos.

O corpo que comigo queria jogar tinha jeito de tranquilo, apenas me dizia às vezes “vem, vem”, e eu me perguntava para onde o raio desse cara quer que eu vá? Já não se contenta com o beijo, o bafo próximo, a masturbação de um no outro, o meu dedo a destroçar seu cu? (NOLL, 2008b, p. 58).

Mesmo enxergando o protagonismo do cu e sua potência nas práticas sexuais dos romances de João Gilberto Noll, é importante demarcar que a experiência do gozo é vivenciada no corpo e pelo corpo todo. Corpos que se permitem afetar por outros corpos, por outras existências. No fragmento acima, observa-se o corpo-afeto em atuação: a personagem relaciona-se não com uma identidade ou com um sujeito, mas

com um corpo. O corpo que lhe afeta. E as práticas sexuais não se limitam aos órgãos reprodutivos.

Em *A céu aberto*, uma cena coloca por terra alguns dos discursos heteronormativos mais comuns nas relações afetivossexuais: a monogamia, o poder patriarcal e o fetiche feminino *voyeur*¹⁶.

Aos poucos fui me acostumando com a ideia de dividir a paternidade de uma criança com outro homem, sem problema, mas o que me deixava sem dormir era o fato daquele cara que eu pretendia comer mais vezes, achava que mesmo com a sangueira toda ele também tinha gostado, achava que a minha mulher gostaria de ver comê-lo inteirinho, ela cerrou ainda mais as cortinas do quarto, ele deitou-se na cama eu fui atrás, ela sentou-se no banco da penteadeira acho que para não perder nenhum detalhe do que acontecia entre mim e o garoto naquela cama (NOLL, 2008a, p. 97-98).

Ao conformar-se com a ideia de dividir a cama e a paternidade de uma criança, a personagem abandona-se ao desejo numa prática sexual *voyeurística*, tendo sua esposa inicialmente como observadora, e posteriormente na prática de um *ménage à trois*¹⁷. As economias discursivas sobre o sexo e os prazeres sexuais baseados na heteronormatividade são, assim, novamente questionados. O *voyeurismo*, prática sexual comumente empregada como fetiche masculino, no qual a mulher aparece meramente como objeto de desejo do homem, aqui é reorganizado e subvertido os papéis de gênero: é ela, a mulher, quem observa seus objetos de desejo e se excita com dois homens na cama fazendo sexo.

Em *Acenos e Afagos*, as cenas de prazer e gozo a partir de uma prática sexual conhecida como *gouinage*¹⁸, um termo francês para referir-se ao sexo lésbico, são constantemente acionadas:

Ao despontar abrupta a figura do anônimo que me falava ao pau, eu me extasiava antes do tempo me roçando no prenúncio do que iria rolar. No instante em que os corpos se acessavam, em boa parte dos casos, eu já estava a gozar, molhando em golfadas a roupa de ambos, caso não estivéssemos nus (NOLL, 2008b, p. 39).

¹⁶ Prática sexual que envolve o desejo em observar um ato sexual, bem como de ser observada/o.

¹⁷ Sexo a três.

¹⁸ Prática sexual mais comumente associada às lésbicas, pois corresponde ao ato sexual sem penetração. Conforme Nogueira (2015, p. 253), “o *gouinage* é diferente de sexo preliminar, pois não é uma etapa para a penetração, mas um fim em si mesmo, meio para se atingir o orgasmo”.

É importante ressaltar que *gouinage* é uma prática sexual, não se trata de preliminares que antecedem o sexo, mas é o próprio ato (NOGUEIRA, 2015). A personagem realiza-se sexualmente ao acessar o corpo da outra pessoa, deslocando, assim, as concepções clássicas de práticas sexuais. O sexo entre mulheres, por não partilhar necessariamente da noção fálica da penetração, não era considerado ato sexual, ficando relegado ao fetiche, às preliminares ou à excitação sexual incompleta. Assim, a *gouinage* constitui-se não somente como uma prática sexual entre mulheres, mas também como uma prática sexual entre pessoas que não desejam a penetração.

Ao traçar diferentes formas de sentir prazer, essas personagens não só reconfiguram um novo cenário narrativo de transgressão literária, como também deslocam toda a concepção sexual pautada apenas nas zonas erógenas como produtoras de prazer. Em *A fúria do corpo*, o narrador-personagem delira em gozo ao ser afetado pelo corpo de Afrodite:

Vejo que os bicos dos meus mamilos estão duros já, quase doem de tão esgarçados, as unhas de Afrodite espetam os mamilos provocativas, quase ferem, ela se inclina e chupa meus mamilos, lembro que estamos na rua, ela responde com os olhos na expressão de gula, me entrego aos dentes e à língua e à boca de Afrodite sorvendo meus mamilos, sinto um prazer quase irreal de tão entregue aos caprichos de Afrodite, ela me morde os mamilos como se mamasse em pedra, peço que se controle um pouco senão começa a me incomodar aquela afoiteza toda, ela não ouve, me domina, me dobra, me conquista até quase minha extinção, meus mamilos latejam como se quisessem expulsar a tumescência, sei que vou gozar, sinto o trajeto do fluxo, explode a porra molhando minha calça já tão suja, reconheço em mim o homem que eu quis ser, sou dela, de Afrodite (NOLL, 1989a, p. 234).

Boca, língua e bico do peito são atributos corporais que levam ao gozo. O peito masculino, que não é compreendido como uma área erógena, diferente do peito feminino, transforma-se num sensível território de prazer. O ato sexual, nesta cena descrita, não envolve pênis e vagina, mas corresponde a uma prática sexual carregada de erotismo.

Como o projeto assimilacionista da “literatura gay” busca a estabilização dos corpos e das identidades, como vimos no romance *O terceiro travesseiro*, por exemplo, há uma constante busca pela “coerência” e “verdade” do sujeito e suas práticas sexuais. A personagem Marcus forja para si uma identidade homossexual, pois se considera homem (pênis) e gosta afetiva e sexualmente de outro homem

(pênis), e passa então a se reconhecer como sujeito a partir desse discurso identitário: ser “gay” era a sua “essência”. Assim, o gênero e o sexo correspondem à matriz da inteligibilidade sexual dos corpos: o ato sexual realizado entre dois homens ou duas mulheres, resultaria em um ato sexual homoafetivo; assim como o ato sexual entre um homem (pênis) e uma mulher (vagina) resultaria invariavelmente em um relacionamento heterossexual.

No entanto, Butler (2015a) afirma que essas designações são problemáticas e limitadas: nada garante que o sexo entre um homem (pênis) e uma mulher (vagina) resulte num ato heterossexual. Ainda no romance *A fúria do corpo*, João Gilberto Noll ilustrou bem as contradições do sexo “heterossexual”. Em um dos bordejos pela cidade do Rio de Janeiro, onde está situada a história no romance de Noll, o narrador-personagem depara-se com a sua vizinha, que não se distingue pelo gênero. Chama-se Baby e é aeromoça. São as únicas informações que temos a partir da leitura:

Hoje Baby aparece aqui vestida de homem, conta que virou sapatão de uma hora pra outra, que não suporta mais os homens e que tem experimentado uma mulher do soçaite, conta que tá ficando ágil com mulher na cama, conta as técnicas lésbicas que aprendeu, é tudo muito prático, ela garante. Tento ser sensato, adulto, e lhe pergunto por que se vestir de homem, há necessidade? Responde que assim como seu nome não é Baby a forma feminina também nunca lhe pertenceu e que vai tentar se apossar da masculina. Respondo que quero experimentar e gostaria que ela me vestisse de mulher (NOLL, 1989a, p. 83).

Logo após essa cena, eles transam. Baby, excitado por aquela mulher que ajudou a compor; ela, travestida, enlouquecida pelo homem que vê. (É possível que esse ato sexual esteja no plano da heterossexualidade?). A transa ocorre entre corpos que performam um desejo marcado pela impossibilidade na lógica da tradição da matriz heterossexual, mas que existe, resiste e reinventa sujeitos, desejos e práticas.

4.2 CARTOGRAFIA DE CORPOS VAGABUNDOS: MASCULINIDADES E FEMINILIDADES PRECÁRIAS

O corpo não é um território neutro. É um território produtor de sentidos múltiplos. É uma linguagem. Sobre ele, agem intensidades diversas: de disciplinamento, (auto)controle, rupturas e prazeres. Cartografar um corpo, portanto,

é acompanhar o seu movimento, o seu trânsito e suas rotas, que são traçadas a partir do fluxo dos desejos.

Os corpos que são desenhados por João Gilberto Noll, conforme Fábio Camargo (2014), criam linhas de fuga diversas e se espreitam nas zonas abjetas que foram historicamente construídas. Segundo Camargo (2014, p. 160), “[...] a representação do corpo na literatura brasileira é levada a seu extremo com a publicação do romance de João Gilberto Noll [*A fúria do corpo*], justamente em um momento em que a literatura se retraía quanto ao erotismo”.

Para o autor, os corpos, até a década de 1980, mesmo aqueles que mesclavam amor e muito erotismo, pertenciam a personagens com nomeação, participantes de núcleos familiares, bem descritos e higienizados. É com Noll que os corpos, no romance brasileiro, principalmente com *A fúria do corpo*, aparecem subvertidos, indignos, poluídos, sujos e, principalmente, com maior ênfase às partes baixas do corpo, consideradas indignas pelo pensamento sanitarista do século XIX. No romance *A céu aberto*, em um diálogo com seu irmão, o narrador-personagem evidencia a sua perspectiva da valorização do corpo, ao se oferecer para segurar o caixão com o corpo do padre morto:

- Eu quero segurar uma das alças dianteiras.
- Por quê?
- Porque é na altura dos pés, que os órgãos humanos realmente valem a pena.
- São tão esquecidos.
- São pés (NOLL, 2008a, p. 62).

Nos romances de Noll, é comum a referência a muitas partes do corpo. Mas o corpo todo é um roteiro (NOLL, 1989a), uma cartografia que vai sendo descoberta, através do e com o outro. Durante o sexo, o corpo inteiro é uma zona erógena, sem restrições ao prazer e ao gozo.

O ato de foder resultava assim em um rito de vários convivas. Até mais de quatro. Durante uma mesma conexão carnal, o meu corpo imaginário de eleição poderia ser tocado por outros e outros mais [...] (NOLL, 2008b, p. 33).

Eu fora feito para essa epopeia libidinal. Copularia com todos os meus parceiros em um só corpo e em uma só vez – e, eventualmente, com parceiras e tantos bichos mais (NOLL, 2008b, p. 48).

Nos fragmentos acima, de *Acenos e Afagos*, a personagem deseja poder foder com muitos corpos: seus parceiros – eventualmente mulheres e animais. Para a personagem, o encontro dos corpos é uma conexão carnal, uma troca de afetos e intensidades. É assim que o corpo esvazia-se do sentido puramente reprodutor e funcional e adquire novas percepções e sentidos, como um corpo sem órgãos, conforme Deleuze e Guattari (1996), que se realiza pela sua exterioridade, pelos desejos e suas rotas de fuga, que sempre encontram caminhos para driblar as normas.

Assim, os corpos produzidos por Noll são furiosos. Com certeza, *A fúria do corpo* é o que melhor representa tal excitação. Conforme afirma a personagem deste romance, “Os corpos vazam sua energia e a realidade era a mistura de todos os elementos” (NOLL, 2008b, p. 101). São agenciamentos que permitem infinitas construções identitárias, de gênero, de sexo, funcionando como um corpo sem órgãos: “O corpo é tão-somente um conjunto de válvulas, represas, comportas, taças ou vasos comunicantes: um nome próprio para cada um, povoamento do CsO, metrópoles, que é preciso manejar com o chicote” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 12).

O corpo para estes autores é uma antimatéria, posto que é a potência necessária para a fuga às normas. O corpo sem órgãos (CsO) é a desvinculação do corpo (re)produtivo como fim-último da existência humana. É uma reclamação às experiências negadas e recalçadas ao longo da história do ocidente pela culpa cristã e pelos fantasmas psicanalíticos.

O CsO é o que resta quando tudo foi retirado. E o que se retira é justamente o fantasma, o conjunto de significâncias e subjetivações. A psicanálise faz o contrário: ela traduz tudo em fantasmas, comercializa tudo em fantasmas, preserva o fantasma e perde o real no mais alto grau, porque perde o CsO (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 11).

O corpo sem órgãos é, necessariamente, um projeto político-filosófico anti-humanista, antipsicológico e anticausal. Isso implica dizer que se trata de uma perspectiva analítica e militante acerca da produção dos saberes sobre os corpos e das práticas de si, fora dos esquemas heteronormativos psicanalíticos, fora dos contínuos da hermenêutica de causa e efeito e longe da manutenção de uma certa ontologia do sujeito.

A experiência do corpo sem órgãos é a potência de subversão dos corpos docilizados. É, no limiar, uma experimentação não natural, cujo corpo é não apenas palco, mas também personagem da performatividade empreendida.

[...] eu mordida o seio dela que guardava o coração você me dizia vem, e em cada convite mais uma curva do labirinto se desenhava; eu enfrentava mais uma curva e me perdia mais uma vez ao teu encontro. E cada encontro nos lembrava que o único roteiro é o corpo. O corpo (NOLL, 1989a, p. 24).

As personagens de Noll são sujeitos que se conectam a partir de seus corpos, das precariedades que compartilham, estabelecendo ligações com o mundo, afetando e sendo afetados por ele. Colocam sob rasura radicalmente a masculinidade hegemônica: constitutiva exclusivamente dos homens, sexualmente ativa, máscula e viril, oposta ao feminino (NOGUEIRA, 2015). Seus corpos são constantemente atravessados por experiências fora dos limites do sistema de valores heteronormativos.

Gilmaro Nogueira (2015), a passividade é vista como um adjetivo de terceira categoria, visto que o reconhecimento da masculinidade fálica é simbolizado pelo pênis, penetrador e ativo. Logo, os homens afeminados, passivos, que “dão pinta”, são mais comumente rechaçados nos meios de pegação sexual entre homens. É fundamental ressaltar que o sujeito passivo e afeminado, compreendido como uma identificação subalterna em relação aos sujeitos ativos e que reproduzem uma masculinidade viril, é rechaçado porque simula uma performatividade de gênero feminilizada. Como vimos na análise dos produtos de “literatura gay”, ser homossexual respeitado é agir com a performatividade masculina. Os gays afeminados são descritos de forma injuriosa e questionados em sua identidade de gênero.

Sendo assim, podemos constatar que não se trata apenas de uma prática sexual, mas, sobretudo, de uma performatividade de gênero que é lida como inferior, menor e improdutiva: a feminina. O homem afeminado passa a ser identificado como um traidor da masculinidade, e que, portanto, não é merecedor de ser desejado. Conforme Nogueira (2015, p. 260), “esses padrões exercem relação também com uma ideologia que concebe o gênero como um atributo natural do sexo, de forma que ser homem significa ser masculino, ‘machão’”. É muito importante notar a carga de machismo e sexismo que é produzida nesses discursos, pois há relação entre as

identidades de gênero e sexuais. E a representação do feminino ocupa um lugar de inferioridade na escala dos desejos.

Vejo dois homens um em cima do outro sobre a capota de um carro, em volta algum público torce pela luta-livre, mas os dois homens nem se mexem abraçados em cima do carro e não percebem que aquela suspensão de qualquer movimento não é um impasse de forças mas um copular de masculinidades momentaneamente extraviadas da luta para ingressarem no prazer do corpo-a-corpo, tanto que sem passarem por uma posição intermediária os dois homens levantam-se de um golpe e fingem não notar as calças molhadas (NOLL, 1989a, p. 173).

O toque que estabelece o contato com o corpo do outro é interdito entre homens, porque representa afetividade, atributo geralmente marcado como feminino. No fragmento acima de *A fúria do corpo*, a personagem presencia uma situação sensual entre dois corpos masculinos que momentaneamente se desejam, se esfregam e sentem prazer com o contato do corpo do outro.

Além das masculinidades, as feminilidades são também subversivas. Suas precariedades deslocam a feminilidade hegemônica, concebida como constitutiva exclusivamente da mulher, “sexualmente passiva”, “dócil”, “delicada”, “naturalmente materna” e “oposta ao masculino”.

Jack Halberstam (1998), ao analisar a performatividade de mulheres masculinizadas e sua situação de exclusão pelo feminismo mais tradicional, constata que a masculinidade não pertence ao homem, assim como a feminilidade não pertence à mulher. Sendo assim, os comportamentos mais comuns esperados pelas mulheres, como paciência, docilidade, amorosidade, passividade, dependência, ingenuidade, fraqueza, emotividade e, principalmente, virgindade e pureza sexual, são completamente subvertidos pelas personagens femininas de Noll.

Afrodite, personagem de *A fúria do corpo*, é uma retirante nordestina cujo nome recebido reflete bem o imaginário mítico tanto da deusa grega Afrodite, a deusa da beleza e da sensualidade, como das características da deusa Orixá Oxum, do universo religioso do candomblé, como uma mulher de rara beleza, sensual, provocadora e muito alegre (ROSÁRIO, 2008). Afrodite é quem organiza a personagem toda vez que sua desordem lhe impede de viver. Afrodite é quem constantemente convida o narrador-personagem ao sexo, é quem se prostitui primeiro

para sobreviver, quem toma as rédeas das situações difíceis e possui uma enorme vontade de vida.

O corpo de Afrodite é como se eu navegasse no alto-mar, densas ondulações no deserto das águas, apenas o sol como a outra presença viva, é quente o corpo de Afrodite, o sol vem do interior das profundas águas de Afrodite recendendo a terra, a boca aberta para o ar: sobre Afrodite vivo a epopeia de um primata (NOLL, 1989a, p. 17).

É através do corpo de Afrodite que a personagem aprende o roteiro das experiências escatológicas, das transas mais intensas e dos mistérios do amor. Afrodite perde-se da personagem constantemente. Vive sua vida fora dos trilhos do seu amado, que está sempre à sua procura. É ela quem de modo imperativo exige que ele enfie a mão em sua buceta e lhe dê prazer.

– Enfia a mão na minha buceta...

Afrodite arreganhou os lábios da buceta com os dedos e eu só aí notei que ela estava menstruada. Eu gostava daquele sangue, imprimiria nele a minha sede que ficava vermelha, vermelha era a minha sede, e meu pau subia e nisso estava a minha dignidade, não a minha dignidade de macho ou qualquer coisa que significasse minha cidadania há tanto aviltada pela Cidade que me fora dada, não era nem macho nem fêmea, nem cadela nem galo, eu era meu pau subindo [...] (NOLL, 1989a, p. 26).

Em *O quieto animal da esquina*, a personagem feminina que tem maior destaque é Amália: ela trabalha na casa da família que adotou o sujeito que narra, vive um romance com este narrador, deixa-o e vai embora, retorna grávida de outra pessoa e recusa-se ao papel de mamãe.

– Por onde estiveste? – perguntei.

– Fiquei louca por um sem-terra, fui atrás. Acabei prenha, fugi, fui inchando, inchando tanto que um dia passei por um lugarejo e na farmácia me pesei: cento e quinze quilos. Estava perto de vir, procurei a minha irmã, encontrei ela onde desconfiava, a uns trinta quilômetros dali, ela me tirou a coisa da barriga mais rápido do que eu pensava, não demorou muito fugi, corri pelo campo com a coisa nos braços e afoguei ela no primeiro rio. Me pegaram, fui presa, agora estou aqui (NOLL, 2003b, p. 70).

O modelo feminino heterossexual criado em nada corresponde a Amália. Como a reprodução foi naturalizada como destino social esperado às mulheres, a

maternidade e o desejo em ser mãe também são naturalizados, a fim de ligar a mulher à procriação e criar um inevitável dom da maternidade. É Amália quem também, ao transar com o narrador, experimenta pela primeira vez o sexo anal e, a partir de então, passa a pedir para ser “comida por trás” durante o sexo.

As personagens femininas nos romances de João Gilberto Noll são, geralmente, mulheres sexualmente ativas, donas dos seus corpos e dos seus desejos, sem registros de culpa ou vergonha do desejo que sentem, inteligentes e transitam em espaços públicos. Elas desestabilizam os discursos da norma sexual ao apresentar mulheres que não correspondem às descrições de feminilidade passiva, virginal e subalterna aos desejos masculinos.

Contrariando a perspectiva do projeto de engajamento da “literatura gay”, observado no romance *Longa carta para Milla*, cujo desempenho esperado de uma mulher lésbica é pautado no amor romântico, na busca por uma coerência identitária e no desprezo ao sexo sem compromisso amoroso, as personagens mulheres nas narrativas de Noll desviam-se do essencialismo e experimentam prazeres que são condenados pelas normas sexuais.

O gênero, assim, é uma camisa de força: instaura sujeitos inteligíveis e os abjetos. A composição binária dos gêneros – homem e mulher – pretende, portanto, estabelecer as diferenças sexuais e comportamentais humanas. Nos romances de João Gilberto Noll, a noção de corpo generificado marcado pela diferença binária é completamente subvertida. Suas personagens transitam entre os gêneros e constroem para si novas identificações.

Nos romances *A céu aberto* e *Acenos e Afagos*, Noll ultrapassou, com maior força que nos demais, os limites discursivos do gênero e do sexo. Em *A céu aberto*, o narrador-personagem vai nos apresentando a sua saga na tentativa de salvar seu irmão de uma grave doença, através de uma narração lírica e carregada de afetos, ausências e excitações. A narrativa começa apresentando as vidas precárias de dois garotos mendigos, abandonados pelo pai, e sem registro de mãe, sobrevivendo às vicissitudes do mundo, conforme a personagem diz ao irmão: “temos que chegar na presença do nosso pai até o fim do dia, precisamos lhe pedir uns trocados para a sua recuperação, é disso que somos feitos, de precisar, precisar, não ouviu essa história não?” (NOLL, 2008a, p. 17).

Assim, para salvar o irmão, a personagem resolve encontrar o pai, que está servindo numa guerra. Encontra esse pai e consegue o cuidado para seu irmão, e lá,

nesse campo de batalha, perde-se dos dois. Torna-se um soldado, chupa o pau do general e abandona a batalha, tornando-se um desertor. Conhece Arthur, antigo amigo de seu pai, e com ele passa a viver uma vida carregada de afetos, cuidados e também violências. Arthur é frequentador de casas de massagens e gosta de encontrar michês. Mesmo afastado do campo de batalha, a personagem é assombrada pela brutal situação de violência instaurada pela guerra e frequentemente perde-se em pensamentos e em suas memórias, afetos, prazeres e devires.

Ao perder seu irmão, a personagem tenta encontrá-lo, seguindo seus passos dentro e fora do cenário de combate. Ao encontrá-lo, começa a ler no corpo dele uma performatividade não masculina. Ainda no acampamento, encontra seu irmão vestido de noiva, casando-se. Noutro momento, fora da guerra, encontra o irmão vestido de sacristão, mas performatizando uma feminilidade fora dos limites desejados para um garoto.

O meu irmão não tirava a vestimenta de sacristão, pelo jeito estava gostando de andar de saia. Ganhara uma suavidade no olhar, os cabelos caídos de um lado da face, e eu ali por uns bons minutos com um joelho no chão analisando esse irmão que não reconhecia mais, quem sabe andava se transformando em minha irmã... (NOLL, 2008a, p. 59).

Essa situação cria uma estranha sensação de desejo na personagem. Aos poucos, via naquele corpo não um menino, seu irmão, com quem dividiu situações de extrema dificuldade financeira, mas um corpo feminino, uma outra existência, “os mamilos como que inchados, e tudo isso me deu a impressão de que meu irmão andava se realizando dessa forma, que era isso mesmo que ele queria da vida” (NOLL, 2008a, p. 64).

Aquele corpo, misto de masculinidade e feminilidade, acendia na personagem um enorme desejo. Não há, durante a narrativa, uma acusação, injúria ou opressão por parte do narrador contra o/a irmão/irmã. Há, inclusive, uma simbiose entre sua irmã e sua esposa:

Levantei-me e levei no colo até a cama. A luz vinha do corredor, e naquela penumbra descobri de vez que era o meu irmão sim a minha mulher, e me debrucei e beijei seus cabelos e enfurnei a mão entre suas pernas e fui indo assim (NOLL, 2008a, p. 65).

A vivência do gênero não está limitada pelo órgão sexual, mas pela subjetividade desse sujeito que não se conformou com a masculinidade atribuída. Na narrativa, a experiência trans* vivida pela irmã completa-se, inclusive, na linguagem, visto que o narrador passa então a referir-se a ela no feminino, de acordo com a identidade de gênero:

Perguntei cheirando-lhe o pescoço levemente perfumado se ela andava distraída. Ela suspirou e fingiu que voltava a si. Eu já era um homem apaixonado, ainda mais em saber que aquele corpo percorrera um itinerário tão tortuoso para chegar até ali (NOLL, 2008a, p. 67).

Já em *Acenos e afagos*, a experiência de gênero fora dos parâmetros da matriz cultural acontece com a própria personagem que narra. Ao ir transformando-se, paulatinamente, numa mulher, após casar-se com o seu amado engenheiro, a personagem descreve tanto as modificações corpóreas, biológicas, quanto as condutas sociais e de comportamento, ironizando, inclusive, a própria concepção de feminilidade esperada pela sociedade heterossexual.

Falei que o dia tinha sido cansativo. Que não me importava, pois sempre gostei de limpar e cozinhar. Mentir desse jeito parecia ser o que todos esperavam de um corpo consagrado do desempenho feminino (NOLL, 2008b, p. 90).

A performatividade de gênero é flagrada no modo pelo qual a personagem vai costurando uma feminilidade precária, assim como já desempenhava uma masculinidade também não coerente: “Perguntei se queria entrar um pouco. Enquanto entrava, me olhei todo, inspecionando a quantas andava a minha feminilidade. Não via mesmo uma mulher em mim. Talvez com o tempo” (NOLL, 2008b, p. 96).

Ao esforçar-se para desempenhar uma mulher, que nunca lhe fora anteriormente requerida – a qual, na verdade, lhe foi negada acessar, para que fosse instalada uma masculinidade máscula e viril –, fica mais marcado para a narradora que se tratava de agenciamentos não originais, sempre construídos e negociados com os atributos culturais de cada momento histórico. E, assim, ela sentencia: “Comecei a acreditar naquela altura que esses papéis [masculinos e femininos] talvez já fossem irre recuperáveis” (NOLL, 2008b, p. 97).

Não há fixação identitária, mas um constante devir. Como no romance, os sujeitos buscam estabilizar experiências que são fluidas, que podem ser fixadas

momentaneamente, mas que podem sempre ser transformadas. Masculino e feminino são aproximações precárias, grosseiras, não originais ou autênticas. “Ali, eu às vezes era mais mulher que muitas outras. De repente poderia acordar me sentindo mais homem que nunca” (NOLL, 2008b, p. 100).

O interessante é que a personagem vai aprendendo a lidar com uma série de situações nas quais precisa reiterar atos considerados femininos, para construir uma mulher naquele corpo e ir desaprendendo a performatividade masculina apreendida anteriormente. Só depois de uma performatividade social e linguística é que o corpo começa a “adequar-se ao corpo de uma mulher”.

Às vezes sentia que me brotavam seios e eu nem olhava para conferir. Eram sensações vagas, fluidas. Ao mesmo tempo, eu me preparava a cada dia mais para o virtuosismo de penetrar um homem até no mais fundo de suas vísceras anais (NOLL, 2008b, p. 107).

Enquanto nos projetos da chamada literatura gay – pedagógico, identitário e assimilacionista –, como vimos nos romances analisados, as personagens ficam marcas identitárias, constroem caminhos de manutenção da legitimidade da heterossexualidade e almejam reconhecer uma “normalidade” ou “naturalidade” na homossexualidade, nos romances de Noll, as personagens escapam pelos orifícios da Lei e brincam com os gêneros inteligíveis, misturando-os, dilacerando-os, subvertendo-os.

A grande referência literária brasileira que trouxe a discussão dos gêneros inconformes foi Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: veredas*, em 1956. Mesmo a despeito do silenciamento da crítica literária brasileira moderna em abordar a temática de gêneros e sexualidades dissidentes, o teórico norte-americano Daniel Balderston (2004) traz uma interessante leitura desse romance, em seu livro *El deseo, enorme cicatriz luminosa: ensayos sobre homosexualidades latino-americanas*.

Segundo Balderston (2004), é equivocada a leitura que fazem das personagens Riobaldo e Diadorim, acreditando que por trás da suposta “história de amor homossexual”, há um “romance heterossexual”, como se a identidade de gênero “válida” fosse exclusivamente o fato da personagem Diadorim possuir uma vagina e, logo, constituir-se numa mulher. O equívoco reside justamente na necessidade em atender a uma coerência, a uma lógica identitária, amparada apenas pela genitália. O enquadramento numa homossexualidade estável acaba por reproduzir a lógica de

normalização do pensamento heterossexual, ou seja, enquadrar o amor e a atração sexual em um padrão de desejo, que não pode ser alterado.

Também, a riqueza do duplo em ambas personagens, Riobaldo e Diadorim, está na forma como suas masculinidades e feminilidades precárias foram forjadas. Sem a instabilidade do gênero em Diadorim e do desejo sexual em Riobaldo, o romance apenas reproduziria a vontade de estabilizar as identidades sexuais, de gênero e dos desejos.

Pareceria que la aceptación de conceptos jungianos como el "eterno femenino" priva a Nunes (sin duda uno de los críticos mas inteligentes de la obra de Rosa) de la posibilidad de trabajar las multiples ambigüedades de la relación Riobaldo-Diadorim. Esta no alcanza a comprenderse si nos limitamos a tratar de dilucidar si Diadorim es mujer, o mujer/hombre, o andrógino, o dual, etc., sino que es necesario verla como una crisis de categoria (para utilizar el conocido concepto de Thomas Kuhn). Riobaldo piensa que esta enamorado de un hombre, cosa que le preocupa pero que logra dilatar; sin embargo, el descubrimiento posterior de que ese hombre es mujer no explica el deseo que sintió antes por muchos años cuando pensaba que era hombre (BALDERSTON, 2004, p. 88).

Para o autor, o que ocorre com Riobaldo é um arrebatamento não pela personagem Diadorim que é revelada ao final, com sua morte, e concebida como mulher, mas pelo amigo Diadorim, aquele rapaz por quem sentia um afeto e um desejo enorme. Não se trata, portanto, de uma identidade de gênero e sexual estável e reconhecível, mas, sim, fora dos limites dos gêneros inteligíveis. Guimarães Rosa contribuiu bem mais com uma desestabilização do pensamento heteronormativo do que com a legitimação de uma identidade.

Assim como em *Grande Sertão: veredas*, os romances de Noll pode parecer que há um imperativo heteronormativo que age nas personagens para que exerçam uma representação sexual de casamento heterossexual. No entanto, acreditamos que essas combinações “heterossexuais” são precárias e contribuem mais com a denúncia de uma norma do que com a manutenção dela. Em *A céu aberto*, as personagens lidam com o tabu do incesto, através do relacionamento amoroso e sexual entre irmãos, com a experiência de uma mulher trans*, um casamento fora dos parâmetros da matriz de inteligibilidade cultural.

Em *Acenos e afagos*, Noll vai desestabilizando com a constituição performática do gênero feminino, subvertendo, inclusive, a noção de casamento burguês heterossexual, embasado na crença do pênis/homem/penetrador e da

vagina/mulher/penetrada. No romance, a narradora é quem penetra o seu marido – que é brocha –, subvertendo também a presunção de prática heterossexual: “O meu pau tinha uma missão especial: comer a quem parecia me querer como mulher” (NOLL, 2008b, p. 93). Além disso, em muitas passagens neste romance, é flagrada a crítica que Noll faz ao pensamento machista e patriarcal, ao sujeitar o feminino ao âmbito do privado, daquilo que é secundário, menos importante e inferior. “Antes de acompanhá-la até a varanda me perguntei se era isso mesmo o que eu queria: ser prisioneira do lar e seus serviços” (NOLL, 2008b, p. 94).

Ao longo do romance, a personagem vai perdendo o pênis, e criando em si uma vagina. Mas não enxerga nestes órgãos o fim do prazer sexual ou sua identidade de gênero. Ainda performando um corpo masculino, acredita que o cu é também uma fonte de prazer: “Se eu ficasse assim tão impotente pela vida afora, me acostumaria a dar o cu, passaria a gostar da brincadeira, quem sabe até me viciar. Passaria a gozar por trás, pronto” (NOLL, 2008b, p. 62).

Essas personagens e suas experiências de gêneros inconformes e de desidentidades sexuais demonstram a plasticidade das subjetividades e dos agenciamentos que transpassam a existência humana. Não se trata de um “terceiro gênero” ou de uma terceira “identidade”, mas de sujeitos cujas intensidades não foram castradas, frustrando a ordem sexual hegemônica e expondo a sua ficção.

A cartografia desses corpos não generificados pelo binarismo sexual atravessa uma série de experimentações sexuais, mas também de muitas precariedades e violência. Butler (2015b), em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, analisa a violência epistêmica de instauração das precariedades. Segundo a autora, em todas as sociedades, criamos códigos de distinção, não só de valorização social, mas do próprio reconhecimento da humanidade. Ou seja, são construídos os sujeitos que não são reconhecidos como sujeitos, os quais, portanto, formam o contingente de vidas que não importam socialmente, desprezadas em sua existência e violadas em sua cidadania.

São essas vidas que habitam os romances de João Gilberto Noll: constituição de sujeitos, corpos e existências que foram talhadas para serem esquecidas e subalternizadas. São multidões que descentram a naturalidade dos sujeitos e desterritorializam as identidades essencializadas. São, pois, corpos pós-humanos, ciborgues (HARAWAY, 2009). São vidas vagabundas.

Para Butler (2015b), a precariedade se constitui a partir do não reconhecimento daquela vida que não goza dos elementos da cidadania. Essas vidas não são passíveis de luto, do sofrimento coletivo: “A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BUTLER, 2015b, p. 31).

A precariedade aparece em todos os romances de João Gilberto Noll e constitui a existência de suas personagens: seja através das vivências de personagens que vagam, como mendigos ou desertores, como em *A fúria do corpo*, *Bandoleiros* e *A céu aberto*; como estrangeiros, em *Berkeley em Bellagio*, *Anjos das ondas* e *Lorde*; como andarilhos, como em *Hotel Atlântico* e *Solidão Continental*; ou como vagabundos e aproveitadores em *Harmada* e *O quieto animal da esquina*. São justamente a precariedade e a abjeção que os unem, tornando-os o contingente dos “corpos que não importam” (BUTLER, 2011).

O quieto animal da esquina é o sexto romance de Noll, publicado em 1991. Nele, um sujeito lembra-se da sua vida de transgressão, aos dezenove anos: um vagabundo, um poeta, vaga pela cidade de Porto Alegre, buscando sobreviver diante da precariedade social e humana. Até os dezenove anos, mora e cuida da mãe. Ao transar com uma vizinha de menor, é preso por tê-la estuprado. Na prisão, conhece uma família alemã muito rica e é adotado por ela.

Essa personagem corresponde ao perfil do anti-herói: malandro, aproveitador e sempre de olho em uma boa oportunidade de ganhar dinheiro e subir na vida. É, possivelmente, um romance em que as questões de classe mais se tornam evidentes. Como a personagem não desenvolve vínculo afetivo pela família que o adota – a qual está se deteriorando, pois Gerda (a esposa) está doente com câncer, Otávio (outro membro da família) adocece e Kurt (o esposo), após a morte da mulher, também descobre que está doente. Ficar com eles justifica-se apenas pela rentabilidade financeira que pode herdar. A crueza com que a personagem lida com a morte é notória. A sua relação com essa família é marcada pela relação com o capital.

Sentei na outra ponta da mesa e pensei, não quero: o que me adianta ele ter me tirado da cadeia para me enredar com a doença da velhice? – foi Gerda, agora é Otávio, e nesta noite chego e o vejo além de bêbedo todo podre, dizendo que não vai morrer. Enfim o que ganho com isso? (NOLL, 2003b, p. 82).

Assim, a marginalidade e a precariedade financeira e moral compõem o universo amoral, em que a personagem está inserida. Os corpos nos romances, neste em especial, performatizam vidas precárias, posto que estas são afetadas por tudo aquilo que desumanizam e assujeitam: as relações de classe, as relações de gênero e sexuais, as identidades estáveis, etnicorraciais¹⁹, as situações de estrangeiridade e nacionalidade, os corpos doentes, sujos e contaminados por excrementos. A tônica principal em suas produções literárias é a desconstrução de um sujeito estável, principalmente, em relação à construção de personagens que frustram as expectativas heteronormativas das masculinidades e feminilidades.

Segundo Maria Bernadette Velloso Porto (2007), ao analisar em romances do Quebec personagens andarilhos, vagabundos e mendigos, há uma clara distinção entre as categorias de sujeitos chamados de errantes produtivos e vagabundos, diferentes faces do andarilho. O primeiro, permeado por um universo de pessoas que trabalham em subempregos ou como ambulantes; o segundo, são corpo improdutivos, vivem das migalhas e dos favores alheios. As personagens de Noll podem ser localizadas nesse universo do submundo da precariedade existencial e material: andarilhos, errantes, mendigos e vagabundos.

A potência da vagabundagem está no cerne do que ela representa em si mesma: a não produção de capital.

As reflexões sobre a prática do andarilhar devem levar em conta as diferentes faces da figura do vagabundo que pode se revestir do charme relativo a um estilo de vida e da força da transgressão e da contestação de quem se opõe ao sistema econômico, ou que pode ser visto como marca de degradação humana nas grandes metrópoles (PORTO, 2007, p. 138).

A prática da vagabundagem é recorrente nos produtos culturais brasileiros, principalmente, para demarcar classes sociais, refinamento, pertencimento identitário, criar repúdio ou compaixão. Clarice Lispector, escritora reconhecida por produzir textos intimistas e voltados para o “eu”, também explorou os limites da vagabundagem. No conto *A Bela e a fera ou a ferida grande demais*, Lispector (1999) narra a angústia vivenciada pela personagem Carla de Souza e Santos, grande dama da sociedade carioca, ao ser interpelada por um mendigo sem perna: “Moça, me dá

¹⁹ Este tema não é frequentemente abordado pelo autor, mas aparece em alguns romances.

um dinheiro para eu comer?” (LISPECTOR, 1999, p. 96). Esse encontro modificou completamente a alteridade da personagem Carla, em sua relação com o mundo e com o outro.

O contato com a vagabundagem afetou Carla em definitivo. Impôs sobre ela tanto a condição precária a que determinadas existências são submetidas, quanto a sua própria condição de privilégio em relação a esse outro. Carla representa os corpos inteligíveis e pelos quais choramos, nos termos de Butler (2015b). Participa da classe de pessoas cidadãos, possui acessos e é reconhecida socialmente. É casada, possui capital e, portanto, pode consumir. Aquele mendigo representava tudo o que Carla precisava ignorar para continuar a sua vida. A existência daquele corpo inconforme com os padrões econômicos e sua visibilidade coloca em xeque a tranquilidade da sua consciência.

A vagabundagem e a mendicância, portanto, desorganizam o mundo do capital, pois torna visível a face perversa do capitalismo – e suas consequências: para que alguns continuem a consumir, outras existências precisam ficar de fora. “Teve uma vontade inesperadamente assassina: a de matar todos os mendigos do mundo! Somente para que ela, depois da matança, pudesse usufruir do seu extraordinário bem-estar” (LISPECTOR, 1999, p. 100).

Aquele contato com uma vida anônima esfrega na cara da personagem que a sua vida é atravessada por outras existências e também produtora de subalternidades. “Tomava plena consciência de que até agora fingira que não haviam os que passavam fome, não falavam nenhuma língua e que havia multidões anônimas mendigando para sobreviver” (LISPECTOR, 1999, p. 102). O contato transformou aqueles corpos-em-si em corpos-afetos, pois a cortina invisível do privilégio que os separavam caiu momentaneamente e afetou a sensibilidade da personagem Carla.

Esse conto da Clarice Lispector toca, através da experiência da alteridade, na relação entre vida vivível e vida precária, conforme Butler (2015b) nos apontou, mas também nos ajuda a compreender o quão imprescindível é a relação com esse outro, com esse exterior constitutivo, para podermos ampliar as referências dos contextos de assujeitamento, bem como pôr em xeque os dispositivos que mantêm as opressões. Somente com a capacidade de se deixar afetar é possível construir essa ponte e compreender que nossas subjetividades estão implicadas. “Sempre era ela – com outros, e nesses outros ela se refletia e os outros refletiam-se nela” (LISPECTOR, 1999, p. 95).

Como no conto da Clarice Lispector, os romances de Noll são permeados dos corpos vagabundos, mendigos, que estão por aí a afrontar o sistema com a sua existência. Não são corpos docilizados, humanizados e higienizados. É importante que vejamos a potência transformadora nesses contatos e nessas personagens. Não se trata de uma louvação romântica da mendicância, mas de problematizar sua existência naturalizada nas cidades. Estes corpos expõem o caráter de crueldade do capital e de toda a sociedade que com ele compactua. A vagabundagem precisa ser vista, então, como um devir, um devir-vagabundo, que vive a espalhar o terror para que os corpos-cidadãos não vivam uma paz cega.

Assim, são essas precariedades e deslocamentos que desorganizam os padrões sociais estabelecidos que fazem com que a escrita de Noll contribua com uma política *queer*, ao apontar certezas provisórias e diferentes formas de estar no mundo. Corpos-afetos, gêneros inconformes, escrita terrorista e promíscua, sexualidades precárias, línguas menores, desejos, gozos anárquicos e afetos diversos constituem as multidões discursivas que buscam ampliar os códigos inteligíveis de humanidade e novas vidas possíveis.

5 AFTER

Acredito que em algum momento, todos nós, participantes do português brasileiro, já ouvimos ou mesmo falamos a expressão em inglês “*happy hour*”, que, literalmente, significa “hora feliz”. Essa expressão, cunhada dentro de um *modus vivendi* heterossexual, remete, geralmente, aos encontros entre pessoas amigas ou colegas, que ocorrem após o expediente de trabalho, como diversão, lazer ou comemoração, em bares, restaurantes etc. O “*happy hour*” heterossexual foi reapropriado pela comunidade LGBT* e tornou-se o “*after*”.

É frequente em alguns encontros, paradas e movimentos LGBT*, sobretudo de gays masculinos, ao final de um evento ou atividade, amigas/os em comum se perguntarem: “onde será o nosso *after*?”. Este termo em inglês, que traduzido para o português corresponde à palavra “depois” ou “após”, indica a comemoração posterior de um evento ou trabalho.

Ao utilizar a expressão pajubeira “*after*” como título desta seção, cuja função seria concluir o trabalho apresentado, pretendo mais compartilhar as inquietações, os posicionamentos, as dúvidas, incertezas, os descobrimentos, desdobramentos e novas perspectivas que vieram “depois” desses dois anos de pesquisa. Isso quer dizer que não me propus a simplesmente reificar dados ou constatar resultados de pesquisa, mas antes pensar os frutos, os incômodos, os foras, as aberturas e os novos rumos cartográficos, mesmo que ainda incertos, para os quais este trabalho abre.

Começo, nesse aspecto, pensando a experiência da abjeção que é tão presente na literatura de João Gilberto Noll e na vida de pessoas que, em algum momento, fugiram à norma reguladora dos gêneros e da sexualidade. Uma certa vez, ouvi de alguém: “Mas essas personagens de Noll são ficcionais, não são reais, elas não existem na vida real”. Essas afirmações acompanharam-me durante todo o tempo na escrita. Não porque tenha algum interesse em provar que tais personagens sejam ou não “videntes” neste mundo compartilhado chamado “real”, mas porque queria saber se essas personagens, de algum modo, “personificavam” sujeitos excluídos do acesso à humanidade, posto que (sobre)viviam nas zonas da abjeção.

Lembro-me de que durante a infância e adolescência, fui uma menina que performava um corpo, um gênero e uma sexualidade em conformidade com as expectativas da heteronorma: brincava de boneca, participava da igreja católica, trilhava os caminhos da vaidade dita “feminina” (tinha longos cabelos), queria namorar

apenas garotos, pensava em ser mãe etc. Eu era uma existência generificada de sucesso.

No entanto, aquela vivência, regulada e repetida por todas as representatividades femininas que eu tinha como referência, lá no fundo, não sei porque, começava a me incomodar. E foi na juventude que inquietações e algumas contestações se manifestaram com força. Saí da igreja, cujas respostas não mais me satisfaziam. Namorar garotos ou ser mãe já não eram planos importantes: eu gostava de estudar, de ler, conhecer e descobrir coisas novas. Ao começar a cursar a graduação nos cursos de Letras e Ciências Sociais de modo concomitante, aos poucos, algumas respostas vieram. Até então, as minhas subversões eram apenas intelectuais, fruto do contato com autores (poucas autoras), teorias e narrativas ficcionais. Meu corpo, meu gênero e minha sexualidade não eram questionados. Então, eu continuava gozando do privilégio de ser sujeito inteligível, mesmo sendo atravessada por outras experiências subalternas.

Lembro-me que, num dia qualquer, decidi que queria cortar o cabelo. Não era um corte específico, aparar pontas, essas coisas. Queria cortar. Cortar todo o cabelo, sabe? Isso soava estranho saindo da boca de uma menina, cuja marca exterior primordial de feminilidade é os longos cabelos (preferencialmente lisos, para agradar a “Casa Grande”). Corri pelo bairro em que morava em muitos salões de beleza, comandados por mulheres, mas sem sucesso. Só ouvia: “não, não posso cortar seu cabelo todo. Não vai ficar bonito. Você vai se arrepender, se fizer...”. Entrei numa barbearia, sentei na cadeira e disse ao barbeiro: “quero cortar o cabelo todo”; “posso passar a máquina?”, ele perguntou. “Sim”, respondi. Em menos de trinta minutos tive meu desejo realizado, cabelos bem curtos, do tipo “joãozinho”, como é popularmente conhecido na Bahia. Eu não sabia o quão cruel seria a experiência da abjeção que me aguardava a partir daí.

Na rua, as pessoas olhavam-me buscando descobrir o que havia de errado comigo. Os olhares me inquiriam: “Por que você fez isso? O que há de anormal com você?”. Quando eu cheguei à minha casa, minha mãe me olhou com um ar de desaprovação que eu nunca tinha visto. Não disse nada. Não falou comigo durante uma semana. Alguns amigos, principalmente homens, questionavam a minha beleza, perguntando: “Por que uma mulher abriria mão da sua *beleza natural*?”. Já as amigas, questionavam a minha sexualidade: “você está parecendo um homem. Daqui a pouco

vai querer namorar comigo!”. Eu cortei o cabelo e, de quebra, tinha me tornado masculina, que para essas pessoas era o mesmo que lésbica.

Descobri, a duras penas, a partir da injúria, da abjeção e da experiência de ser o *Outro*, que uma pequena modificação nos códigos de acesso da minha suposta “feminilidade” colocou em suspensão o meu direito a existir como humano, de acordo com os padrões da sociedade que me observava e regulava. O meu corpo já não mais performava uma feminilidade incontestável e infalível. Logo, ao transitar pelas ruas, ou no próprio seio familiar, o tempo inteiro eu era interrogada nos olhares das pessoas, não do porque tive vontade de cortar o cabelo, mas o motivo que justificasse a minha recusa em “ser mulher” (claro, uma mulher heterossexual). Um amigo, muito próximo naquela época, começou a me tratar com fortes tapas nas costas ao me cumprimentar, típico tratamento da performatividade da “macheza heterossexual”.

Eu só pensava: “Gente, é só um cabelo. Nesta cidade (Salvador) faz muito calor. Quis cortar porque faz muito calor ter um cabelo longo. Além de dar muito trabalho. Mesmo assim, é só um cabelo!”.

Aquele cabelo curto denunciava uma existência deficiente, anormal, problemática, doente ou uma rebeldia que precisava ser controlada, curada, sanada. O meu corpo era lido como uma aberração. Um projeto heterossexual fracassado. Esse pequeno relato pessoal apenas ilustra como funcionam, na chamada “vida real”, as experiências de abjeção, interdição e controle quando os corpos escapam aos processos de normalização do gênero e da sexualidade.

É preciso ressaltar que esse pequeno episódio da minha vida não exemplifica toda e qualquer experiência de abjeção vivida pelos sujeitos. O modo como vivenciamos e lidamos com a violência da rejeição e do insulto possui diferentes intensidades. Posso afirmar, por exemplo, que ocupo um lugar de privilégio frente às pessoas trans*, negras e negros, pessoas com deficiência, mulheres masculinizadas, bichas afeminadas e mais uma série de pessoas que habitam o contingente das multidões *queer*, posto que as subalternidades que me atravessam são mais socialmente toleradas, de diferentes modos e em diferentes contextos, do que essas expostas acima.

Assim, o que quero chamar atenção é que a experiência da abjeção é violenta para com os sujeitos que precisam conviver com ela, vivenciá-la em algum momento da vida. O medo em passar por tal experiência faz com que muitas pessoas vivam uma vida abjeta de silêncio e segredo. Mas, aquelas que são “ozadas” o suficiente

para questionar as normalizações que geram opressões, ampliam as possibilidades das “vidas vivíveis”, agenciando vidas outrora impossíveis e expandindo os limites de sua própria existência.

Ao nos depararmos com aquelas existências precárias nas narrativas de João Gilberto Noll, podemos, em algum momento, duvidar das suas existências. Duvidar que existam sujeitos que borram as normas sexuais e de gênero ao limite, porque estão mesmo muito além (ou aquém) daquilo que reconhecemos como humanidade. Entretanto, engana-se quem crê que tais escritos são “puramente ficcionais”. São escrituras feiticieras justamente por isso: transitam no limiar entre fantasia e realidade. Aquelas personagens estão por aí, aos montes. Somos nós, as/os desajustadas/os. Algumas pessoas simplesmente preferem não nos ver. Não nos enxergar. Fazem como a personagem de Clarice Lispector, no conto *A Bela e a Fera ou a ferida grande demais*, ao fingir ignorar que “havia multidões anônimas mendigando para sobreviver”, e assim dormir seu sono tranquilo.

Mas, nós resistimos. E existimos. Estamos em todos os lugares. Inclusive, ocupando os espaços de poder. Um grande exemplo é a existência e o trabalho da/o artista e doutoranda/o Sara Elton Panamby. Ao apresentar seu trabalho, na 5ª Letras Expandidas (PUC-Rio), deste ano, na mesa *Corporalidade, gênero, arte e política*, Sara Elton Panamby começou dizendo que “podem me chamar como quiserem, de ele ou ela...”. Ela/ele está nos dois gêneros e em nenhum. Como a sua arte também é a sua pesquisa de doutorado na UERJ, Panamby inscreve o seu corpo para além do binarismo de gênero e/ou sexual. Tem seios e barba. Reivindica uma ascendência negra e nordestina. Ele realizou uma intervenção cirúrgica dividindo sua língua ao meio, buscando acessar um devir-cobra ou aquilo que a humanidade sempre lhe negou: o inumano. Panamby inscreveu o seu corpo e a sua existência na rasura da “normalidade”. O inumano a constitui.

Essa existência precária, que corresponde a uma cronologia e cosmos, além ou aquém do projeto humanista, e que reclama novas formas de se pensar o humano, é o que Noll chamou de “infra-humano”:

Eu entrava num coma branco, sem razão ou se sentido, bem provável, e, se assim permanecesse, acabaria reconstruindo por inércia um certo gozo, renitente, fino, restrito, infra-humano que fosse, mas um gozo alcançando enfim certa fluidez genérica no espírito, é, um aceno lírico desmanchando a intriga mais íntima, desfazendo o antigo nó –

com esse precário gozo eu permaneceria ali deitado naquela mesa de cirúrgica pelo resto dos meus dias (NOLL, 1999, p. 70).

O fragmento acima foi retirado do romance *Canoas e Marola*. Nele, a personagem acaba de acordar, mas encontra-se inerte, improdutiva, com preguiça mesmo de operacionalizar a vida prática. E, esse momento, que se repete muitas outras vezes ao longo da narrativa, constitui instantes de gozos precários e “infra-humanos”. Mesmo não tendo utilizado novamente esse termo nos romances posteriores, acredito que há enorme potência nesta expressão.

“Infra” é um prefixo de inferioridade. Remete ao que está abaixo, que é inferior, que é base e, portanto, está escondido, escamoteado. A inumanidade, portanto, reside no “infra-humano”. A sua emersão é a implosão de um projeto de humanidade baseado na razão e no “eu”. É importante observar que não leio a expressão infra-humano como algo inferior, no sentido valorativo, ao legitimar uma existência acima e outra que está abaixo, de modo vertical e hierárquico. Operar dentro dessa perspectiva, é continuar o projeto humanista.

Desse modo, a partir das leituras realizadas nos romances do referido autor, a “infra-humanidade” precisa ser pensada como um devir. É uma potência que reside em todos os sujeitos, são as precariedades que nos atravessam, o momento em que nos tiram a humanidade, porque a definição de “humano” já não comporta existências outras. A proposta da infra-humanidade destrona a centralidade do sujeito e questiona os saberes biomédicos dos corpos, e pode perpassar experiências como de uma menina que, de repente, pensa em cortar o cabelo, ou em uma mulher que usa barba, tem uma língua de serpente e se reconhece em ambos os gêneros ou em nenhum.

Assim como Deleuze enxergou a potência no esquiso, em seu estado de devir-animal, Noll vê na infra-humanidade uma possibilidade de agenciamentos inumanos. Em entrevista à Saraiva Conteúdo, em que discutiu a função da linguagem como experiência em suas produções literárias, Noll fala sobre a noção de infra-humanidade e de como ela é um agenciamento que nos atravessa.

Acho que a condição dos meus personagens, realmente, é uma condição infra-humana. Por isso que, às vezes, até a linguagem é um pouco demencial, ela não dá conta de dizer as coisas na cristalinidade da linguagem mais funcional, mais operacionalizante. As coisas realmente estão aquém do que um convívio social exige. São pessoas

que, como em *Lorde*, podem acordar ao final do livro e não ser mais quem eram. A vida nos oferece esse quadro. Inclusive, o fato de eu precisar de alguém que fale por mim na ficção, já é um testemunho de fragilidade. Como é que o João, cidadão, com uma vida social, vai dizer tudo, digamos assim, daquilo que você esquece debaixo do tapete, porque a literatura é um pouco você levantar o tapete, mostrar aquilo que esconde socialmente. Você não vai numa reunião social para dizer as coisas como meus protagonistas dizem. Porque seria, realmente, um atestado de infra-humanidade (NOLL, *apud* SARAIVA, 2010).

Nessa perspectiva, as personagens infra-humanas de Noll vivem permanentemente no mundo das heterotopias, como chamou Foucault (2014, p. 14). “Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo”. Já vivem uma outra humanidade, uma outra corporalidade, em “contraespaços”. No entanto, os habitantes do pensamento moderno ocidental e seus projetos humanista, neoliberal e identitário hegemônicos ainda insistem em não reconhecer.

Diferente das propostas encabeçadas pelas novas narrativas ficcionais de mercado comercial, chamadas de “literatura gay”, a infra-humanidade heterotópica não busca assimilação, visto que a sua potência reside na implosão das normas que geram opressão. Também, não inicia uma trajetória militante, um engajamento identitário institucional que cause exclusões de outras identidades subalternas. E, portanto, não constrói uma pedagogia de clausura, amarrando os sujeitos a um “jeito certo de ser e de existir no mundo”, sem respeitar as suas singularidades.

Os projetos discursivos da “literatura gay” continuam operando politicamente com as noções de naturalização dos sujeitos, através dos discursos a partir da “essência”, “natural”, “normal”, “igualdade” e “verdade”, ou seja, com as mesmas armas filosóficas criadas para subalternizá-los e para excluir todas as existências fora do escopo conceitual de humanidade.

Nesse momento, ainda podemos nos perguntar: Mas, e o essencialismo estratégico? Ele não tem mais nenhum valor? Conforme já dito por Hall (2012) e Spivak (2014), trata-se de instrumentos discursivos a serem utilizados de modo muito criterioso, para não correr o risco de essencializar o sujeito novamente. Assim, concordo com Miskolci (2010) ao pensar o essencialismo estratégico como um importante instrumento unificador, mas em momento anterior à institucionalização e ao aparelhamento estatal dos movimentos LGBT*. No Brasil, tal instrumentalização – e cooptação – do Estado acabou por reiterar dispositivos políticos que segregam e

excluem sujeitos. Portanto, o momento atual requer mais que um “essencialismo estratégico”, ou, pior, um “essencialismo identitário”, como fazem narrativas sob a alcunha de “literatura gay”. Requer um movimento em rede, de alianças infra-humanas, fora dos esquemas heteronormativo, branco, cristão, masculinista, neoliberal e neocolonial.

No entanto, o mercado comercial de literatura opera sob suas próprias leis e distinções. Como publicar sem render-se? Não tenho respostas. No entanto, posso afirmar que o desejo e o movimento de vender texto literário e ser lido é um fluxo que atravessa escritoras e escritores.

Como a escritura de Noll é um ato antropofágico, ela é um ato de devoração, incorporação, contaminação, mas não de assimilação. A ação antropofágica frustra o ímpeto assimilacionista, posto que a incorporação realizada pela antropofagia instaura um ritual de aglutinamento e devoração de modo híbrido, disperso e não hierárquico da diferença, enquanto que o projeto assimilacionista instaura uma caricatura de enquadramento normativo, verticalizado e homogeneizador das identidades. A escrita da diferença é a libertação dos corpos que se apresentam na matéria artística; o projeto assimilacionista é a camisa de força reguladora de uma identidade.

Enquanto os projetos políticos da “literatura gay” se esforçam para assimilar uma suposta “essência” homossexual no seio da sociedade heterossexualizada, um posicionamento engajado e uma militância que ensina o modo de “ler como gay”, a proposta do infra-humano potencializa as micropolíticas dos corpos que resistem fora da matriz de intelegibilidade cultural.

Por isso, acredito que a agência feiticeira de João Gilberto Noll funciona como uma escritura *queer* no interior do cânone, mobilizando forças e potências infra-humanas. Sua narrativa subversiva é terrorista, porque provoca o pavor, o medo e o pânico nas convenções sexuais e de gênero, bem como na utilização de uma estética fronteira. É a essa fissura que Deleuze e Guattari (2014) chamam de literatura menor, um agenciamento subalterno que desorganiza a causalidade e o senso comum.

Para realizar uma literatura menor, Noll utiliza, em muitos romances, a estratégia da língua de fronteira, como apontado por Glória Anzaldúa (2009), uma língua mestiça, fora dos padrões de pureza e de herança europeia. Uma gramática que borra os limites da língua (o)culta, considerada padrão. Para fins de dominação de um povo subalternizado, a história da colonização ocidental nos mostrou que matar

a sua língua é matar a memória. Mas, uma língua menor é (re)construída em partes, com mesclas das línguas dominantes, com a reapropriação dos falares populares e, principalmente na escrita, grafada em desacordo com a gramática padrão.

Esse agenciamento favorece não só à construção imaginária de pertencimento, mas também constrói os deslocamentos, as desterritorializações necessárias ao estrangeirismo. O ser “de fora”, que não pertence nem a um local, nem a outro, mas também a ambos, é produto dos trânsitos identitários. A suave sensação de estabilização, na literatura do Noll, é momentânea. É forjada não com uma humanidade vinculada à “natureza”, “nacionalidade” ou “origem”, mas como sujeitos que reterritorializam suas vivências e que estão sempre prontos a construir outros laços afetivos.

Esse sujeito, portanto, aparece como constructo social precário, sempre aberto a inúmeras possibilidades de experimentação. As personagens do Noll não apenas ficcionalizam a realidade, mas expõem o caráter ficcional da “realidade”. São personagens que vivem de encontros afetivossexuais fortuitos, como em *Harmada*, *Solidão Continental* e *A céu aberto*; ou experimentam a vida das ruas, do potencialmente “fora”, da experiência da abjeção, como em *A fúria do corpo* e *Acenos e Afagos*; de ser um Outro, em *Anjo das Ondas* e *Sou eu!*; seja na vivência do devir-animal, em *Canoas e Marolas*, *Bandoleiros* ou *O quieto animal da esquina*; ou do estrangeirismo, como em *Lorde* e *Berkeley em Bellagio*.

O que atravessa todas essas vivências são as fissuras, os orifícios, os rasgos e as frestas de onde emergem o infra-humano, suas precariedades e seu efeito de “verdade”. Por isso, a ideia de máscara, de artifício e de exterior. Não são personagens que performatizam uma interioridade, uma subjetividade essencialista ou uma natureza humana: são personagens que denunciam o artifício da vida mascarado na linguagem. Uma vida realizada a partir do corpo como único roteiro. Por isso é *camp*, se pensarmos o *camp* como esse efeito estético do fora, da vida artificial, porque é apenas vivida no espetáculo da pele.

É com esse jogo de máscaras que a literatura de João Gilberto Noll fez transitar suas personagens, fora dos limites da matriz de inteligibilidade dos sujeitos: gêneros, sexos, desejos e práticas sexuais que expõem o binarismo biomédico e psicanalista de instituição da humanidade. Noll denuncia o quão performática é a experiência do gênero e o sexo, posto que são vivenciados no sentido de reiterar os dispositivos discursivos que demarcam a masculinidade e a feminilidade. Ao borrar essas

fronteiras que, em tese, separam as experiências do gênero e da sexualidade, os romances de Noll escapam da ordem compulsória da heterossexualidade e sua premissa biológica. Masculinidades e feminilidades transitam nas personagens: feminilidades *butch*, não maternas, sexuais, ativas e autônomas; masculinidades brochas, não fálicas e passivas. Isso lhes constitui uma infra-humanidade.

São corpos que se recusam a reiterar simplesmente o desejo castrado da falta. Vivem o desejo em excesso. Suas práticas sexuais rompem com a compreensão de zonas erógenas, visto que todo o corpo é sentido como uma zona de prazer. O cu, castrado na lógica de prazer heterossexual, é ativado como uma potência descentralizadora dos órgãos reprodutivos. Os excrementos que saem pelo cu, e todos os outros que são expelidos pelos orifícios do corpo, fazem parte de uma grande festa carnal, de prazer e gozo. Os corpos precários que faliram em alguma medida na ocidentalização do desejo não foram higienizados e docilizados.

São vagabundos, corpos improdutivos para o capital, vidas que esfregam na cara o fracasso do projeto de homogeneização racial, seleção econômica e sexual. Essa experiência da precariedade, que afeta a esses corpos que funcionam fora dos escopos de legitimidade generificada e sexual, é a experiência do infra-humano no corpo-afeto: corpo social dos desajustados, vagabundos e inumanos que nos atravessa em diferentes níveis de existência. Esse contato com a abjeção, tornado em resistência política, que reivindica uma ampliação de “vidas vivíveis”, a implosão da humanidade compreendida exclusivamente a partir da razão ocidental e novos espaços de luta, vivências e afetividades que Guattari (1986) chamou de “micropolítica” e Colling (2015) de “ativismo *queer*”, ou seja, pequenos escapes, desvios, bifurcamentos que agenciam novas experiências outrora impensadas ou, simplesmente, estigmatizadas.

O corpo-afeto precisa ser compreendido na potência de permitir a troca de afeto, de se deixar afetar e de “afetação”. Nesse contexto, esta pesquisa se permitiu ser afetada pelas existências das personagens infra-humanas de Noll e o que elas tinham a dizer. Ter sido afetada foi fundamental para produzir uma pesquisa contaminada. Não encontrei apenas respostas; encontrei muitas interrogações, “becos sem saída”, muitas dúvidas. Iniciei essa trajetória no mestrado querendo compreender a potência narrativa nos romances de João Gilberto Noll, uma possível escritura *queer*, mas me deparei com uma “heterotopia” provisória em seus romances e, para além deles, outras experiências de infra-humanidade.

Ao ler os seus romances, contextualizados no momento histórico em que foram produzidos, e no momento atual em que escrevo, deixo a pesquisa ser afetada pela atual crise de representatividade política produzida pelo golpe institucional; pelo crescimento do fundamentalismo religioso e seus atentados contra democracia brasileira; pelo esfacelamento dos partidos políticos e a pulverização do pensamento social de esquerda; e pelo ódio de classe que expõe todo o projeto elitista, branco, heterossexual, cisgênero e neocolonial que subjaz a estrutura social deste país. Além dos espaços políticos mais tradicionais e historicamente legitimados, há novas/os agentes políticos, produtoras/os de micropolíticas, que agenciam contra-hegemonias, no cenário artístico brasileiro, bem como a ocupação de escolas em todo o país contra o golpe e a PEC241, que congela os gastos em educação, saúde e outros setores em vinte anos, a partir de 2017, e na reorganização de movimentos sociais de mulheres. Enfim, novas agências, novos cenários e novas demandas.

Assim, penso que o “after” desta pesquisa pode nos oferecer dois fluxos potentes para futuros desdobramentos: por um lado, tanto o agenciamento produzido pelas personagens de Noll, a partir do período sócio-histórico em que este trabalho é realizado, buscando enfatizar mais os questionamentos que apenas das respostas. A potência máxima desse trabalho reside no fato de encontrar uma escritura *queer* que descentra a noção de “sujeito” para pensar uma vida não marcada por uma identidade essencializadora. Por outro lado, assim como fez Donna Haraway (1995), ao propor a produção do conhecimento a partir de um “conocimiento situado”, pensar onde é possível ser flagrada a heteronorma na produção literária de Noll, a partir da minha experiência localizada.

Não passa despercebida a recorrente temática literária da sexualidade hegemonicamente masculina, cisgênera e branca nos romances do autor. Mesmo transitando por marcas de masculinidades não essencialistas, é notável a louvação fálica à masculinidade. Como vimos neste trabalho, a constituição iluminista do “Sujeito”, que opera discursivamente a partir de uma perspectiva ontológica e essencialista, foi pensada a partir da noção de superioridade do sujeito masculino e branco, em detrimento de outras marcações identitárias. Por isso, é válido pensar os limites de um projeto pós-identitário a partir de quem sempre foi “Sujeito” na história. E, assim, nos questionar se tal posicionamento dessas personagens de Noll, em alguma medida, não acaba por perpetuar um processo de apagamento e invisibilidade daquelas existências que nunca foram “sujeitos”.

Por isso, não é possível deixar de enxergar os acessos e privilégios que o escritor e intelectual João Gilberto Noll tem, ao herdar as marcas de legitimidade social e política do Brasil: homem, branco, classe média, morador dos grandes centros de produção e veiculação intelectual do país, intelectual, professor universitário. Privilégios esses que correspondem a uma elite, e que, portanto, conseguem os espaços de maior representatividade e do se fazer ouvir com legitimidade institucional.

Entretanto, acredito que seja fundamental a presença de escritoras e escritores que chacoalham a ordem canônica e instauram uma feitiçaria xamânica, desordeira e enfrentam as relações de poder, como faz Noll e muitas outras vozes. Assim como também não posso negar o quão potente e fortalecedor são as experiências do corpo-afeto, da infra-humanidade, que nos atravessa a todos em alguma medida, e que também agencia novas “vidas vivíveis”.

Assim, acredito que o campo artístico cumpre uma função essencial nesse sentido: função de espelho e janela. A função de espelho cumpre o papel de nos forçar a nos olhar nos olhos, nos despir e encarar nossos monstros. A função de janela é a capacidade de nos apontar horizontes antes jamais imaginados. Novas fórmulas coletivas de reinventar o mundo em que vivemos. Essa é a função ética da arte, que a literatura tem cumprido historicamente como instituição de poder centralizada no Estado, mas que encontra seus orifícios, seus “foras”, com as produções de vozes canônicas que provocam questionamentos às forças hegemonicamente instituídas.

É no encontro com possibilidades antes não conhecidas e na troca de experiências e de afetos, que expandimos as possibilidades de “estar” no mundo. Quando nos deparamos com realidades ficcionais que nos alargam as formas de ser e coexistir no mundo, de modo mais flexível e menos castrador, ampliamos também o escopo de existências dentro do que Butler (2015b) chama de uma “vida vivível”. Portanto, é fundamental que alarguemos o limite do que consideramos “possível”. O projeto literário de Noll, a sua escritura da diferença, não propõe formas de inclusão identitária dos sujeitos marginalizados; no limite, ele nos impele a pensar outros e novos projetos de humanidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

_____. **Estâncias**: a palavra e o fantasma na cultura ocidental. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ALÓS, Anselmo P. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, maio/ago. 2011. p. 421-449.

ANZALDUÁ, Glória. **Como domar uma língua selvagem**. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p. 297-305. Rio de Janeiro, 2009.

BALDERSTON, Daniel. **El deseo, enorme cicatriz luminosa**: ensaios sobre homossexualidades latinoamericanas. Rosario: Beatriz Viterbo, 2004.

BARCELLOS, José C. **Literatura e Homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BARTHES, Rolan. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1989.

_____. **Novos ensaios críticos; o grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BENTO, Berenice. Estudos de gêneros: o universal, o relacional e o plural. In: _____. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: EDUFRN, 2014. p. 81-131.

BIRMAN, J. Desconstrução da filosofia do sujeito. In: _____. **Entre cuidado e saber de si**: sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 80-99.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

_____. **Quadros de guerra**: quando uma vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

_____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015c.

_____. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Digitalizado).

CAMARGO, Fábio F. O único roteiro é o corpo. O corpo. In: MARQUETTI, Flávia *et. al.* (Orgs.) **Identidade e escritura**: ensaios sobre romances dos séculos XX e XXI. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

_____. **A transfiguração narrativa em João Gilberto Noll**: *A céu aberto*, Berkeley em *Bellagio e Lorde*, 2007. 154f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: USP, 2008.

CARVALHO, Nelson Luiz. **O terceiro travesseiro**. São Paulo: GLS, 2007.

CATRACA LIVRE. **10 dicas de livros infantojuvenil com temática LGBT***, 2014. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/10-dicas-de-livros-infantojuvenil-com-tematica-lbgt-leia-entrevista-com-uma-das-autoras/>> Acesso em: 17 jan. 2016.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT* e ativismo queer. Salvador: Edufba, 2015.

_____. *Panteras e Locas dissidentes: o ativismo queer em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT**. Lua Nova, v. 93, p. 233-266, São Paulo, 2014.

COMPAGNON, Antonione. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMF, 2001.

_____. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CORREIO BRASILIENZE. **Livro com temática gay ganham espaço no mercado editorial**, 2010. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/05/12/interna_diversao_arte,191851/index.shtml> Acesso em: 12 fev. 2016.

CULLER, J. **Sobre a desconstrução**: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Teoria Literária**: introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

DEL PRIORE, M. **História do Amor no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A dobra**. São Paulo: Papyrus, 1991.

_____. **Kafka**: por uma literatura menor. Autêntica, 2014.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 2.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 3.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 4.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 5.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b.

DIAS, Roberto M. **Editoras LGBTTTT brasileiras contemporâneas como registro de uma literatura homoafetiva.** 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Teorias Literárias) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ECO, Umberto. **O texto, o prazer e o consumo.** In: _____. Sobre os espelhos e outros ensaios. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. **Tratado de semiótica general.** Barcelona: Lumen, 2000.

EDITORA DE LITERATURA.... **Editora de literatura gay exporta para 50 países,** 2014. Disponível em: <<http://comunidade.jn.pt/blogs/babel/archive/2014/03/26/editora-de-literatura-gay-exporta-para-50-pa-237-ses.aspx>> Acesso em: 09 fev. 2016.

EDITORA OBJETIVA. **Canoas e Marolas (Preguiça).** 1999. Disponível em: <http://www.objetiva.com.br/livro_ficha.php?id=90> Acesso em: 25 mar. 2016.

EL-JAICK, Márcio. **No presente.** São Paulo: GLS, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Casal cria editora especializada em livros LGBT* e mira grande mercado,** 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1695914-casal-cria-editora-especializada-em-livros-LGBT*-e-mira-grande-mercado.shtml> Acesso em: 25 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Ditos e escritos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **História da sexualidade: a vontade do saber.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015a.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015b.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015c.

_____. **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: Loyola, 2009.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: Edições, 2013.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. **Obras completas:** livro XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GARRAMUÑO, Florencia. **A experiência opaca:** literatura e desencanto. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão:** veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBERSTAM, J. **Female masculinity.** Durhan: Duke University Press, 1998. Introdução.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Destiempos**, n. 14, año 3, mar./abr. p.169-215. México, 2008.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia Ciborgue:** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Ciencia, cyborgs y mujeres:** la reinención de la naturaleza. Madrid: Cátedra, 1995.

HOO EDITORA. **Sobre a Hoo,** 2015. Disponível em: <<http://www.hooeditora.com.br/sobre/>> Acesso em: 18. Jul. 2016.

HOLLANDA, Heloísa B. A questão do mútuo impacto entre a historiografia literária e os estudos culturais. **Cadernos de Pesquisas Literárias da PUCRS,** História da Literatura em questão, Porto Alegre, n. 1, v. 10, p. 69-73, set. 2004.

_____. **Os estudos sobre a mulher e a literatura no Brasil:** uma primeira abordagem. 2015. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/os-estudos-sobre-mulher-e-literatura-no-brasil-uma-primeira-abordagem-9/>>. Acesso: 14 fev. 2015.

_____. **Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde: 1996/70.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **Sexualidades pós-modernas,** 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/sexualidades-pos-modernas/>> Acesso em: 14 fev. 2015.

HUYSSSEN, Andreas. **Memórias do modernismo.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

JANOTTI JR., Jeder. Cultura Pop: entre o popular e a distinção. In: CARNEIRO, Simone P. de Sá; FERRARAZ, Rogério. **Cultura Pop.** Brasília: Compós, 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando do sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEAL, Virgínia. **Editora Malagueta: campo literário e identidade lésbica.** 2011.

LINS, Daniel. Como dizer o indizível? In: _____. (Org.) **Cultura e Subjetividade: saberes nômades.** Campinas: Papius, 1997.

LISPECTOR, Clarice. A bela e a fera ou a ferida grande demais. In: _____. **A bela e a fera.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOPES, Denílson. Silvano Santiago, Estudos Culturais e Estudos LGBT no Brasil. **Iberoamericana**, v. 74, n. 225, p. 943-957, oct./dez. 2008.

_____. **O homem que amava outros rapazes e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, jun./dez. 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LUDMER, Josefina. Literaturas pós-autônomas. **Ciberletras**, n. 17, jun. 2007.

LUGARINHO, Mário César. Literatura de Sodoma: o cânone literário e a identidade homossexual. **Gragoatá**, Niterói, n. 14, p. 133-145, jan./jun. 2003.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall: 40 + o que no Brasil.** Salvador: Edufba, 2011. Coleção CULT.

_____. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. **Linguagem, antropologia e ciências naturais,** 1981. Disponível em: <<https://gepss.files.wordpress.com/2011/04/os-respeitaveis-militantes-e-as-bichas-loucas.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2016.

MAIA, Helder T. Cordeiro. Constelações *queer* ou por uma escritura da diferença. In: COLLING, Leandro; THURLER, Djalma (Org.). **Estudos e Políticas do CUS**: grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade. Salvador: Edufba, 2013.

_____. **Devir Darkroom e a literatura Hispano-americana**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

_____. A Literatura Gay é um *Cruising Bar*: reflexões sobre a literatura gay, o mercado e a obra de João Gilberto Noll. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 3, maio/out. 2015. p. 183-199.

MIGNOLO, W. Bilinguajando o amor: pensando entre línguas. In: _____. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall**: 40 + o que no Brasil. Salvador: Edufba, 2011. Coleção CULT.

_____. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, 2009, p. 150 a 182. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MORICONI JR, Ítalo. Tentando captar o homem-ilha. **Madraga**, v. 1, n. 213, maio/dez. 1987, Rio de Janeiro: UERJ, 1987.

NEUBERN, Fabíula. **A arquitetura da criação**: um estudo de *Mínimos, Múltiplos, Comuns*, de João Gilberto Noll, 2011. 82f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade de Araraquara, São Paulo, 2011.

NOLL, João Gilberto. **A céu aberto**. Rio de Janeiro: Record, 2008a.

_____. **Acenos e afagos**. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

_____. **A fúria do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989a.

_____. **A máquina do ser**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. **Anjo das ondas**. São Paulo: Scipione, 2010.

- _____. **Bandoleiros**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989b.
- _____. **Berkeley em Bellagio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- _____. **Canoas e marolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. Coleção Plenos Pecados.
- _____. **Harmada**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- _____. **Hotel Atlântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989c.
- _____. **Lorde**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- _____. **Mínimos, múltiplos e comuns**. São Paulo: Francis, 2003a.
- _____. **Nervo da noite**. São Paulo: Scipione, 2009a.
- _____. **O cego e a dançarina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **O quieto animal da esquina**. São Paulo: Francis, 2003b.
- _____. **Rastros do verão**. Rio de Janeiro: Record, 2008c.
- _____. **Solidão continental**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. **Sou eu!** São Paulo: Scipione, 2009b.

NOGUEIRA, Gilmaro. **Caças e pegações online**: subversões e reiteraões de gêneros e sexualidades. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

O GLOBO. **Editoras apostam em literatura intanto-juvenil gay**, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/editoras-apostam-em-literatura-infanto-juvenil-gay-13244487>> Acesso em: 17 fev. 2016.

OLIVEIRA, Sayonara Amaral de. João Gilberto Noll: Narrativa pós-moderna, corpos pós-humanos. In: BLANCO, Rosa Helena; SILVA, Márcia Rios da. **Estampa de Letras**: literatura, linguística e outras linguagens. Salvador: Quarteto, 2004. Disponível em: <<http://www.joaogilbertonoll.com.br/noll1.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

ORMOND, Andréa. **Longa carta para Mila**. São Paulo: GLS, 2006.

PEIXOTO, Carlos Augusto. A lei do desejo e o desejo produtivo: transgressão da ordem ou afirmação da diferença? **Physis**, vol. 14, ano 1, p. 109-127, 2004.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Periódicus**, vol. 1, ano 1, maio-out. 2014. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index>. Acesso em: 23 set. 2016.

PORTO, Maria Bernadette Velloso. Andarilhos, vagabundos e mendigos: desvios, devires e lugares da alteridade. In: _____. **Figurações da alteridade**. Niterói: EdUFF, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrasexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Madri: Opera Prima, 2002.

_____. Terror Anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. Barcelona: Melusina, 2009. (Epílogo)

_____. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos**: expressões da literatura contemporânea no século XXI. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008.

ROLNIK, Suely. Cartografia da cafetinagem. **Manchines and subjetivation**, 2006. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/1106/rolnik/pt>> Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

_____. Políticas de hibridização: evitando falsos problemas. In: LIMA, E; FERREIRA NETO, J; ARAGON, L. (Orgs.) **Subjetividade contemporânea**: desafios teóricos e metodológicos. Curitiba: Editora CRV, 2010.

_____. **Geopolítica da cafetinagem**. 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. Oxum e o feminino sagrado: algumas considerações sobre mito, religião e cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4, 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2008.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. **Por el culo**: políticas anales. Madrid: Egales, 2014.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SÁNCHEZ, Darío. **Pervertidos, bichas e entendidos: identidade homossexual no romance latino-americano**. Recife: Universitária UFPE, 2012.

_____. **Variações e implicações da temática homoerótica no romance latino-americano**. 2010. 165f. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Faria Coutinho.

SANGALETTI, L. **A representação da voz de minorias sexuais na narrativa de Caio Fernando Abreu e João Gilberto Noll**. Jun. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Campus Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2013. Orientadora: Profa. Dra. Luana Teixeira Porto.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**, 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 26 abr 2015.

SANTOS, Matheus A. Abjeto em disputa. In: COLLING, L.; THURLER, D. **Estudos e políticas do CUS**. Salvador: Edufba, 2013. p. 61-87.

SANTOS, Roberto C. O exterior. In: _____. **Modos de saber, modos de adoecer: o corpo, a arte, o estilo, a história, a vida, o exterior**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 51-60.

SARAIVA CONTEÚDO. **Por trás do arco-íris de letras**, 2012. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/46285>> Acesso em: 09 fev. 2016.

_____. **João Gilberto Noll, a linguagem como experiência**, 2010. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10400>> Acesso em: 15 fev. 2016.

SCHOLLAMMER, Karl E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, jan./jun. 2007, p. 19-54.

SHOCK, Susy. **Que otros sean lo normal**. 2013. Disponível em: <<http://susyshock.blogspot.com.br/>> Acesso em: 17 jan. 2016.

SILVA, Antônio de Pádua. A história da literatura brasileira e a literatura gay: aspectos estéticos e políticos. **Leitura**, n. 29, p. 83-108, Maceió, jan./jun. 2012.

_____. Modos de narrar a narrativa homoerótica na história literária brasileira. **Caderno Seminal Digital**, a. 20, n. 21, jan./jun. 2014.

SILVA, Antônio de Pádua; FERNANDES, Carlos R. A. Crítica Literária ou crítica cultural? Caminhos críticos da literatura de temática gay. **Crítica Cultural**, Palhoça, v. 6, n. 1, p. 129-141, jan./jun. 2011.

SILVA, Sandro Adriano. **Acenos e Afagos: o romance queer de João Gilberto Noll**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, 2010. Orientadora Profa. Dra. Marisa Corrêa Silva.

SOUZA, Eneida Maria de. Os livros de cabeceira da crítica. In: _____. **Crítica Cult**, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SONTAG, Susan. Notas sobre o *Camp*. In: _____. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: LPM, 1987.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1986.

UM ESCRITOR NA... **Um escritor na biblioteca**: João Gilberto Noll. 2015. Disponível em:

<<http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=299>>
Acesso em: 17 fev. 2016.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Djalma Thürler.